



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Cadernos de
Estratégicos



2011/Nº 10

Estudos Cadernos de Estratégicos

(Editados desde 2006)

ISSN 1808-947X



9 771808 947002

2011

Cadernos de Estudos Estratégicos
n. 10 / 2011

Irregular
ISSN 1808-947x

1. Cultura. 2 Relações Internacionais. 3 Modernidade.
4. Axiologia. 5. Praxiologia. 6. Polemologia. 7. Cratologia.
Segurança.

Cadernos de Estudos
Estratégicos

Os Cadernos de Estudos
Estratégicos são publicados de
forma irregular pela ESCOLA
SUPERIOR DE GUERRA, do Rio
de Janeiro. Com tiragem de 1.000
exemplares, circula em âmbito
nacional e internacional.

Comandante e Diretor de Estudos

General de Exército
Túlio Cherem

Subcomandante e Subdiretor de Estudos

Vice-Almirante
Nelson Garrone Palma Veloso

Diretor do Centro de Estudos Estratégicos

General de Brigada R/1
João Cezar Zambão da Silva

Conselho Editorial

Professor Doutor Jorge Calvario dos Santos
Professor Doutor José Amaral Argolo
Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN-RM1) José Cimar Rodrigues Pinto
Professor Doutor Fernando da Silva Rodrigues

Editor Responsável

José Cimar Rodrigues Pinto
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN-RM1)

Revisão Editorial

Professora Doutora Maria Célia Barbosa Reis da Silva
Jornalista Maria da Glória Chaves de Melo
Funcionária Civil Ioná José dos Santos

Diagramação e Arte Final

Anério Ferreira Matos

Colaboração da Revisão de Padronização

2S SAD Ricardo Almeida da Silva

Projeto, Produção Gráfica e Impressão

Gráfica da Escola Superior de Guerra

Sumário

Editorial	1
A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E DIREITOS HUMANOS	3
<i>Fernando Velôzo Gomes Pedrosa</i>	
ESTRATÉGIA E GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA LATINA NO SISTEMA MUNDIAL DO SÉCULO XXI	19
<i>Miguel Ángel Barrios</i>	
A AMAZÔNIA AZUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI	69
<i>Wilson Pereira de Lima Filho</i>	
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS PARA AS REVISTAS DA ESG	123

Apresentação

Os Cadernos de Estudos Estratégicos, sob a organização do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, visam apresentar textos capazes de ensejar debates e discussões sobre temas inerentes à missão desta Escola: pensar a cultura, a defesa nacional e o ideário político-estratégico brasileiro. Este volume é constituído de três textos: A Estratégia Nacional de Defesa e Direitos Humanos, de Fernando Velôzo Gomes Pedrosa; Estratégia e geopolítica da América Latina no sistema mundial do século XXI, de Miguel Ángel Barrios; e A Amazônia Azul e os desafios para a defesa nacional no século XXI, de Wilson Pereira de Lima Filho.

Os próprios títulos falam por si mesmos. O primeiro expõe os aspectos funcionais da Estratégia Nacional de Defesa de 2008, atinentes aos Direitos Humanos: tema tão inquietante que desperta diálogos entre militares e civis, escola militar e academia. O segundo texto de autoria do argentino Miguel Ángel Barrios reúne três pequenos ensaios, partes de um texto único: Pensamento Estratégico; O desconhecimento das dimensões componentes da Nação latino-americana, de nossa origem até a atualidade, torna a UNASUL algo amorfo; e Uma geopolítica sul-americana e latino-americana com a face do século XXI e com paradigma do Estado continental industrial. O último versa a respeito do mar territorial, cujas águas jurisdicionais brasileiras formam o patrimônio nacional conhecido como Amazônia Azul. As riquezas nela existentes, o dado de que 95% das exportações brasileiras dependem do transporte marítimo e a recente descoberta de petróleo na camada do pré-sal demonstram a importância do mar para o nosso país.

São três estudos que deságuam nos temas de cultura, defesa, estratégia, modernidade, relações internacionais, segurança, territorialidade e em outros que com esses dialogam. São ideias que devem ser disseminadas, propagadas e discutidas. A recepção, hoje, composta também por jovens militares e/ou acadêmicos, debruça-se sobre o nosso país com vistas à construção de um futuro promissor para todos que convivem nesta comunidade planetária.

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E DIREITOS HUMANOS

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa*

Resumo

A proposta deste trabalho é apresentar os aspectos funcionais da Estratégia Nacional de Defesa 2008, atinentes aos Direitos Humanos. Busca responder às inquietações que os temas Defesa e Emprego das Forças Armadas despertam na academia. A existência e o funcionamento de instituições armadas, destinadas ao exercício do monopólio legal da violência, justificam essa atenção e permanente escrutínio da sociedade. A recente Estratégia Nacional de Defesa faz raras referências aos Direitos Humanos e impõe poucas determinações e restrições ao comportamento das instituições militares brasileiras, em relação a esse tema. Uma revisão historiográfica leva a concluir que a ausência do tema Direitos Humanos na END exprime a confiança que a sociedade brasileira deposita em suas Forças Armadas, no que tange ao respeito à dignidade humana e aos princípios de cidadania.

Palavras chave: Direitos Humanos. Estratégia Nacional de Defesa. Forças Armadas.

Abstract

The purpose of this paper is to show the functional aspects of the National Defense Strategy 2008, concerning to Human Rights. Its aim is to clarify academic concerns related to Defense and armed forces subjects. The sole existence of armed institutions, whose purpose is to hold the legal monopoly of violence, justifies the accountability of those forces and policies.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

The recently issued National Defense Strategy barely makes any reference to Human Rights and brings few restrictions to Brazilian military procedures. A historiographical review lets us conclude that the lack of attention showed by this Strategy to Human Rights subject reflects the reliability Brazilian society recognize in its military, in what concerns to respect to human dignity and citizenship principles.

Keywords: Human Rights. National Defense Strategy. Armed Forces.

1 INTRODUÇÃO

A Estratégia Nacional de Defesa (END) foi publicada em dezembro de 2008, após mais de um ano de trabalho de elaboração². Da sua leitura, verifica-se que a END desconhece a existência da Política de Defesa Nacional de 2005 (PDN 2005) e que tinha sido elaborada pelo próprio Ministério da Defesa, depois de uma série de audiências públicas e seminários sobre o tema Defesa Nacional. Embora a PDN 2005 não tenha sido revogada, a END não faz qualquer menção àquele documento central para a condução política de todo o Governo Federal – inclusive o Ministério da Defesa – no que concerne à Defesa Nacional. Ignorando a existência da PDN 2005, a END apresenta-se como documento fundador de todas as medidas relacionadas a este tema.

Na verdade, a END rompe com a Sistemática de Planejamento Estratégico Militar, aprovada pelo Ministério da Defesa, em 2005, em ato contínuo à aprovação da PDN 2005. De acordo com aquela sistemática, após a publicação da Política de Defesa Nacional, formulada em nível nacional e expedida pelo Presidente da República, caberia ao Ministério da Defesa a elaboração de uma política setorial – a Política Militar de Defesa – e sua correspondente Estratégia Militar de Defesa, que guiariam os planejamentos internos das Forças Armadas³ em um arranjo lógico e bem estruturado.

O propósito deste trabalho é apresentar os aspectos funcionais da Estratégia Nacional de Defesa, atinentes aos Direitos Humanos. Sua proposta reflete a atenção que a academia confere a este tema,

2 O Comitê Ministerial para a formulação da END foi criado por meio de Decreto Presidencial de 6 de setembro de 2007.

3 Ver a Sistemática de Planejamento Estratégico Militar, Portaria No 998/SPEAI/MD, de 24 ago. 2005.

quando alude a questões relacionadas à Defesa e ao emprego das Forças Armadas. A função dessas instituições armadas, destinadas ao exercício do monopólio legal da violência, justifica essa atenção, por se tratar de atividade relevante e que merece permanente escrutínio da sociedade.

2 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E OS DIREITOS HUMANOS

A Estratégia Nacional de Defesa apresenta-se como sendo:

[O] vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Trata de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, [...] e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, [...] na orientação e nas práticas operacionais das três Forças. (BRASIL, 2008, p. 9).

Sua concepção está organizada em torno de três *eixos estruturantes*: a organização e orientação das Forças Armadas para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra; a reorganização da indústria nacional de material de defesa; e a composição dos efetivos das Forças Armadas (BRASIL, 2008, p. 46).

Embora seja indiscutível a relevância dos Direitos Humanos, quando se trata de questões de defesa – uma vez que tem por foco as instituições armadas do Estado e da eventual necessidade do uso da força –, a Estratégia Nacional de Defesa faz raras referências ao tema, limitando-se a recomendar que [as] atividades de inteligência obedeçam *às salvaguardas e aos controles que resguardem os direitos e garantias constitucionais* (BRASIL, 2008, p. 59); a determinar a ampliação das disciplinas relativas a noções de Direito Constitucional e de Direitos Humanos nos currículos de formação militar das instituições de ensino das Forças Armadas, considerando que esses assuntos são indispensáveis para consolidar a identificação das Forças Armadas com o povo brasileiro (BRASIL, 2008, p. 46); e a afirmar que *todas as instâncias do Estado deverão contribuir para o incremento do*

nível de Segurança Nacional, com particular ênfase sobre: [...] a prevenção de atos terroristas e de atentados massivos aos Direitos Humanos (BRASIL, 2008, p. 65).

Convém também considerar o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) (BRASIL, 2010), de cujas 521 ações programáticas apenas quatro se referem às Forças Armadas, nomeadamente:

- Promover a mobilização nacional com intuito de reduzir o número de pessoas sem registro civil de nascimento e documentação básica (BRASIL, 2010, p. 54). Esta ação pretende utilizar a ampla rede nacional de unidades militares para apoiar as ações do Ministério da Justiça e de outros órgãos federais, e disponibilizar locais para o fornecimento de documentos básicos de cidadania à população brasileira.

- Redefinir as competências e o funcionamento da Inspeção-Geral das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (IGPM) (BRASIL, 2010, p. 108). Esta ação se preocupa com a questão de arranjo federativo, questionando a competência do Governo Federal para manter sob inspeção as forças policiais militares e de bombeiros militares dos estados federados.

- Registrar no Sistema Nacional de Armas todas as armas de fogo destruídas (BRASIL, 2010, p. 112). Esta ação se refere a uma atribuição burocrática legal do Ministério da Defesa quanto à fiscalização de produtos controlados, que é exercida pelo Exército Brasileiro.

- Incentivar a inserção da temática dos Direitos Humanos nos programas das escolas de formação inicial e continuada dos membros das Forças Armadas (BRASIL, 2010, p. 162). Das poucas ações programáticas da PNDH-3, que se referem ao Ministério da Defesa ou às Forças Armadas, esta é a única que se ocupa das questões do emprego das instituições militares em sua atividade-fim e da conduta da tropa nessas circunstâncias, procurando atuar no nível da educação dos quadros militares, a fim de evitar abusos na aplicação da força.

Em resumo, observa-se que a Estratégia Nacional de Defesa só demonstra preocupação com a possibilidade de a ação das Forças Armadas violar os Direitos Humanos quando se ocupa das

atividades de inteligência e da educação militar. Este baixo nível de atenção, demonstrado pelo Estado em relação ao trato da questão dos Direitos Humanos nos assuntos de Defesa, tem em si um significado. Para compreendê-lo, busca-se uma aproximação histórica.

3 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

A pouca ênfase expressada pela END e pela PNDH-3 sobre a conduta das Forças Armadas brasileiras, no tocante aos Direitos Humanos, tem fundamentos históricos, relacionados ao fato de que essas instituições são reconhecidas tacitamente pela sociedade brasileira como respeitadoras das leis e da dignidade da pessoa humana.

Em razão de seu amplo desdobramento em todo o território nacional, o Exército é a força mais conhecida e mais identificada com a sociedade brasileira. É significativo que o Duque de Caxias, o personagem histórico escolhido como seu patrono, tenha ficado conhecido como *O Pacificador*⁴. Ao longo de uma carreira repleta de participações em lutas internas e externas, pela preservação da unidade nacional e da integridade territorial do Império do Brasil, Caxias fez amplo uso da anistia, evitando derramamento desnecessário de sangue, favorecendo as soluções negociadas e buscando a conciliação. A professora Adriana Barreto observa em Caxias; “longe de se distinguir por uma personalidade rigorosamente disciplinada, de quem cumpre cegamente as leis, o talento que revelou foi pela negociação” (SOUZA, 2008, p. 558).

Segundo essa historiadora, D. Pedro II definia “Caxias como um conservador firme, mas moderado.” Ela mesma concluiu que Caxias foi *mais diplomata que soldado* (SOUZA, 2008, p. 484). Sua figura legalista e de militar profissional fez com que, na linguagem popular brasileira, seu nome se tornasse sinônimo de rigor no cumprimento dos deveres e das leis.

4 Sobre a escolha do Duque de Caxias como patrono do Exército Brasileiro, em detrimento do general Osório, figura central das homenagens militares até a década de 1920, Celso Castro publicou o artigo Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. Nesse texto, embora apresente uma série de questões e debates sobre as motivações políticas para a escolha, fica evidente que a opção por Caxias foi fortemente marcada por seu perfil estritamente legalista e de defesa das instituições.

Também é exemplo de humanidade a figura do general Manuel Luís Osório, personagem central da história do Exército na segunda metade do Século XIX, encarnando a figura do herói militar, por seus atributos de bravura, liderança, carisma e respeito à dignidade da pessoa humana. Suas preocupações com o tratamento dispensado aos prisioneiros e à população civil paraguaia ficam claramente expressas na ordem do dia que publicou em 15 de abril de 1866, véspera da travessia do Rio Paraná e da invasão do território paraguaio:

Não tenho a necessidade de recordar-vos que o inimigo vencido e o paraguaio desarmado ou pacífico devem ser sagrados para um exército composto de homens de honra e de coração. Ainda uma vez mostremos ao mundo que as legiões brasileiras no Prata só combatem o despotismo e fraternizam com os povos. (SCHNEIDER, 2009.(1875), p. 376).⁵

As recomendações de Osório procuram difundir para sua tropa as instruções expedidas pelo governo brasileiro há poucos meses. Atento ao problema do respeito à vida e aos direitos dos prisioneiros durante a Guerra da Tríplice Aliança, o Ministro da Guerra, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, publica, em dezembro de 1865, uma Circular com instruções para o procedimento com os prisioneiros de guerra em campanha (PIMENTEL, [1978] p. 14-20)⁶. De acordo com o ministro Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, esse código de conduta teria sido o segundo desta natureza publicado no mundo, tendo como único precedente as Instructions for the Government of the Armies of the United States in the Field, expedidas em 1863, durante a Guerra Civil Americana (PIMENTEL, 1978, p. 11). Comparando os dois documentos, Carneiro observou que Ângelo Moniz:

[T]endo tido a oportunidade de estudar o articulado nas Instruções Americanas [...], deu-lhe apreciável desenvol-

5 O trecho é um excerto da proclamação do General Osório na véspera da travessia do Rio Paraná e da invasão do Paraguai, transcrito em uma nota do Visconde do Rio Branco em rodapé do livro do Schneider.

6 Transcrita em PIMENTEL, Waldemiro. Contribuição ao Estudo dos Prisioneiros de Guerra do Brasil. In BRASIL. Exército Brasileiro. História da Doutrina Militar Brasileira: Tratamento Dispensado pelo Brasil a seus Prisioneiros de Guerra. Resende: AMAN, [1978?]. p. 14-20.

vimento, complementando-o com regulamentação mais minuciosa, pois não só regulou a direção e a guarda dos prisioneiros, senão também o tratamento, a disciplina e o emprego deles – matéria que, com essa orientação e amplitude, somente nas Convenções de Genebra de 1929, teve fórmula equivalentes. (PIMENTEL, [1978], p. 11).

O texto das instruções do conselheiro Ministro Ângelo Moniz deixa claro que:

Os prisioneiros não são feitos em virtude de punir ou castigar os inimigos que nos combatem, ou nos ofendem, mas, unicamente, de reduzi-los ao estado de não poderem nos ofender ou de privar-lhes de todas as forças e meios de fazerem-nos o mal, consequência natural e legítima do direito de conservação e de defesa. Assim que, é de usança ou de estilo geral, desarmarem os oficiais e praças de forças inimigas logo que estes se entregam, ou são capturados [...] e tomar todas as medidas que evitem sua volta à fileira donde saíram e que de novo tomem parte nas hostilidades.

A par deste procedimento, que a prudência aconselha e que o direito legitima, corre o dever de dar-lhes bom tratamento, de prover e ministrar-lhes os meios ordinários de subsistência, e de conservação da vida, de respeitar sua religião e costumes, procurando adoçar-lhes os rigores de sua posição, ou condição até a paz definitiva. [...] (PIMENTEL, [1978], p. 15) ⁷.

Embora Ângelo Moniz admitisse que esse tipo de código de conduta fosse uma novidade no Brasil, “não havendo entre nós disposição alguma, antiga ou moderna, que regule a direção, guarda, tratamento, disciplina e emprego dos prisioneiros” [...] (PIMENTEL, [1978]), recomendando sua aplicação ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul e às autoridades militares encarregadas da guerra em curso contra o Governo do Paraguai (PIMENTEL, [1978], p. 14), há evidências de que as Instruções foram efetivamente cumpridas. O general paraguaio Francisco Isidoro Resquín, que foi feito prisioneiro pelas tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai, reprovando a prática adotada pelos exércitos argentino e

⁷ Ibid. p. 15. Transcrição da Circular de 25 Dez 1865, do Ministério da Guerra, publicado na Ordem do Dia No 493, de 10 jan. 1866.

oriental (uruguaio) de alistar prisioneiros de guerra paraguaios e obrigá-los a lutar contra seus próprios concidadãos, observa:

Al contrario y muy al contrario procedió el gobierno del Brasil, (sic) á todos los prisioneros de guerra que tuvieron la suerte de pertenecerle, les reconoció los grados militares que tenían sus prisioneros y les asignó un sueldo á todos ellos según la jerarquía de cada cual, pagándole (sic) religiosamente durante todo tiempo que duró la guerra, siendo además bien mantenidos y apreciados. Al terminar la guerra mandó esta nación civilizada y humanitaria los buques necesarios para conducir á los prisioneros á su destrozada patria, [...]; regresaron todos á su patria con dinero y muy bien vestidos, tanto los jefes y oficiales como los de tropa; de este favor nunca olvidará la nación paraguaya. [...] (RESQUÍN, 1984. p. 198).

Apesar das recomendações do Ministro da Guerra, aconteceram eventuais abusos, alguns dos quais perpetrados por altos chefes militares brasileiros. Comentando a execução de prisioneiros após a batalha de Peribebuy, ordenada pelo Conde D'Eu, em uma reação colérica à morte do General João Manuel Menna Barreto, Juan Crisóstomo Centurión, ele próprio havendo combatido no Exército Paraguai, contrasta essa medida brutal com o procedimento humano e digno de reconhecidos generais brasileiros, comentando que:

Con ese acto bárbaro y cruel, manchó el conde su nombre y deshonoró las armas brasileñas que habían alcanzado tanto brillo bajo la hábil dirección de ilustres y valientes generales como Caxias, Osorio, Porto Alegre y Barón del Triunfo. (CENTURIÓN, 2010, p. 394).

Com essas ressalvas, Centurión deixa implícito que esse ato abusivo era um desvio de conduta de um exército reconhecido pelo inimigo por pautar-se pelo tratamento digno dispensado aos seus prisioneiros. Centurión (2010) inclusive reconhece o esforço de oficiais brasileiros para interromper as matanças perpetradas por seus soldados naquele episódio, sob a impressão da perda do General Menna Barreto, que era muito querido.

No século XX, destacou-se como um dos maiores humanistas brasileiros o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que desbravou

a fronteira oeste do Brasil e, nesse processo, fez grandes esforços para o contato pacífico com tribos indígenas daqueles sertões, criou o Serviço de Proteção do Índio, origem da atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Dentre os inúmeros reconhecimentos recebidos de instituições humanitárias internacionais e de pessoas dedicadas a causas humanitárias (VIVEIROS, 2010), Rondon foi citado pelo ex-presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, nos seguintes termos:

O Coronel Rondon tem, como homem, todas as virtudes de um sacerdote, é um puritano de uma perfeição inimaginável na época moderna; e, como profissional, é tamanho cientista, tão grande é seu conjunto de conhecimentos, que se pode considerar um sábio.

A América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao Norte, o Canal de Panamá; ao Sul, o trabalho de Rondon – científico, prático, humanitário. (Apud VIVEIROS, 2010. (1958), Nota Final, p. 601-614).

A participação de forças brasileiras na Segunda Guerra Mundial, lado a lado com tropas norte-americanas, realçou a questão da integração étnica da Força Expedicionária Brasileira, em contraste com a prática da segregação adotada pelo Exército dos EUA. Naquela Força, soldados negros ou de ascendência japonesa eram reunidos em unidades segregadas, sob o comando de oficiais brancos. Segundo o historiador César Campiani Maximiano, essa diferença na forma de convivência entre pessoas de diversas etnias chamou a atenção dos soldados brasileiros e norte-americanos e causou forte impressão na imprensa liberal norte-americana, resultando na publicação de diversos artigos em jornais destinados aos leitores afro-americanos e engajados no movimento de direitos civis nos Estados Unidos (MAXIMIANO, 2010, p. 338-346).

Em 17 de junho de 1944, o jornal New York Amsterdam News chegou a publicar fotos das tropas racialmente integradas do Exército Brasileiro, com a legenda: O Brasil mostra como uma democracia funciona, e observava: negros e brancos lutam juntos pelo Brasil; por que não pelo EUA? (MAXIMIANO, 2010. p. 346).

No que se refere ao procedimento com tropa, deve ser observada a evolução ocorrida na aplicação de medidas disciplinares, desde a abolição dos castigos físicos, entre o final do século XIX e o início

do século XX⁸, até a adoção do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) de 2002. O novo RDE garantiu a ampla defesa e o contraditório nos processos administrativos que viessem a resultar em punições disciplinares⁹; suprimiu medidas discricionárias de restrição à liberdade das praças¹⁰; eliminou a pena de prisão em separado¹¹; diminuiu a competência dos oficiais de menor grau hierárquico para a aplicação de penas disciplinares¹²; e eliminou a designação de xadrez – termo de conotação degradante – em referência ao local onde as praças cumpriam penas de prisão, determinando que o militar preso disciplinarmente permanecesse “em local próprio e designado para tal” (BRASIL, 2002, 7). Adequando-se à norma constitucional, o novo RDE também eliminou qualquer restrição ao recurso ao judiciário. Anteriormente, o militar cometia uma transgressão disciplinar se recorresse ao judiciário contra um ato administrativo em que se sentisse prejudicado, antes de esgotar

8 Sobre o tratamento dispensado às praças do Exército no final do Século XIX e começo do Século XX, ver McCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 110-119; e BEATTIE, Peter M. Tributo de Sangue. Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 271-299.

9 BRASIL, Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Regulamento Disciplinar do Exército. Art. 35, p. 10 e Anexo IV - Instruções Para Padronização do Contraditório e da Ampla Defesa nas Transgressões Disciplinares.

10 Até a publicação do novo RDE em 2002, permanecia em vigor uma antiga prescrição que impunha às praças (subtenentes, sargentos, cabos, taifeiros e soldado) a obrigação de pernoitar no quartel, sendo a dispensa do pernoite uma forma de recompensa concedida pelos oficiais comandantes. Embora essa medida fosse apenas nominal, ficando todas as praças tacitamente dispensadas de tais obrigações, o Artigo 68 do RDE de 1984 ainda prescrevia que a concessão de dispensa da revista do recolher é da competência dos comandantes de unidade e de subunidade, o que dava a esses oficiais o poder discricionário de cercar a liberdade de locomoção das praças, suspendendo essa recompensa sem caracterizar uma punição e sem ter que apresentar qualquer justificativa. Embora essa não fosse uma prática normal, a possibilidade de suspensão da dispensa do pernoite era instrumento legal e não era entendida como uma punição, e sim como o simples cancelamento de uma concessão.

11 Ver a relação das penas disciplinares previstas no novo RDE. BRASIL, Decreto nº 4.346, de 26 ago 2002. Regulamento Disciplinar do Exército. Art. 24, p. 6.

12 Pelo RDE de 1984, os capitães comandantes de subunidades podiam aplicar às praças penas de até 30 dias de prisão, exceto quando fosse a primeira prisão imposta ao militar. O RDE 2002 reservou a aplicação de penas de prisão disciplinar aos comandantes de unidades (oficiais superiores) e aos oficiais-generais, deixando aos comandantes de subunidades o limite de penas de 20 dias de detenção. Ver Quadro de Punições Máximas, RDE 2002, Anexo III.

todas as instâncias administrativas. Isso lhe impunha a necessidade de recorrer administrativamente, ao longo de toda a cadeia de comando, chegando até ao Ministro, num processo que poderia levar meses ou anos, antes que pudesse legalmente ir à justiça.

Esse conjunto de medidas resultou na criação de assessorias jurídicas em todos os grandes comandos do Exército¹³, ocasionando um maior rigor e uma cuidadosa legalidade na execução de atos administrativos, não apenas de caráter financeiro e material, mas, principalmente, na gestão de pessoas e na administração da disciplina, evitando vícios de ilegalidade e de injustiça na aplicação de penas disciplinares. As assessorias jurídicas também têm sido muito usadas para o acompanhamento legal do emprego de tropas em operações militares. Para maior transparência e exata observação dos aspectos jurídicos, tem sido normal que as Forças Armadas solicitem a presença do Ministério Público Militar quando são encarregadas de realizar operações para garantir a lei e a ordem.

Embora essas medidas reflitam o novo ordenamento jurídico do país, inaugurado com a Constituição de 1988, o Estatuto dos Militares, estabelecido em 1980, já atribuía caráter de imposição legal aos deveres militares, que “emanam de um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço, e compreendem, essencialmente: [...] a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade” (BRASIL, 2002, art.31). Ademais, o Estatuto dos Militares apresenta “os preceitos de ética militar, dentre os quais estão: respeitar a dignidade da pessoa humana; ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados; e acatar as autoridades civis” (BRASIL, 1980, art. 28).

Como resultado dessa trajetória histórica, e do avanço das práticas democráticas na sociedade brasileira e em suas instituições militares, a conduta das Forças Armadas tem sido exemplar na execução das missões de garantia da lei e da ordem, determinadas pelo Governo Federal em apoio aos governos estaduais, e nas inúmeras missões internacionais, das quais o Brasil vem participando com observadores militares e com tropas. Desde 1956, o Brasil enviou forças militares para participar de missões de paz no Egito (Suez, 1956-67), na República Dominicana (1965-66), em Moçambique (1993-94), em Angola (1995-

13 Comandos exercidos por oficiais-generais.

97), no Timor Leste (1999-2002) e no Haiti (desde 2004). Além disso, o Brasil tem contribuído com a indicação de oficiais das Forças Armadas para exercerem as funções de observadores militares e de membros de estados-maiores dos comandos operacionais das Nações Unidas em dezenas de missões de paz em todos os continentes, indo do Sudão ao Nepal, passando pela ex-Iugoslávia, Chade, Chipre, Guatemala, Equador etc. Em todas essas missões, os militares brasileiros destacam-se pela capacidade de compreender o sofrimento alheio, de conviver com diferentes culturas e pelo respeito à dignidade humana. Os raros casos de desvio de conduta têm sido tratados com o rigor da lei e punidos com rapidez, demonstrando à sociedade que suas instituições armadas não compactuam com abusos.

Os elevados índices de credibilidade de que as Forças Armadas brasileiras desfrutam perante a sociedade brasileira, ao longo das últimas décadas, demonstram um claro reflexo desta realidade histórica e cultural.

4 ASPECTOS FUNCIONAIS DA ESTRATÉGIA EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

A determinação inscrita na Estratégia Nacional de Defesa de ampliar as disciplinas relativas a noções de Direito Constitucional e de Direitos Humanos nos currículos das instituições de ensino militares, reflete a constatação do Governo brasileiro de que tais temas já fazem parte dos currículos dessas instituições, merecendo, sem embargo, serem abordadas de maneira mais ampla. No caso do Exército, a temática dos Direitos Humanos ocupa uma posição privilegiada dentro da sua grade curricular da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), como um tema transdisciplinar, que permeia o currículo acadêmico de forma transversal, por meio de diversas disciplinas, como a Filosofia, o Direito e as Relações Internacionais. Além dessas, os temas Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário são explorados nas instruções e nos exercícios táticos realizados no ensino técnico profissional (BRASIL, 2008)¹⁴. No cumprimento da determinação contida na END, no primeiro semestre de 2011, o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) determinou a implantação da disciplina Ética Profissional Militar nos currículos das escolas de formação de oficiais e sargentos

14 BRASIL. Exército Brasileiro. Planos de Disciplinas da Academia Militar das Agulhas Negras. Resende: AMAN, 2008.

do Exército, inserindo a questão dos Direitos Humanos no contexto mais amplo e profundo da ética militar, envolvendo situações e dilemas que se apresentam aos militares nas ocasiões de emprego legal da violência em operações militares, nas atividades de instrução militar e adestramento da tropa, na administração militar e na vida privada do militar como cidadão.

Em relação às atividades de inteligência, a END estabelece que na paz elas tenham como:

objeto o acompanhamento da situação e dos atores que possam vir a representar potenciais ameaças ao Estado, a fim de proporcionar o alerta antecipado ante a possibilidade de concretização de tais ameaças, com a ressalva de que essas atividades devem obedecer a salvaguardas e controles que resguardecem os direitos e garantias constitucionais. (BRASIL, 2008, p. 46).

Fica aqui evidente que o único critério para a seleção dos *atores*, objeto das atividades de inteligência, é a possibilidade de que possam representar ameaça ao Estado. A grande amplitude dessa definição dos potenciais alvos, objetos da atividade de inteligência fica, entretanto, submetida às garantias constitucionais, o que exige permanente atenção dos demais poderes constitucionais e da sociedade, a fim de evitar a ocorrência de abusos e de utilização político-partidária dessa atividade de Estado.

5 CONCLUSÃO

O exame da Estratégia Nacional de Defesa, em seus aspectos funcionais, revela que este documento faz apenas breves referências à questão dos Direitos Humanos. Partindo dessa constatação e da trajetória histórica das instituições militares brasileiras, inclusive no seu alinhamento com as demandas democráticas da sociedade, pode-se inferir que a pouca atenção da END para com o tema Direitos Humanos é uma clara indicação da postura do Governo brasileiro e de suas Forças Armadas.

O fato de que a END e mesmo o PNDH-3 impõem poucas determinações e restrições ao comportamento das instituições militares brasileiras, em relação aos Direitos Humanos, exprime a confiança que a sociedade brasileira deposita em suas Forças

Armadas, no que tange ao respeito à dignidade humana e aos princípios de cidadania. Os elevados índices de credibilidade de que desfrutam as Forças Armadas brasileiras ao longo das últimas décadas são um claro reflexo desta realidade.

Referências

BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue. Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: EDUSP, 2009.

BRASIL. Lei Nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. *Estatuto dos Militares*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6880compilada.htm>. Acesso em: 21 jun. 2011.

_____. Comando do Exército. *Regulamento Disciplinar do Exército*. Brasília, DF, 1984.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil - 1988*. 12. ed. Atualizada e acompanhada dos textos das Emendas Constitucionais de n. 1 a 67, e das Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011. 413 p.

_____. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. *Regulamento Disciplinar do Exército*. Disponível em: <<http://www.7cta.eb.mil.br/legislacao/rde02.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2011.

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005a. *Política de Defesa Nacional*. Disponível em: <http://www.esg.br/uploads/2011/02/Decreto5484_30_06_2005.pdf>. Acesso em: 01 set. 2011.

_____. Portaria No 998/SPEAI/MD, de 24 de agosto de 2005b. *Sistemática de Planejamento Estratégico Militar*. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/MD51_M_01_Sist_de_Plj_Estr_Mil_SPEM_1a_Ed2005.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.

_____. Comando do Exército. *Planos de Disciplinas da Academia Militar das Agulhas Negras*. Resende: AMAN, 2008a.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008b. *Estratégia Nacional de Defesa*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 07 set. 2011.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009. *Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas*. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/r-2-regulamento-de-contin%C3%AAsncias-honras-sinais-de-respeito-e-cerimonial-militar-pdf-d77628170>>. Acesso em: 07 set. 2011.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. ed. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2011.

CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. *Revista Estudos Históricos*, v. 14, n. 25 (2000). p. 103-117.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Assunção: El Lector, 2010. (Publicação original de 1944).

DE ROVER, Cees. *Para servir e proteger: direitos humanos e direito internacional humanitário para forças policiais e de segurança*. 4. ed. Tradução de Sílvia Backes e Ernani S. Pilla, com a colaboração de Débora B. de Azevedo e Hugo Mader e revisão de Amábile Pierroti. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2004.

DORATIOTO, Francisco. Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em: 10 set. 11.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Sujos, barbudos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

PIMENTEL, Waldemiro. Contribuição ao Estudo dos Prisioneiros de Guerra do Brasil. In BRASIL. Exército Brasileiro. *História da Doutrina Militar Brasileira: Tratamento dispensado pelo Brasil a seus prisioneiros de guerra*. Apostila da Cadeira de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, transcrevendo o artigo, extraído da Revista do IHGB, v. 306, ano 1975. Resende: AMAN, [1978?].

RESQUÍN, Francisco Isidoro. *Datos históricos de la guerra del Paraguay*. Assunção: Imprenta Militar de la Dirección de Publicaciones de las FF. AA., 1984.

SCHNEIDER, Louis. *A Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai*. Tradução de Manoel Tomás Alves Nogueira e notas de J. M. da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco). Porto Alegre: Pradense, 2009. (Publicado originalmente em 1875).

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. (1958).

ESTRATÉGIA E GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA LATINA NO SISTEMA MUNDIAL DO SÉCULO XXI

Miguel Ángel Barrios*

O século XXI traz novidades geopolíticas de uma magnitude histórica, tais como as abaixo relacionadas.

a) O epicentro geoeconômico do sistema mundial serão os Oceanos Pacífico e Índico, colocando em posição secundária o Oceano Atlântico, que predominou durante os séculos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e parte do XX.

b) O fracasso do intento de impor um sistema unipolar pelo projeto neoconservador dos EUA, e a emergência de um sistema multipolar. Hoje nos encontramos em uma situação de transição apolar.

c) A crise definitiva do Estado nacional clássico diante do surgimento dos Estados continentais industriais como únicos sujeitos reguladores do sistema mundial. Os EUA, a China, a Rússia e a Índia são sua demonstração mais eloquente. A União Europeia torna-se uma interrogação e a América do Sul uma possibilidade.

d) Henry Kissinger, um dos estrategistas mais importantes do século XX, afirma que a relação EUA e China é um elemento essencial para a ordem internacional, e que a perspectiva de paz e a ordem global poderiam depender dela. As duas são menos nacionais no sentido europeu que elucidações continentais de uma identidade cultural. Tal afirmação é a máxima forma do realismo.

e) A crise do capitalismo financeiro mundial surge no centro do poder político global e, no fundo, reflete a necessidade de se reformular para uma nova ordem econômica mundial, em virtude da crise do dólar.

f) O atual funcionamento do sistema capitalista mundial incita quatro crises simultâneas: a crise alimentar, a crise financeira, a crise energética e a crise dos recursos naturais.

g) A necessidade de democratização do regime internacional oriundo da “ordem” mundial bipolar, diáspora da Segunda Guerra Mundial.

* Doutor em Ciência Política e em Educação. Professor do Instituto do Serviço Exterior da Chancelaria Argentina. Autor argentino de várias obras sobre América do Sul, entre elas: *Dicionário latino-americano de segurança e geopolítica. Conselho sul-americano de defesa: desafios geopolíticos.*

h) O fim da ocidentalização da política mundial decorre do surgimento de Estados continentais industriais, que buscam criar um mecanismo de equilíbrio de poderes de variação multipolar.

i) O sistema mundial não pode funcionar sem a interferência do homem. O realismo da *Real Politik* engendrará uma geopolítica do caos. A assimetria social é um verdadeiro escândalo mundial.

O que acabamos de expor, em breves palavras, leva-nos, latino-americanos, a interrogarmo-nos se é possível que a América Latina possa contribuir para a consolidação de um sistema multipolar. Não somos neutros, o bicentenário é o momento da nossa segunda Independência. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é o embrião possível de transformar o paradigma do Estado continental industrial da América do Sul em Estado continental industrial da América Latina.

Reunimos três pequenos ensaios que constituem um texto único: 1) A Primeira Parte: Pensamento Estratégico (sem possuímos um claro roteiro estratégico, faremos formulações de curto prazo); 2) A Segunda Parte: O desconhecimento das dimensões componentes da Nação latino-americana, de nossa origem até a atualidade, torna a UNASUL como algo amorfo; e, 3) Uma geopolítica sul-americana e latino-americana com a face do século XXI, e que tenha como paradigma o Estado continental industrial.

PRIMEIRA PARTE - ESTRATÉGIA: ABORDAGENS TÉORICO-PRÁTICAS

1 INTRODUÇÃO

A estratégia foi considerada, durante muito tempo, uma atividade relacionada exclusivamente com o campo das operações militares. Seus primeiros pensadores provêm desse âmbito, buscando a forma de colocar alguma ordem intelectual e transformá-la em sua disciplina. Assim, desde Sun Tzu até os dias atuais, segue-se ainda buscando a maneira de se organizar o pensamento estratégico.

Seu estudo ampliou-se para incluir as decisões de natureza política/diplomática/segurança/defesa/econômico-educativa/empresarial, etc., arriscando-se na sua conceituação e variação de conteúdo. Objetivo deste miniensaiio consiste em desentranhar a importância do pensamento e da ação estratégica no seu caráter de construtor de “realidades”.

Clausewitz dizia que a guerra não pertence ao campo das artes ou das ciências, mas da existência social:

É um conflito de grandes interesses, resolvido com derramamento de sangue e apenas nisso se diferencia de outros conflitos. Seria melhor, se ao invés de compará-la com qualquer outra arte a comparamos com o comércio, que também é um conflito de interesses e atividades humanas, e se parece mais com a política, que por sua vez, deve ser considerada como uma espécie de comércio em grande escala. Mais ainda, a política é o local onde se desenvolve a guerra. (CLAUSEWITZ, 1983, p. 91).

O enfoque moderno considera as relações humanas semelhante a jogo de preferências, em que é necessário conciliar para poder conviver nas coincidências assim como nas discrepâncias. Neste aspecto, há um avanço considerável, pois o fenômeno que se denomina conflito é parte da natureza humana, vez que está presente em todas as suas atividades, sejam elas políticas, econômicas ou militares. Na realidade, Nicolau Maquiavel (1513) foi quem sustentou uma visão pessimista da liderança² humana. Na declaração de Carlos Flórida, “o homem sujeito de desejos e paixões, eternamente insatisfeito” (FLÓRIDA, 2002, p. 13-14). Ele continua dizendo que o homem é um ser limitado, não apenas no plano ético, mas, também, em sua liberdade; e que a vida política é feita de conflito, necessidade e fortuna (azar e sorte).

Em nossa vida e nas relações com os demais, vivemos todos num conflito permanente. Tomamos decisões e criamos estratégias diárias para resolver os que se apresentam para nós, muitas vezes, sem que tenhamos conhecimento de sua existência, atuando intuitivamente. Reconhecemos que a maioria dos seres humanos necessita de algum tipo de ferramenta que lhes ajude a pensar em termos estratégicos, procurando esboçar uma teoria ou um modelo que lhes facilite a resolução de problemas, desde o mais simples, no nível pessoal, até o mais complexo, gerado por organizações ou Estados. Convém articular um modelo teórico que nos sirva nas tomadas de decisão, e que este seja originário de um método.

2 N.T.: O autor no original utiliza a palavra “conducción”, porém, preferimos usar, na língua portuguesa, a palavra liderança (liderazgo).

Na realidade, toda decisão consiste em passar das ideias para a ação. Neste percurso, a estratégia confere intencionalidade à ação, respondendo a um raciocínio inteligente, e não a fatos desprovidos de sentido aparente, concreto e prático.

2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

Parece-nos importante, antes de adentrarmos na aproximação da elaboração de um método de raciocínio estratégico, realizar uma retrospectiva histórica da estratégia, a partir de um enfoque originário de construção de uma teoria geral sobre a guerra. Será possível deduzir que a arte da guerra – esporte dos nobres – reduzia-se à preparação de forças para o combate e abrangia todos os conhecimentos que elaboravam os aspectos materiais de uma confrontação. A convocação; a preparação e o emprego das armas; a construção de fortificação e fossos; a organização do exército e os mecanismos necessários para seus deslocamentos etc. eram os objetivos desse conhecimento e que apontava, fundamentalmente, para a melhor utilização da força armada na guerra. Desta forma, a atenção estava dirigida ao campo dos objetivos materiais. O problema exposto desta forma era reduzido a uma solução matemática ou, em resumo, a uma mecânica refinada.

Quando alguns autores começaram a estudar a “arte dos locais” de algumas fortalezas, pela primeira vez surgiram considerações sobre a condução do combate em si, mas sempre referida a novos objetos e a como alcançá-los, tais como foram as formas de aproximação dos objetivos, as fortificações, as trincheiras, as baterias etc. Neste sentido, as doutrinas de Von Bülow e do Barão Jomini tentaram formalizar a condução do combate com conceitos numéricos, tabuleiros estratégicos, ângulos, base de operações, fatores logísticos, linhas interiores etc. (MILIA, 1965). Então, começou a ser considerada a tática, que buscava desenhar uma disposição eficiente no combate. Seus estudos baseavam-se, quase exclusivamente, nas formações e no ordenamento de batalha, transformando, desta forma, o exército numa força que respondia mecanicamente às vozes.

Na medida em que a guerra se desenvolveu-se, da Idade Média até à Moderna, o ser humano foi analisando e descobrindo as causas e

os efeitos deste fenômeno social. Os acontecimentos militares que se sucediam conduziram a história a adotar um caráter mais crítico. Chegou-se, desta maneira, à necessidade de se estabelecer alguma teoria, com regras e princípios próprios, que permitisse estabelecer certa ordem conceitual nesta atividade humana.

No começo do século XIX, Clausewitz, o grande filósofo da guerra, relativizou as teorias exclusivamente “engenheiras” sobre a condução da guerra, que só levavam em conta os parâmetros materiais. “A atividade bélica nunca é dirigida contra aspectos materiais somente, mas também contra as forças morais que dão vida aos materiais.”, dizia Clausewitz (1983, p. 68). Já no século XX, aparecem vários estrategistas, entre eles Liddell Hart que proclama:

- 1) Que tratar a guerra qualitativamente, como se fosse simplesmente a concentração de forças superiores no lugar escolhido, é tão imperfeito como tratá-la geometricamente, como um assunto de linhas e ângulos.
- 2) Que a potência combativa não é senão um dos instrumentos da grande Estratégia (Nacional) e que existem outros, tais como a pressão financeira, a diplomacia, a comercial, e não menos, a pressão ética que servem para debilitar a vontade do oponente. (HART, 1984, p. 530-539).

Desta maneira, expande-se o alcance da estratégia para dar espaço aos campos da Política, da Economia, da Educação e das Relações Internacionais, tratadas como Ciências Sociais e não como Ciências Exatas.

Por muito tempo, existia uma ignorância sobre o que significava verdadeiramente a estratégia. Beaufre (1982), quando analisava os fatos referentes às ações de Hitler, entre 1936 e 1939, afirmava, na década de sessenta que:

Por carecer de uma estratégia, temos sido constantemente incapazes de compreender as manobras que tratavam de nos reduzir. Concluía que... foi-nos fatal a ignorância da Estratégia... e que a mesma não pode ser uma doutrina única, senão um método de pensamento, que permita classificar e hierarquizar os acontecimentos, para logo escolher os procedimentos mais eficazes. A cada situação corresponde uma estratégia particular. (BEAUFRE, 1982, p. 11-12).

Também afirmava Beaufre (1982, p. 18) que: “Em estratégia, mais que em qualquer outro âmbito, há que saber distinguir o essencial do acessório, remarcando, assim, a importância de saber o que é ou não relevante.”

O pensamento estratégico é inevitavelmente pragmático. Depende de realidades como a geografia, a sociedade, a economia e a política, assim como daqueles fatores passageiros, que provocam situações e conflitos que requerem uma solução (PARET, 1991, p. 15).

Beaufre afirmava que a estratégia devia “excluir a rotina e fazer um chamamento para a imaginação e para a meditação”. O mesmo autor continuava seu raciocínio, colocando como exemplo que nenhum artista pinta um quadro, simplesmente seguindo uma lista de regras teóricas. Deste modo, deduzia que “a estratégia é um perpétuo inventar, baseado em hipóteses, que será preciso experimentar na plena ação e onde os erros de apreciação serão pagos com o alto preço da derrota”. (1982, p. 132)

Beaufre concluía sobre o particular “[...] que a estratégia deveria constituir uma das importantes disciplinas, por ser um meio de ação da política” (1982 p. 47-48).

Neste sentido, Clausewitz é categórico ao afirmar “A intenção da política é o fim, a guerra é o meio e nunca se pode pensar um meio separado de seu fim” (CLAUSEWITZ, 1983, p. 87).

Na realidade, a razão do estudo teórico da estratégia é, fundamentalmente, determinar como transitar das ideias para a ação, da maneira de elaborar as formas possíveis de concretizá-las ou materializá-las (RELAMER, 2005).

3 DESENVOLVIMENTO

Uma vez estabelecido o itinerário histórico nas grandes linhas, a partir do campo militar da estratégia, julgamos necessário localizar a estratégia no campo da ação social em sua essência de método de raciocínio e, também, evitar que, por sua repetição cotidiana, ela perca substância.

Dizíamos que toda teoria da estratégia consiste em explicar uma “classe” de fatos e processos sociais que se caracterizam por suas particulares atenções aos problemas do poder, os objetivos e o plano de execução empregado. A teoria da estratégia foca nos fatos de poder

dirigidos a um ponto de chegada, em um tempo determinado. Equivale a dizer, “São planos de ação, executados, que tentam alcançar um resultado – são poderes programados para um fim” (LABOURDETTE, 1999).

A tentativa de esboçar um esquema teórico-prático passa por indagar, refletir e explicar uma classe de sucessos que se encontram em grande medida na incerteza e que operam, ademais, sobre campos de incerteza. É um dos paradoxos da estratégia – pois por um lado é o intento mais racional (no sentido de articular meios e fins) estruturado, conduzido e dirigido ao êxito de objetivos pré-fixados, com as cotas de poder necessário. É um intento deliberado de abrandar a incerteza; de fazer previsível o que virá; de fazer acontecer o que se pretende; de dominar as forças que operam ou se dispersam ou volatizam seus esforços; de buscar os caminhos mais adequados para chegar ao destino; de fazer real o destino almejado. E, por outro lado, ao desenvolver-se em um cenário dinâmico, provoca e desata as alternativas, as rivalidades, as resistências, e as oposições de outros atores [...]. Isto significa abrir um espaço social novo e, portanto, desconhecido, inaugurando um jogo de final incerto; é, em parte, jogar e, em consequência, facilitar o infortúnio, pondo em marcha de luta forças adormecidas, que despertam diante ao movimento estratégico e se expandem com vigor inesperado – enriquece a situação social anterior ou vigente com novas configurações mediante os entrecruzamentos dos ensaios rivais, adversários, e inimigos com as forças próprias, aliadas e amigas.

Se há um conflito, existe estratégia, ainda que seja uma estratégia de paz e de consenso. Não há estratégia que não gere múltiplos pontos de resistência, de hostilidade, de inimizade, de enfrentamento. Na realidade, na maior parte dos casos trata-se (ainda que não se reconheça) de fazer prevalecer a estratégia e, depois, de buscar o consenso como desnecessário e sem perigo. Toda estratégia é um esforço para imprimir uma direção a uma série de fatos e situações e também é, ao mesmo tempo, uma construção política altamente instável, que, por sua sorte, depende da junção de múltiplos fatores internos e externos. O pensamento estratégico parte de um pressuposto fundamental: nada é seguro em princípio. Nada ocorre de forma necessária e inexorável. Nada está predeterminado, para tudo há algo que se possa fazer.

A estratégia pretende introduzir uma ordem no suposto “caos”. Caos que implica um conjunto de possibilidades que acontece ao azar.

A estratégia impõe seu selo; imprime uma linha; sustenta um roteiro; inaugura ou timoneia um processo; dirige uma sequência ou alinha-a; ou implica uma vontade intervencionista sobre o mar de incertezas a fim de assegurar o que se pretende. O caos, nestes casos, assinala situações de infortúnio e também propensões adversas, dirigindo-as aos fins projetados – não ensaiar alguma estratégia implica que o campo estratégico seguirá povoado de falsas estratégias.

É como dizer equivocadamente que qualquer um pode triunfar e estabelecer um rumo. Deve-se entender que quem não constrói uma estratégia para alcançar os fins, objetivos ou propósitos aos quais aspira, fica à mercê dos resultados das estratégias dos adversários. Quem não faz estratégia não vive apenas à margem dela, mas, se sujeita às estratégias rivais vencedoras – logo, existem estratégias para atacar, mas também há aquelas para se defender, para resistir, para evitar e para sobreviver. Os desprovidos de estratégia são desprovidos de respostas, sejam elas ofensivas ou defensivas – não é casual que os mais fracos, os mais pobres, os mais “desarmados” sejam os que não possuam estratégias. A estratégia é um movimento de intervenção social contra o futuro incerto, contra a corrosão do azar, contra as estratégias dominantes adversas e também contra a imposição, o imposto, o estabelecido e o vigente.

A estratégia origina ou participa deste jogo paradoxal de combater a incerteza, mediante o poder de uma direção (equivocada ou não) e de abrir caminhos diante das novas incertezas nos cruzamentos de estratégias rivais ou de situações futuras desconhecidas. Logo, a estratégia é sempre uma criação, porque pensar estrategicamente implica uma aguda seleção de procedimentos conceituais e de ações.

A estratégia é uma intervenção social e política que parte de uma situação presente para um horizonte futuro escolhido, possível, incerto e desconhecido, em maior ou menor medida. A distância que há entre o presente e esse futuro é o caminho em espiral da estratégia. O presente exige um diagnóstico da situação. Este diagnóstico deve ser uma série de aproximações acerca do que há, de que se tem e com que se pode contar, mas também do que está faltando, quais são os obstáculos e as debilidades alheias e rivais. São definidos os atores políticos e sociais, com suas respectivas estratégias, seus poderes e suas deficiências.

O caminho é o desenvolvimento no tempo do levantar voo estratégico, e isto supõe etapas e articulações diversas conforme as

situações cambiantes e o entrelaçamento de estratégias confrontantes. Aqui a estratégia define-se e se redefine no processo, contrai-se e se expande, se oculta e se exhibe, espera e avança, sempre visando alcançar o propósito que terminará se impondo aos dissabores, isto é, terá um alto grau de esperança e de utopia (real ou irreal) que impulsiona e empurra o percurso dentro do seu ciclo.

O futuro é o conjunto de horizontes possíveis em que é preciso esperar, aspirar e construir. Há horizontes alternativos, próprios e alheios; favoráveis e desfavoráveis. E esse plano futuro abrange desde a realização e a ambição pessoal até a realização da utopia, o destino ético, a sociedade – humanidade buscada, passando por seus degraus intermediários. O futuro é o farol da esperança que ilumina o trajeto e evita o desarme moral e a falta de ação. É o espelho virtual onde cada grupo se vê como quer ser e aonde quer chegar.

Temos delineados o marco e o esboço teórico da estratégia em nosso núcleo de trabalho, mas não podemos esquecer o essencial: a estratégia é uma práxis; uma práxis dirigida e orientada; uma práxis conduzida; uma práxis com diversos graus de poder. Todas essas características não fazem mais do que ressaltar o caráter da práxis. Pode-se dizer que a estratégia é uma realização. É uma intervenção e um impacto sobre a realidade.

A estratégia, em nosso esquema prático, significa um movimento complexo e articulado de partes fundamentais, secundárias e residuais. Aqui destacamos as quatro principais áreas que devem ser levadas em conta para existir como tal. Sem qualquer uma delas, por mais débeis e insignificantes que possam parecer, a estratégia não se materializa, não atinge os fatos e o processo social. Logo, estes são os componentes a que se deve atender no momento de se gerar uma estratégia ou avaliá-la.

Tais componentes se ordenam de maneira circular e se retroalimentam. Elestêm uma autonomia relativa e uma interdependência recíproca. **Os quatro elementos são³: a liderança, o projeto, o poder e o tempo.**

3.1 A LIDERANÇA

Toda liderança exige uma capacidade de dirigir atividades e processos sociais até atingir os objetivos escolhidos.

3 O texto está negrito no original.

A liderança dirige a decisão. A capacidade de decisão implica saber e poder, saber operativo e poder específico, saber técnico e prático (além do teórico) e capacidade de execução.

A liderança é uma combinação entre a capacidade operativa razoável e a liderança coletiva personalizada. É uma capacidade para gerir resultados.

3.2 O PROJETO

O projeto da estratégia é um esboço operacional orientado para uma meta, isto é, consiste em um projeto estratégico. O projeto estratégico é o conjunto de propostas e atividades que se sabem necessárias para alcançar a meta.

O projeto estratégico pode ser uma resposta ou um conjunto de respostas aos problemas detectados e que exigem solução. Deve ser a resposta na realização. A resposta é “construída” a partir da ação dirigida. Se não se pode realizar, o projeto fracassa. Mas há uma responsabilidade intrínseca na instância do projeto inseparável e inescusável. Esta instância é a do “realizável”. O grau de realização de um projeto é seu grau de consequência e efetividade sobre a realidade.

O projeto estratégico possui alguns pontos-chave: objetivo, situação, plano, procedimento de realização, projeção dos cenários futuros.

Neste ponto, podemos observar que o projeto estratégico, ao partir de uma situação presente para um horizonte futuro, encontra-se atravessado por uma variável que influencia em todos os seus pontos e que se transforma, para tanto, na variável principal.

3.2.1 O CENÁRIO

O cenário constitui-se em um entorno local, regional e internacional, não neutro, composto por uma mistura de fatores geopolíticos, históricos, sociais, culturais, econômicos, etc., sendo povoado por atores estruturais e conjunturais que expressam diversos níveis de poder assimétrico, que ocultam ou exibem, conforme seu potencial, graus de conflito, entendidos a partir de nossa visão como inerentes à natureza humana.

Não se pode criar ou estimar projeções de cenários futuros sem analisar as potencialidades e debilidades do cenário presente,

é justamente aí onde a estratégia se move em seu caráter de práxis deliberada.

3.3 O PODER

A problemática do poder segue reduzida a uma perspectiva “ideológica” ou “jurídica”.

O poder é uma capacidade social que se manifesta em quatro níveis, e com este enfoque multidimensional rompemos o nível institucional do poder: a autoridade, a influência, a manipulação e a coerção.

O poder se conforma com elementos concretos que compõem a realidade social: ações e práticas de todo tipo (institucional e organizacional), de mitos, de crenças, de valores e de organizações de capacidade criativa e impositiva. Desta forma se produzem assimetrias no conjunto das relações sociais.

Os ingredientes do poder a partir deste enfoque são:

- a) Ideias e crenças: os símbolos, mitos, conhecimento, ciência e ideologia.
- b) População: setores sociais, classes, estratos, marginalidades.
- c) Espaço: território, áreas centrais e periféricas.
- d) Recursos e tecnologia: desenvolvimento econômico, produtividade, desenvolvimento tecnológico.
- e) Organização: variáveis orgânicas do Estado, partidos políticos, organizações trabalhistas e de produção, organizações armadas, etc. (LABOURDETTE, 1999, 87-90).

3.4 O TEMPO

O ciclo estratégico completa-se com o tempo. Todo ensaio, todo projeto e toda realização de caráter estratégico requer tempo. Neste sentido, pode-se considerar que é um fator ou recurso escasso e necessário. Entretanto, discute-se o que é o tempo, filosoficamente e cientificamente. No âmbito da estratégia, dizemos que é um recurso escasso, instável, impreciso. Não existe nenhuma segurança do que é o tempo.

Mas o tempo cronologicamente cria e destrói o poder, por isso a estratégia necessita firmar uma relação privilegiada com o tempo.

Necessita de tempo para se realizar e precisa estabelecer um controle sobre o tempo.

4 CONCLUSÃO

Os quatro degraus consistem em um esquema prático, a partir do conceitual, para ponderar sobre as distintas etapas no tempo sobre a estratégia. São etapas possíveis e prováveis, mas nada indica que, na realidade, elas precisam ocorrer inevitavelmente e que estes distintos momentos temporais devam acontecer obrigatoriamente. São apenas guias conceituais para avaliar a situação em que se encontram as estratégias dentro das operações. Por isso, este modelo tentado apenas pode possuir um marco flexível para observar e analisar os níveis temporais em que estão as estratégias na ordem temporal, no campo onde diferentes estratégias competem ou lutam, no grau de desenvolvimento e decadência de cada uma delas. Assim, é possível detectar o poder, a força e a potencialidade, pelo menos de forma temporal, do complexo jogo estratégico de cada um de seus componentes. E, quiçá é possível inferir os graus futuros que cada estratégia e conjunto devem percorrer até o final, tratando de resgatar fatores de previsão ou ao menos de aproximação, sempre tão esquivos no campo do social e histórico.

Em síntese, é necessário retomar a prática do pensamento estratégico e renová-lo, para que nossos países não sejam reféns do curto imediatismo. Por ele, resulta vital um pensamento estratégico nacional – o pensamento estratégico é um pensamento político e a estratégia é um subproduto do pensamento político. Neste sentido, é um pensamento de princípios gerais, não ideológico; é um pensamento global, mas atento a não se deixar arrastar pela tentação das novas totalizações.

Conceitos gerais em um mundo global de hoje – a avaliação é global, não isolada, mas o sistema de conceitos global não é uma nova totalidade –, as totalidades são sempre o pré-anúncio de uma nova ideologia, e este pensamento conceitual global é um pensamento em que se funda a vocação de protagonismo e inserção internacional de uma Nação.

A essência da política é a vontade de Poder, não é a análise e o pensamento político. E a vontade de Poder é a vontade de um País e de uma Nação. Hoje existe mais força do que nunca no conceito de Nação. O que

está em crise é o tipo de Estado que será protagonista na globalização, e este não é somente um Estado nominal. O problema é que a força de uma Nação se manifesta em sua vocação de inserção internacional. É sua vontade de poder. (CASTRO, 1999, p. 90).

No convencimento de que a América do Sul tem algo a dizer, algo próprio a transmitir nesta sociedade mundial em crise, onde o que emergirá não é uma sociedade fundada na homogeneidade de seus protagonistas, senão em uma afirmação e exaltação das diferenças, das diversidades e da pluralidade, daí que nos resulta vital recuperar o exercício do pensamento estratégico para resgatá-lo e torná-lo viável aos múltiplos desafios da globalização no século XXI. O século XXI encontra-se envolto na terceira onda do processo de globalização, entendida esta como um processo de natureza histórica, cuja primeira onda a impulsionou para os grandes descobrimentos geográficos, que foi a expansão mercantil do século XV ao XVII; a segunda materializou-se por meio de revolução industrial no século XVIII; e a terceira onda foi a revolução da informação e da comunicação no século XX.

A globalização aprofunda-se com a nova situação geográfica mundial, cuja característica consiste, a partir da queda do muro de Berlim, na passagem de uma época marcada pela bipolaridade, a uma nova fase que, todavia, não podemos precisar se terá uma matriz unipolar ou multipolar. Além disso, a globalização, nesta terceira fase, como resultado da vertiginosa revolução tecnológica, cuja face mais visível seria “o continente virtual” ou “a aldeia global”, trouxe um processo de redefinição do papel do Estado como o único ator do sistema mundial, pois surgem, na atualidade, novos atores públicos e privados, apagando as fronteiras internas e externas existentes. Entretanto, o conflito segue intacto, “o final da história” foi uma ilusão fugaz, o que vem ocorrendo é o contrário, os conflitos têm-se revitalizado, confirmando uma vez mais que constituem uma ação de natureza intrinsecamente humana, e, portanto, social.

A partir do que foi exposto ao longo deste capítulo, é mister afirmar que é necessário e imprescindível, mais do que nunca, recuperar a cultura do pensamento estratégico, obrigando-nos a intervir criativamente em um cenário de conflitos que exige rapidez de soluções, edificadas sobre um projeto. O presente ensaio visa alcançar este fim, porque

acreditamos que também exista uma perigosa repetição, sobrecarregada de valorações, a respeito da funcionalidade da estratégia, em risco de esvaziar o seu conteúdo.

Inseridos no âmbito educativo, não podemos nos esquecer da responsabilidade que nos exige o tempo histórico em que vivemos.

A educação na globalização significa a aquisição de competências para a tomada de decisões em um cenário de incertezas.

Assim, a estratégia, neste processo de redescobrimento que fazemos, torna-se vital para nos transformarmos **em protagonistas, assumindo nosso papel de atores sociais e nacionais neste novo século**⁴.

REFERÊNCIAS

CLAUSEWITZ, Carl Von. *De la guerra*. Buenos Aires: Solar, 1983.

FLORIA, Carlos. Prólogo. In: *El príncipe*. Buenos Aires: Solar, 2002.

MILIA, Fernando A. *Estrategia y poder militar*. Bases para una teoría estratégica. Buenos Aires: Base Naval/Instituto de Publicaciones Navales, 1965.

HART, Liddell. *Estrategia*. La aproximación indirecta. Buenos Aires: Círculo Militar, 1984.

BEAUFRE, André. *Introducción a la estrategia*. Buenos Aires: Struhart y Cía, 1982.

PARET, Peter. *Creadores de la estrategia moderna*. España: Princeton University Press 1986. 1991. Versión española Ministerio de Defensa de España.

RELAMER, Guillermo. *Estrategia answer just time*. Bases para una teoría estratégica. Buenos Aires: Base Naval/Instituto de Publicaciones Navales, 2005.

4 Os trechos negritados no texto traduzido reproduzem aqueles que estão da mesma forma no texto original do autor.

LABOURDETTE, Sergio. *Secret and power in social life*. In: Orientación y Sociedad. Buenos Aires, v. 5. 2005.

BOLETÍN DEL INSTITUTO DE SEGURIDAD INTERNACIONAL Y ASUNTOS INTERNACIONALES. Entrevista do autor a Jorge Castro publicada en el Año 2. v. 5. Marzo de 1999.

SEGUNDA PARTE: DO UNIONISMO HISPANO-AMERICANO AO INTEGRACIONISMO LATINO-AMERICANO

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar os fundamentos sócio-históricos que justificam o pensamento integracionista latino-americano, desenvolvido desde o unionismo do século XIX até o integracionismo político do século XXI. Os processos de integração constituem respostas geopolíticas para ganhar espaços de soberania de fato, condição básica para fortalecer a autonomia e a viabilidade dos Estados que serão – já são em uma “ordem” unipolar, multipolar ou unimultipolar – exclusivamente os Estados continentais industriais.

Um Estado Continental industrial deve sustentar-se em função de um Poder multidimensional e de uma matriz tangível e intangível. Não há nada mais errado do que conceber um poder em forma exclusivamente coercitiva como um rígido poder unicamente. Neste caso, os EUA seriam eternamente uma potência como poderia ter sido o Império Romano, se nos guiamos exclusivamente por seu orçamento e potencial militar. Um poder multidimensional exige todas as dimensões que formam a realidade social: a) Ideias e crenças: símbolos, mitos, conhecimentos, ciência e ideologia; b) População: setores sociais, classes sociais, estrato e marginalidades; c) Espaço: território, áreas centrais e periféricas; d) Recursos e Tecnologia: desenvolvimento econômico, produtividade e desenvolvimento tecnológico; e) Organização: variantes orgânicas, Estados, partidos políticos, organização do trabalho e da produção, organizações armadas etc. (LABOURDETTE, 1999, p. 95).

As ideias e crenças, entendidas como fatores intangíveis da identidade e como sistema de ideias mobilizadoras da comunidade,

são as que fortificam o projeto estratégico do poder multidimensional, para que ele não ande à deriva ou para que não haja uma assimetria da dimensão do poder, como, por exemplo, ocorre nos Estados Unidos: eles transformaram seu complexo militar industrial no poder real de um Estado, pensamento próximo ao que existiu a milhares de anos na concepção militar do Império assírio da Antiguidade. Podemos entender que os processos de integração somente serão viáveis no sistema mundial, no caso de desenvolvimento que abranja ideias e crenças que totalizem o círculo cultural que se expressa na forma de um Estado continental industrial.

É necessário conferir ao processo de integração latino-americano uma autoconsciência histórica, reconstruindo o itinerário de um pensamento unitário, porque a maior defasagem da nação latino-americana consiste no fato de que somos um todo que não consegue se unir. Neste aspecto, trabalhamos ao longo deste estudo com a orientação da história das ideias conforme procederam os pesquisadores da América Latina, convocados pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), em 1974, durante a presidência de Leopoldo Zea.

Daquele momento em diante, sugere-se uma concepção da ideia, entendendo-a como um elemento significativo que integra uma estrutura mais ampla econômica, política, etc., respaldando as grandes ideias em suas diversas manifestações; também se aconselhava a não abordar a história das grandes ideias como apenas história acadêmica, senão abri-las à incorporação dos estudos dos grandes movimentos de libertação e integração latino-americana. Por último, destacava-se a necessidade de partir do pressuposto da unidade do processo histórico da América Latina, avançar desde as histórias nacionais até uma concepção mais ampla pelas grandes regiões (a América Central, a América Andina, o Caribe, o Rio da Prata, etc.), e indicar no que fosse possível as influências em relação aos processos históricos próprios, assim como ter em conta a presença das formas de consciência social dentro dos quais têm exercido seu papel as ideias (ZEA, 1986, p. 36). Este marco conceitual contextualiza a análise interpretativa que se apresenta neste trabalho.

Assim mesmo, precisaremos de algumas questões particulares metodológicas para obter um corpo coerente do trabalho. Lidamos com uma consideração não dogmática da categoria do pensamento, mas sim com a sua concepção ampla e frágil (BARRIOS, 2007, p. 30).

Complementamos nosso marco metodológico, afirmando que uma história pura das ideias não tem sentido, daí a importância de sua relação com os desafios ou “tensões” impostas pelo seu tempo, pelo que no pensamento político é claramente dinâmico e não dogmático e, além disso, “neuro”, porque nos distancia de toda conotação ideologizante. O estudo da história das ideias deve ter em conta as variadas interações que se produzem entre as ideias e a realidade política, social e econômica.

Trataremos de “evitar cair em reducionismos muito fáceis de cometer se mantivermos um enfoque dogmático e unilateral, para tanto manejamos com uma concepção multicausalista e probabilística que nega a possibilidade de atribuir a priori de forma definitiva, um peso determinado a uma categoria de fatores ou motivações frente a outros”. (BARRIOS, 2007, p. 31).

O universo de estudo que abordaremos será o da busca incessante da unidade latino-americana com suas matrizes, vertentes e variantes, de acordo com sua dinâmica histórica em relação às “tensões de época”, dividida em dois subtipos: a) o unionismo hispano-americano do século XIX e b) o latino-americanismo integracionista do século XX e suas perspectivas no século XXI.

Parece-nos muito importante realizar esta subdivisão dentro da categoria mais ampla do pensamento integracionista, já que o objetivo geoestratégico da unidade subcontinental da raiz ibero-americana ou latino-americana (nós manejaremos a partir desses conceitos, já que nos parece inútil entrar em uma discussão problemática e improdutiva aos fins deste trabalho) consistiu e consiste na busca da autonomia e na origem do *ethos*, ou seja, o sujeito latino-americano. Para ambas as etapas, enfocaremos suas figuras mais representativas: Bolívar e San Martín, com o unionismo hispano-americano: século XIX–; Manuel Ugarte: século XX –nexo entre o hispano-americano e o latino-americano. e Juan Perón: século XX e XXI.

2 O UNIONISMO HISPANO-AMERICANO – SÉCULO XIX

Na história da humanidade, a gênese da América Latina constitui um acontecimento único e original. Efetivamente, nunca antes e nem depois houve tamanho encontro e fusão dos três grandes troncos da

família humana em um mesmo espaço planetário, pela confluência da estirpe indo-americana pré-existente, originária da Ásia e Oceania – com os brancos europeus e os negros africanos. Mas este acontecimento, por certo, não foi unicamente uma mestiçagem (ainda que inédita) meramente limitada ao étnico e em definitivo submetida a uma “aculturação”, induzida de fora por um sistema de vida e cultura “imposta” pelo “conquistador” espanhol dos tempos modernos.

Foi uma “regeneração” humana e cultural, uma profunda síntese, que, sobre a raiz indo-americana, “criou” a insólita novidade de um ser histórico de identidade definida, fundada na comum cosmovisão do catolicismo barroco e na intercomunicação, constituída e unificada das línguas hispânicas (espanhol e português). Nasceu, assim, uma nova dimensão da família humana, dotada também de uma cultura original e renovadora, que chega até os nossos inovadores dias, apesar de dois séculos deformados por “alienações” e persistentes embates “colonialistas”. Para compreender esta radical originalidade de nossa identidade nacional latino-americana, é preciso examinar o processo e a característica da rica e intensa mestiçagem originária, e o peculiar ordenamento do chamado “Reino das Índias”.

Roma foi a gestora da unidade histórico-cultural da Península Ibérica, desde que, no início do século II a.C., a Hispanha foi integrada ao mundo latino. Nos quase sete séculos, a Hispanha ofereceu a Roma grandes personalidades, como, por exemplo, os imperadores Trajano e Adriano e o filósofo Sêneca. Prestou-se como barreira de contenção dos ataques do islamismo à Europa e, simultaneamente, serviu de escada mediante a qual o Império Romano entrou em contato com as riquezas orientais. Entretanto, foi na luta da “reconquista” que a Espanha forjou sua identidade – a Hispanha incluía Portugal –, já que este país nasce como um condado de Castela e logo se torna independente, no ano de 1139. Durante os anos de 1580-1640 retornou a aliança peninsular durante o reinado dos Felipes, mas posteriormente a tendência atlântica de Portugal.

Quatro características essenciais caracterizavam a constituição política do reino americano: o caráter independente, separado e distinto do Reino das Índias a respeito do Reino de Castela e de outros domínios peninsulares e europeus de dita coroa; a natureza principalmente consuetudinária de sua organização; a chamada “assimilação institucional” com os modelos de

Castela e um profundo sentido de expressão popular e de liberdade política, através das prefeituras ou câmaras municipais da vizinhança americana, verdadeiros titulares da soberania do Reino. (ABADIE; SANTEICIERI, 1992, p. 41).

Por reais títulos, de 14 de setembro de 1519 e o de 9 de julho de 1520, os domínios americanos haviam sido declarados integrantes do Reino das Índias e em perfeita igualdade jurídica com a Espanha. A monarquia dual da Espanha e Índia foram contratuais e usufrutuárias, e não patrimoniais. Pode-se dizer que o titular da Coroa das Índias – que era o mesmo da Coroa da Espanha – juridicamente era depositário e administrador da soberania do Reino que em um pacto ou contrato tácito haviam outorgado aos povos a dinastia reinante, mas sem renunciar a essa soberania recebida de Deus. E como ensinava o padre Juan de Mariana S. J. (1536-1623), em sua obra *Constituição da Dignidade Real*, os reis serviam ao povo e não o povo aos reis, se alguns destes abusavam de suas prerrogativas, dispendo com arbitrariedade e abuso de poder, convertiam-se em tiranos, em nome da soberania infringida, podiam matar, porque ainda sendo o assassinato um crime, ele deixava de sê-lo e passava a glorificar quem o praticou.

Carlos Stoetzer afirma que:

Com a “incorporação” das Índias pela Coroa de Espanha, estas deixaram de ser colônias e se transformaram em reinos em que os reis deveriam conservar as terras perpetuamente. Esta declaração implicava no início da igualdade jurídica entre a Espanha e as Índias, fato significativo que será posto em destaque pelos hispano-americanos durante a emancipação. O caráter proprietário das Índias foi declarado especificamente pelo Imperador Carlos V, em 14 de setembro de 1519. (STOETZER, 1996, p. 27).

O catedrático da Universidade de Paris X Nanterre, Thomas Calvo, nos parece contundente e crucial ao esclarecer o que ocorreu com o pensamento latino-americano na sua fase de unionismo hispano-americano. Ele diz:

No que se refere às regras, Felipe II as fixou de forma muito clara no Conselho das Índias em 1571: “E posto que os reinos da Espanha e das Índias pertencem à

mesma coroa, e que em consequência, suas formas de governar devem ser as mais semelhantes possíveis...”. Assim, pois, se trata das Índias da Espanha, mas a salvo de cometer um anacronismo e projetar sua interpretação ao final do século XIX, não há neste texto nenhuma suspeita de pensamento “colonialista”. Pelo contrário, implicitamente, o rei deixa que sobre ambos os domínios plane uma sombra de igualdade, inclusive uma margem de autonomia. Este pensamento político transparece na literatura tradicional dos Hasburgos: “rei da Espanha e das Índias”.

(...) As mudanças que se produzirão com os Bourbons serão significativas: o título de “Rei da Espanha e Imperador das Índias” põe em destaque a centralização e o Império, enquanto que a América se assemelha cada vez mais a uma colônia. (CALVO, 1996, p. 51).

Na realidade, o absolutismo dos monarcas da Casa de Hasburgos — ou Austrias, como também é conhecida— foi um fato político que subtraiu competências e atribuições aos conselhos americanos, mas que não derogou o fundamento da natureza política e jurídica do regime institucional hispano-americano. Mas a ascensão ao trono dos monarcas da Casa de Bourbon implicou a implantação de um novo sistema inspirado no despotismo francês, no qual o rei era considerado, não como o Primeiro Magistrado da Nação, mas como o amo e senhor do reino e seus domínios. Entretanto, tão fundo havia atingido a imagem do rei como expressão suprema da Nação, que a própria insurreição seria feita aos gritos de “Viva o Rei! Morra o mau governo!”.

Em resposta às “tensões” do centralismo borbônico, encontramos a origem da derrota do movimento unionista hispano-americano ou da primeira fase do pensamento integracionista latino-americano.

Na realidade, as chamadas guerras da Independência foram uma guerra civil entre dois setores: o setor absolutista borbônico, simbolizado pela política de Fernando VII e a Santa Aliança; e os setores monárquicos constitucionalistas. Esta luta tem uma primeira expansão entre 1808-1814, quando a guerra civil se mistura com a defesa contra o invasor francês e, a partir de 1814, com uma roupagem de impulso imperial, motorizada na Santa Aliança e na derrota de Napoleão. Esta variável externa se torna importantíssima para entender o nascimento do unionismo latino-americano.

Concordamos com Enrique Zuleta Álvarez quando afirma:

[...] o pensamento integracionista não era uma continuidade artificial nem uma teoria de minorias utópicas. Pelo contrário, era a continuação da unidade com a que havíamos nascido na face da história, na qual já possuíamos uma personalidade própria. (ZULETA ÁLVAREZ, 2000, p. 47)

As máximas expressões do unionismo hispano-americano são os libertadores José de San Martín e Simón Bolívar. No fundo, o unionismo hispano-americano, na sua cosmovisão e dimensão genética, passa pela criação de um âmbito político de solidariedade continental da raiz hispano-americana, como consequência do desmembramento do Reino das Índias. Podemos decompor este pensamento político em quatro variáveis: dimensão histórica; paradigma; imagem do adversário; e, metodologia ou regime político (BARRIOS, 2007, p. 46). Podemos afirmar que o unionismo hispano-americano é um pensamento dinamizador do povo em que se identifica: dimensão histórica: a unidade cultural de 300 anos do Reino das Índias; os paradigmas: solidariedade e fraternidade dos povos hispano-americanos; imagem do adversário: absolutismo borbônico; e, metodologia ou regime político: um governo centralizador que possui uma forma monárquica como buscaram San Martín e Belgrano ou sob a forma de presidência vitalícia com Bolívar.

Não podemos negar que existiu uma pré-história fundacional do unionismo hispano-americano. Podemos citar como exemplos os projetos espanhóis do Conde de Aranda (1783) e de Manuel Godoy (1804), que significaram, em essência, salvar o mundo hispano-americano da ascendência do poder estadunidense e salvar a Espanha da decadência, sempre e quando articulassem uma confederação monárquica com a América espanhola. José Luis de Imaz também destaca como fato fundacional a possibilidade fracassada no ano de 1812 de constituir uma Comunidade Hispânica de Nações nas Cortes de Cádiz (DE IMAZ, 1984, p. 155).

O documento fundacional do unionismo hispano-americano com um impacto direto em Francisco de Miranda foi a esquecida “Carta aos espanhóis americanos”, do jesuíta peruano Juan Pablo Viscardo y Guzmán (1748-1798), datada de 1792. Miranda ocupou-se de traduzi-la e difundi-la na Europa, ainda que tenha sido publicada somente em

1799. Viscardo (1792, p. 12) avalia que “uma vez destruído o império despótico dos conquistadores, a América será uma única e grande família de irmãos, incluídos os espanhóis que elejam a razão é a justiça”. E termina: “O Novo Mundo é nossa Pátria e sua história e a Nossa.

O venezuelano Francisco de Miranda é unanimemente considerado como o “grande precursor”, sendo um ardente propagador das ideias libertárias na Europa e, muito particularmente em nossa América. No final do século XVIII, Miranda concebeu um enorme Estado nos domínios espanhóis (a partir de Mississipi até o Cabo de Hornos) que levaria o nome de Colômbia (DE MIRANDA, 1977).

Mas retomemos o eixo do unionismo hispano-americano, centrando nos libertadores. Parece-nos essencial não perder de vista as origens mais remotas da primeira autoconsciência unionista, pois, do contrário, poderia interpretar-se com simplicidade que as guerras da Independência significaram o nascimento das Repúblicas dos Libertadores, quando é a equação inversa: a luta inconclusa ou a primeira Independência. Felipe Herrera a sintetizava com uma declamação: “Pela integração econômica e a reintegração política”. Ou seja, o unionismo hispano-americano, em sua manifestação máxima, para que não se dividisse o que esteve integrado durante 300 anos.

Simón Bolívar (1783-1830) foi o primeiro pensador das integrações regionais, além de encabeçar a ação libertadora, transformou ideia em ação. Demetrio Boersner disse:

Contra o conceito unilateral e hegemônico contido na Doutrina Monroe, o libertador Simón Bolívar gestou o princípio da solidariedade de todos os países latino-americanos em um plano de igualdade e segurança coletiva como fórmula de defesa comum contra as agressões emanadas de dentro ou de fora da região. O pensamento bolivariano rechaçava as hegemonias; para ele, os povos hispano-americanos deveriam adotar mecanismos multilaterais para que, unidos e em perfeita igualdade de condições, garantissem a segurança e o progresso (BOERSNER, 1966, p. 79).

As ideias bolivarianas condensavam-se nitidamente em sua célebre Carta da Jamaica, escrita no seu exílio, em setembro de 1815, que, em um dos parágrafos, afirma:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Mundo Novo uma só nação, com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que têm uma origem, uma língua, um costume e uma religião, deveriam, por consequência, ter um só governo que confederasse os distintos Estados que haveriam de se formar; mas não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, características semelhantes, dividem a América. Que belo seria que o Istmo do Panamá fosse para nós o que o Corinto é para os gregos! (BOLÍVAR, 2001, p. 32).

Pela primeira vez vemos de forma nítida o núcleo do unionismo hispano-americano, tal qual Bolívar definiu a nação como uma comunidade cultural. Mas adverte:

Seguramente a união é o que nos falta para completar a obra da nossa geração. Entretanto, nossa divisão não é absurda, porque tal é a distinção das guerras civis formadas geralmente entre dois partidos: os conservadores e os reformadores” (2001, p. 33).

Aqui, Bolívar destaca, já em 1815, as limitações que dificultaram as primeiras independências. Sua ação se planejou no Congresso do Panamá, que se iniciou em 22 de junho de 1826. Estiveram presentes os representantes da Grande Colômbia, do Peru (incluía a Bolívia), do México e da América Central. É interessante ressaltar que [pelos integrantes do Congresso do Panamá] foi convidado o Brasil, enquanto os EUA foram convidados por iniciativa de Francisco de Paula de Santander, contra a vontade do Libertador, e os ingleses enviaram observadores. As Províncias Unidas do Rio da Prata, o Brasil e o Chile por diversos motivos não aceitaram participar.

Desta forma, estabeleceram-se os esquemas de inserção internacional da região. O primeiro, a Doutrina Monroe, fundamentava-se no predomínio de uma Nação sobre as demais, originando o pan-americanismo. O segundo, de Bolívar, expresso no Congresso do Panamá, tinha por base a igualdade entre os povos, a solidariedade e a segurança coletiva da América Hispânica (BOERSNER, 1996, p. 82). “Nossa força nascerá desta união [...]”. Os projetos de Bolívar não são cópia da Europa [...] Não se tratam de um sonho louco de dominação, senão de um sonho de liberdade, de progresso político, de criação ou reforma do seu continente.

Com a união da América Espanhola, ela será “a mãe das repúblicas, a maior nação do planeta, podendo enfrentar a Europa para se defender primeiro e para estabelecer o equilíbrio dos continentes depois”, nos disse Rufino Blanco Fombona, personalidade central do latino-americanismo do século XIX (BLANCO FOMBONA, 1995, p. 32).

É imprescindível analisar o pensamento e a ação de Bolívar, vinculando-o ao pensamento e a ação do Libertador do Sul, José de San Martín. Parece-nos útil frisar que as guerras de emancipação englobaram todo o espaço geográfico da América espanhola e meridional, isto é, que as ações militares e a primeira Independência foram resultado de uma luta de caráter sul-americano subcontinental, em que os exércitos de ambos os libertadores foram forças sul-americanas. Isto que resulta tão claro da ação dos libertadores, a luta contra o sistema de ideias do unionismo hispano-americano, é nosso dever entendê-lo hoje desde a dinâmica do século XXI. Fomos independentes porque lutamos juntos para não nos dividirmos, ou seja, Bolívar ou San Martín são gestores de uma independência na unidade e não pais de repúblicas múltiplas, que se dividiram logo após o término da guerra da Independência. É sintomático um ponto esquecido ou obscuro da ideia da ação feita pelos libertadores. Versa sobre o Tratado de Julho de 1882, entre a Grande Colômbia e o Estado do Peru no qual “se unem, se ligam e se confederam a partir de agora e para sempre na paz e na guerra”, e onde se estabeleceu o princípio da cidadania hispano-americana em toda a América meridional (BLANCO FOMOBONA, 1995, p. 32). Aqui vemos que o unionismo hispano-americano – muito além de uma ação militar – marca os rumos políticos vigentes ainda hoje no século XXI.

A coerência de San Martín para Pérez Amuchástegui é a prova de fogo e fundamenta-se em “que queria impor uma aliança político-militar de todas as províncias antes espanholas com caráter permanente” (PÉREZ AMUCHÁSTEGUI, 1979, p. 60).

É mais que demonstrado os graus militares do Libertador San Martín quando morre, em 17 de agosto de 1850. Capitão Maior do Chile, Brigadeiro General da Argentina e Generalíssimo do Peru. Quase aos sessenta anos, quando se produziu o bloqueio anglo-francês, em 1845, à Confederação Argentina, San Martín escreve para Guido, demonstrando novamente a identidade e autoridade de sua ação e pensamento:

[...] Recebi notícias bem desagradáveis de nossa pátria. É inconcebível que as duas maiores nações do mundo se uniram para cometer a maior e mais injusta agressão que se pode cometer contra um Estado independente: não há mais que ler o manifesto feito pelos enviados ingleses e franceses para convencer ao parcial da atrocidade injusta com que procederam – “a humanidade” –, e se atrevem a invocá-la os que têm permitido pelo prazo de quatro anos derramar o sangue e quando a guerra já havia cessado por falta de inimigos, se interpõem, não mas para evitar males, senão para prolongar-los por tempo indeterminado. O senhor sabe que eu não pertenço a nenhum partido, me equivoco, eu sou do Partido Americano; assim que não posso olhar sem o maior sentimento dos insultos que se fazem à América; agora mais que nunca sinto que o estado de minha saúde não me permite tomar uma postura ativa em defesa dos sagrados direitos nossa pátria, direitos que os demais Estados Americanos se arrependem de não ter defendido, ou pelo menos protestado contra toda intervenção dos Estados europeus. (SAN MARTÍN, citado em GALASSO, 2000, p. 538).

Para recapitular nos perguntamos: – O que foi e o que é o fundamento último do unionismo hispano-americano, elevado por Bolívar e San Martín à sua máxima expressão? Por que ele constitui a origem ou primeira fase do pensamento integracionista latino-americano? Os libertadores fiéis ao Reino das Índias, que lhes havia dado uma organização institucional e uma nova cultura de 300 anos, ainda que não para uma monarquia centralizada, temem a destruição dela e a queda em localismos e tribos. Somente a potencialidade da união o evitará. “Nós não podemos viver senão da união”, disse Bolívar (AMUCHÁSTEGUI, 1979, p. 49).

Há que lutar por uma nova união que tenha como matriz a cultura hispano-americana. Uma nova união com o consentimento de toda a América espanhola inclui o Brasil português. Somente desta maneira, a partir de um novo pacto, se poderá subsistir. Temos que recriar a partir do conceito de justiça a comunidade latino-americana.

“Divididos seremos fracos, menos respeitados pelos inimigos e neutros. A união sob um único governo supremo criará nossas forças e nos tornará formidáveis” (BOLÍVAR citado em ZEA, 1971, p. 34).

A metodologia deve ser original, sem copiar instituições, senão partindo da realidade. Sem caminhos desconhecidos. Simón Rodríguez, o professor do Libertador sentenciou: “A América espanhola não pode imitar... nem a Europa, que é ignorante em política, corrompida em seus costumes e defeituosa no seu conjunto; nem os Estados Unidos, cujas circunstâncias são inteiramente distintas... Devemos ser Originais”. (RODRÍGUEZ citado em ZEA, 1971, p. 135).

3 O LATINO-AMERICANISMO INTEGRACIONISTA

Podemos destacar este ponto com a ideia forte de que os três séculos do Reino das Índias deixaram uma integração cultural, linguística, de costumes e de religião que não alcançaram dois pontos vitais: o político e o econômico, apesar do triunfo de San Martín e Bolívar. A política converte-se em guerra durante o século XIX. Temos citado que caracterizar o pensamento, em sua acepção ampla, significa buscar respostas às “tensões” da época.

As “tensões” emergentes entre o século XIX e princípio do XX estão em sequência enumerados.

1 - Disseminação do poder dos EUA por todo o mundo. Os EUA começam a emergir como um Estado continental industrial bioceânico, diferentemente dos Estados nacionais industriais (Inglaterra, França, Itália, Alemanha e Japão).

2 - As formas expansionistas assumidas variaram desde a intervenção direta, no caso de Cuba e Porto Rico, até os grandes investimentos de capital. Desta maneira, foram anexadas as ilhas do Haváí (março de 1898). Os EUA entraram em guerra contra a Espanha, fato que lhes permitiu a anexação de Porto Rico e das Filipinas, e estabeleceu o Protetorado de Cuba (1901). Provocou uma revolução no Panamá para separar a região do Istmo do Panamá e fortalecer o canal (1903). O sistema de proteção estendeu-se a Santo Domingo (janeiro de 1905) e logo depois para Nicarágua e o Haiti.

3 - A autoconsciência histórica do povo estadunidense deixa que eles se sintam destinados pela providência a reger os destinos da humanidade. Desta forma, este país rompe o século XX, convertido no primeiro Estado continental industrial da história, distanciando-se da condição das potências “medianas”, como a dos Estados-Nações industriais do século XIX: a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Itália e o Japão, que

deixam de constituir modelos paradigmáticos de desenvolvimento e de autonomia e abrem espaço para um novo poder.

4 - A América Latina fragmenta-se na medida em que consegue a primeira Independência. Nasce os Estados-Cidades, que encabeçam a periferia agrária da divisão internacional do trabalho; Estados-Cidades como os de uma gigante Grécia antiga, algo totalmente oposto aos Estados Nacionais industriais emergentes do sistema mundial, motor da modernidade europeia ou da “Nação de Repúblicas” confederadas que pensou Bolívar. São sociedades agrárias pré-industriais das quais se estruturam os Estados, sustentadas pelo Império Britânico que as converte em anexos agroexportadores. Por outro lado, forma-se um conjunto de Estados-Cidades que importam as teorias constitucionalistas dos Estados Nacionais industriais. São os últimos expoentes de uma antiguidade que se disfarçou de Estado-Nação. Enquanto isso, o Brasil manteve-se unido pela política lusitana ao instalar a monarquia portuguesa no Rio, em 1808, durante a invasão napoleônica.

5 - A guerra hispano-americana por Cuba, em 1898, demonstra o momento em que os EUA entram na corrida imperialista geopoliticamente fora de seu território continental. A este respeito não podemos perder de vista o contexto político que acercou a contenda. Ainda que tenha sido a Espanha, e não precisamente a América espanhola a derrotada, no conceito popular, tratava-se de uma derrota da “raça morena” e “inferior”, frente às mãos de uma “raça” nortenha, isto é um bom exemplo do triunfo de um “povo mais apto” sobre “um grupo inferior”, segundo as teorias do positivismo dominante que legitimavam ideologicamente aos nascentes Estados-Cidades (METHOL FERRÉ; METALLI, 2006, p. 58).

6 - A Revolução Mexicana de 1910 irrompe na história política latino-americana, quebrando pela primeira vez o positivismo dominante, até este momento, estabelecido no continente por meio de regimes políticos de “democracias restritas” ou de “ditaduras oligárquicas integradoras”, que se mantinham unicamente sob a condução de uma minoria ilustrada, um Estado poderia se desenvolver até o progresso indefinido sob o lema de Comte: “Ordem e Progresso”. Os paradigmas são a Argentina, de ordem conservadora; o Brasil, da República Velha e o México Novo. Essas situações, convertidas em “tensões”, não constituem uma mera construção auxiliar da análise. Essas “tensões” geraram duas

correntes do pensamento que buscaram encontrar uma resposta política, social, cultural e econômica do conflito.

A primeira corrente do pensamento reconhece-se como a “filosofia do pessimismo”. Trata-se de um sistema de ideias que busca explicações ambientalistas e biopsicológicas para encontrar as raízes do problema latino-americano. O argentino Carlos Bunge, o boliviano Alcides Arguedas e o mexicano Francisco Bulnes são alguns de seus expoentes principais. O latino-americanismo integracionista ou nacionalismo latino-americano do século XX é a outra corrente emergente. Esse movimento tem seus antecedentes no unionismo hispano-americano, primeira fase do pensamento integracionista, cujo episódio decisivo foi o Congresso do Panamá, de 1826. Simultaneamente ao unionismo, os Estados Unidos impulsionaram, desde 1823, a doutrina Monroe, com o epicentro na reunião do Primeiro Congresso Pan-Americano, tendo James Blaine como um de seus difusores mais destacados. Essa doutrina, de base hegemônica, constituiu a fundamentação teórica do expansionismo norte-americano. De alguma maneira, o bolivarianismo e o monroísmo marcam a história política da América Latina.

A característica fundamental do nacionalismo continental do século XX foi a resposta à irrupção visível dos EUA na história mundial, valendo-se da guerra de Cuba e das Filipinas, quando os *cowboys* se transformaram em *marines*. Qual é o dilema do nacionalismo continental do século XX? Como ele se enlaça com o unionismo hispano-americano? Por que forma parte da segunda fase do pensamento integracionista? A luta criada por Rodó, Manuel Ugarte, Blanco Fombona, Vasconcelos e García Calderón, entre outros, pensou na unidade continental das categorias espaciais geopolíticas da Grande Pátria Latino-americana, ou seja, um Estado continental que superasse os Estados-Cidades no sistema mundial. Daí que o núcleo da ideia seja a recuperação de Bolívar, isto é, do unionismo hispano-americano com o aditamento da inclusão do polo português-brasileiro, que passou do Império à República, entrando desta maneira na etapa da segunda Independência, conceito este estratégico no pensamento integracionista da segunda fase, já que o unionismo hispano-americano constituiu a primeira Independência e o integracionismo do século XX. Esse momento histórico marca a autoconsciência ideológica e inicia a segunda Independência, tal como destacou José Martí.

No prefácio de *El porvenir de la América Española* – do argentino Manuel Ugarte –, encontramos a concepção durável do pensamento latino-americano do século XX. Ali se formula a primeira definição do que significa a Grande Pátria:

Nossa Grande Pátria é a América Espanhola – incluindo a América de variante portuguesa –, nossa nacionalidade final é o conjunto de costumes, memórias e preferências que partem de uma origem comum, obedecendo a iguais concepções e se articula no mesmo idioma. (UGARTE, 1910, XXI).

Não devemos nos deter no problema de que Nação agrega a ideia de desenvolvimento ou viabilidade, isto é, a sua possibilidade concreta de soberania e autonomia:

A este se acrescenta outro sentimento mais moderno, o da possibilidade da Pátria. Não basta que exista, é necessário que possa viver. A nacionalidade, como o Direito, é uma abstração se não estão apoiada em um volume e força que garanta seu desenvolvimento. (UGARTE, 1910, XXI).

Os pontos fundamentais do integracionismo latino-americanista, de acordo com Ugarte, como segunda fase do pensamento latino-americano, estão abaixo citados.

1 - A dimensão genética ou concepção histórica de seu latino-americanismo busca permanentemente a formulação de uma interpretação dos processos históricos que mais têm contribuído para a criação de uma consciência ibero-americana: a matriz mestiça da cultura latino-americana, o humanismo jesuíta, os libertadores com sua bandeira continental nas figuras de San Martín, Bolívar e Artigas, as limitações da independência política e da economia agrária dependente.

2 - O modelo ou paradigma da Grande Pátria surge nitidamente na proposta dos Estados Unidos ao Sul. Ugarte o expõe em 1901, com a inclusão da América de raiz portuguesa declarada explicitamente nesta nova fase. O latino-americanismo conduz em todas as suas dimensões à Grande Pátria, porque as pátrias isoladas são “impossibilidades históricas” e inviáveis.

3 - O antimodelo desse sistema de ideias manifesta-se na sua convicção da impotência política e histórica, de um latino-americanismo

parcial, pelo que o nacionalismo latino-americano incluía a totalidade das repúblicas ibéricas e latinas numa categoria geopolítica que envolve a América Latina, a Central e o Caribe.

4 - A metodologia social, política, econômica e cultural para construir a Grande Pátria depositava-se no interno, na formulação de um socialismo nacional, numa política de perfil industrial e em uma educação fortificadora da identidade cultural, incorporados a um regime de democracia social (TERÁN, 1986, p. 18-19).

Estamos às portas da passagem de um pensador arquetípico do nacionalismo latino-americano e o primeiro ator dos futuros movimentos nacionais populares que podemos denominar de terceira fase do pensamento latino-americano, com suas três dimensões de democratização, industrialização e integração que seguem a segunda fase, e com a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) de Haya de la Torre, Perón, Vargas e Ibañez (e seu conselheiro Felipe Herrera).

Em 1924, é fundado o primeiro partido nacional popular latino-americano: a Aliança Popular Revolucionária Americana. A APRA proclamou cinco pontos de política internacional: a ação conjunta dos povos da Indo-América contra o imperialismo yanque, logo após, este princípio estendeu-se a todos os imperialismos; pela unidade política da Indo-América; a nacionalização das terras e indústrias; pela internacionalização do Canal do Panamá; e, a solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo. Seu criador foi Victor Raúl Haya de la Torre, que o fundou no México a partir de seu exílio.

Qual é a novidade trazida por este artigo? O APRA surge como uma via original no campo das ideias políticas, superando o sistema conservador-liberal-radical na América Latina ao questionar, por intermédio de seu programa, o modelo de viabilidade do desenvolvimento agroexportador dos países latino-americanos, vinculando seu núcleo estratégico de ação com o programa do bolivarismo do século XIX e o latino-americano do século XX. Ugarte está no centro das ideias, funcionando como ligação. Luis Alberto Sánchez, discípulo de Haya de la Torre, afirma: “O aprismo tem um significado muito maior do que uma simples teoria social e de um partido político: tem a revisão e a interpretação total da vida indo-americana” (SÁNCHEZ, 1956, p. 33-34). Perón, a partir do realismo político, vê o núcleo da integração da América Latina na unidade da América do Sul e, por sua vez, o núcleo da América do Sul é a aliança argentino-brasileira. A realidade é que formam uma Nação, só que fragmentada, mas funciona como o

elo necessário de uma nova conjugação como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o que torna possível o impostergável salto duplo de Estado-Cidade⁵ a Estado-Continental; é o que Perón – em 1951 – denominou de “continentalismo” no novo ABC (BARRIOS, 2007).

Perón simboliza um avanço em relação à Haya de la Torre ao delimitar o caminho, a rota da unidade latino-americana, desde o campo da práxis do poder político, o que o torna o primeiro político e teórico da autonomia periférica. Vislumbra com clareza a base material da unidade latino-americana, que começa na América do Sul com a aliança argentino-brasileira. Da mesma maneira, em outro contexto, a unidade real da Europa inicia-se com a aliança franco-alemã no Tratado de Paris do Carvão e do Aço, de 1951.

Esta compreensão fez de Perón o reformulador da política latino-americana nos séculos XX e XXI. Introduziu o único caminho real de uma modernização e industrialização de bases endógenas dinâmicas. Expôs, em 11 de novembro de 1953, em uma conferência secreta na Escola Superior de Guerra, sua concepção continentalista sul-americana:

A República Argentina sozinha não tem unidade econômica; o Brasil sozinho não tem unidade econômica; o Chile isolado tampouco, mas estes três países unidos formam quem sabe no mundo atual a unidade econômica mais extraordinária de todo o mundo, sobretudo para o futuro, porque toda esta imensa disponibilidade constitui sua reserva... isto é o que ordena, imprescritivelmente, a necessidade da união do Chile, Brasil e Argentina. É indubitável que realizada esta união, os outros países sul-americanos cairão em sua órbita, que não serão favorecidos nem pela formação de um novo agrupamento e, provavelmente, não poderão, de maneira alguma, separados ou juntos, senão em pequenas unidades [...]. Penso eu que no ano 2000 estaremos unidos ou dominados, penso também que é prudente não aguardarmos que o ano 2000 chegue até nós, o melhor será nos esforçarmos para alcançar a união um pouco antes do ano 2000. (PERÓN, 1985, p. 49).

5 Estado-cidade é um conceito geopolítico aplicado por Alberto Methol Ferré em relação aos países emergentes da independência das repúblicas hispano-americanas no século XIX, que através de suas capitais-portos se inserem na divisão internacional do trabalho (Cf. Methol Ferré 1973).

4 A AMÉRICA LATINA NO SISTEMA MUNDIAL

Immanuel Wallerstein utiliza como núcleo transversal das ciências sociais o conceito de sistema histórico. Ainda que cada sistema histórico seja único, afirma que podemos classificá-lo em três tipos principais, conforme seu modo de produção, que – em termos gerais – concebe como a organização da base material da sociedade. Estes “três modos de produção estão associados a um tipo de entidade ou sistema de troca: o minissistema, o império-mundial e a economia mundial” (FERRÉ, 2000; BARRIOS, 2008). É um sistema porque se compõe de partes inter-relacionadas, as quais formam um todo; mas também é um sistema histórico, porque nasce e se desenvolve durante um período e, depois, entra em decadência. Podemos destacar quatro formas fundamentais que pode adotar a mudança social: transição, incorporação, ruptura e continuidade. Wallerstein devolve a história e a geografia às ciências; as mesmas expressões de “política mundial” ou “sistema mundial” transmitem uma visão de espaço hierárquico de visualização do mundo, e não permite dar-lhe inteligibilidade à dinâmica mundial (TAYLOR; FLIN, 2002, p. 7) no seu espaço temporal, unidades básicas essenciais nas ciências sociais.

No início do século XX, o geógrafo, político e parlamentar inglês Halford Mackinder explanava numa memorável conferência, no ano de 1904, “que a explosão geográfica estava virtualmente terminada” (WALLERSTEIN, 1996). Era o fim de um período histórico de quatro séculos que foi denominado de “a era colombina”, a era da formação do “sistema-mundo” aberta por Espanha e Portugal quando se iniciaram as navegações oceânicas no século XV. Este período foi antecedido pela Idade Média cristã e medieval, restrita em sua extensão geográfica, para passar à época colombina de grande expansão europeia pelo mundo. Após a era pós-colombina, haverá novamente um sistema político fechado e a sua esfera de ação será o mundo inteiro. Desde os anos 1900, o mundo é um sistema mundial. Trata-se da segunda etapa ou período do sistema mundial. A partir disso, há definitivamente uma só história, da qual tudo repercute. Esta é a originalidade que inaugura o século XX e que permite falar nas guerras mundiais.

O processo de unificação do sistema mundial – cuja evolução histórica dá luz à América Latina como periferia agrária à constituição dos centros mundiais – foi igual à constituição das grandes potências

militares marítimas na Europa ocidental: Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França.

A era colombina é a dos grandes impérios marítimos coloniais, dispersos nas terras ocupadas, impérios de grande heterogeneidade. É também o surgimento das “novas Europas” nos Estados Unidos e no Canadá, na América Latina, mais mestiça do que ocidental, na Austrália, na Nova Zelândia e na África do Sul: são as criações relativamente “homogêneas” dos impérios talassocráticos mundiais. Os dois últimos grandes impérios coloniais foram o inglês e o francês, que se desmancharam entre 1945 e 1970 com os processos de descolonização. Inglaterra, França, Itália, Alemanha e Japão se constituíram nos Estados-Nação industriais “modelos” do sistema mundial na época colombina.

A era dos impérios marítimos coloniais foi sobreposta pelo surgimento da era dos Estados continentais industriais, segundo período do sistema-mundo. Mas somente após a Segunda Guerra Mundial firmase a bipolaridade dominante dos Estados Unidos e da União Soviética, e a morte da era talassocrática⁶ e suas potências agora medianas. Esta situação híbrida do século XX torna-se mais complexa com o surgimento de inumeráveis Estados-Nação, que tinham deles apenas o nome e, pior, já na era dos Estados continentais foi criada uma confusão teórica e prática dos atores no sistema mundial.

Em resumo, o segundo período do sistema mundial foi o do nascimento do Estado continental industrial moderno. De 1945 a 1989, a história mundial foi dirigida abertamente pelo conflito dos Estados continentais industriais: os Estados Unidos e a União Soviética. Entretanto, a ideia de nova centralidade não ingressou a fundo nas ciências sociais. Falava-se de “superpotências” ou “modelos ideológicos antagônicos” como aparecia na superfície, mas não era sua raiz mais profunda.

Zbigniew Brzezinski o esboçou fugazmente afirmando:

Os cinquenta anos seguintes estiveram dominados pela luta entre os EUA e a URSS. Em alguns aspectos, esta luta representou o cumprimento das teorias mais caras da geopolítica: enfrentava a principal potencial marítima mundial, dominante tanto sobre o oceano Atlântico

6 Era talassocrática: Período histórico em que o centro político mundial se sustentava no poder marítimo.

como sobre o Pacífico à principal potência terrestre, a força suprema no território asiático (com o bloco sino-soviético abarcando um espaço muito similar àquele sobre o qual se estendia o Império Mongol). A dimensão geopolítica não podia ter ficado mais clara – América do Norte versus Eurásia disputando o controle do mundo – o ganhador dominaria verdadeiramente o planeta. Não havia ninguém que pudesse dificultar o caminho uma vez alcançada a vitória. (BRZEZINSKI, 1988, p. 15).

Em síntese, o terceiro período do sistema mundial, que ingressamos no século XIX, é dos novos Estados Continentais industriais agrupados em grandes blocos ou áreas histórico-culturais. Iniciou-se uma desocidentalização do sistema mundial. Os EUA, a China, a Rússia, a Índia e a União Europeia são os Estados Continentais, alguns mais consolidados que outros, que desempenham e desempenharão um papel determinante na “ordem” unipolar ou multipolar do século XX, capazes de sustentar autonomia ou soberania fática real além do legalismo abstrato.

O arcebispo de Buenos Aires, Cardial Jorge Bergoglio é categórico a este respeito:

Na realidade, a vasta produção bibliográfica sobre a América Latina desde a “sociologia comprometida” à teoria da independência, desde a teologia da libertação dos cristãos para o socialismo, desde as tintas fortes da literatura de denúncias aos debates sobre estratégias revolucionárias, foi se esgotando a partir dos anos 80. Ofereceram-se certamente diferentes e significativos aportes, mas finalmente terminaram pesando mais suas fortes impregnações ideológicas e redutoras da realidade. (BERGOGLIO, 2005, p. 65).

Nas próximas duas décadas, a América Latina se coloca no protagonismo das grandes batalhas que se apresentam no século XXI e a respeito do seu lugar nesta nova ordem mundial. Antes de tudo, trata-se de recorrer às vias da integração para configurar a União Sul-Americana e a Grande Pátria Latino-Americana. Sozinhos ou separados somos muito pouco e não iremos a parte alguma. Seria um caminho sem saída que nos condenaria como segmentos marginais, empobrecidos e dependentes dos poderes mundiais.

5 CONCLUSÃO

Nos últimos anos, gerou-se uma extensa gama de estudos sobre a integração latino-americana, especificamente a partir do MERCOSUL. Constitui um fato e um dado positivo esta aparição, porque, necessariamente, toda integração é uma revolução cultural. Resulta impossível passar do Estado-Cidade ao Estado-Continente Industrial, se o atual caminho integracionista não estiver acompanhado da dimensão cultural, junto às dimensões política e econômica. Os avanços têm sido significativos, o MERCOSUL tem contornado numerosas dificuldades e o concreto é que o ritmo integracionista não para; o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) e a UNASUL são exemplos cabais.

Não obstante, observa-se uma interpretação unidirecional do processo integracionista, que o entende como se fosse um caminho gradual, iniciando-se em uma zona de livre comércio, até o mercado comum e daí à integração econômica, como se no fundo houvesse uma mimetização com o modelo paradigmático da integração supranacional, ou seja, com a União Europeia. Pouco se disse, justamente por este enfoque neoinstitucionalista de base econômica, que uma das maiores dificuldades pela qual passa a União Europeia é seu déficit de coesão cultural, que justamente constitui nosso superávit. É uma quimera capturar os parâmetros do Estado Continental industrial a partir da América do Sul, indo até a América Latina, sem a regeneração de um sistema de ideias ou autoconsciência unitária do acordo das exigências do sistema mundial que conduza à segunda Independência.

É necessário um pensamento integracionista que retome as ideias mobilizadoras da industrialização, democratização e integração com uma forte participação da sociedade civil, sustentada em uma cidadania regional desde o pilar educativo, ou seja, uma revolução cultural. Sem este poder intangível das ideias e crenças, o Estado continental é uma declamação abstrata. O pensamento integracionista latino-americano é a busca da identidade para institucionalizá-lo em uma entidade política subcontinental, por meio da formulação de um discurso próprio que tenda a romper os laços de dependência e a realização histórica do Estado-Continental, despregando-se do Estado-Cidade valendo-se da reintegração política. A estruturação das ideias políticas na América Latina não é senão uma permanente pesquisa para encontrar a identidade e a originalidade dos processos políticos.

Tradicionalmente, na América Latina, o pensamento político e, em particular, a história das grandes ideias, foi confinada a análise do conteúdo da obra de contados e grandes pensadores; a análise que na maioria dos casos reduzia-se a determinar a genealogia europeia das grandes ideias que se estudavam. Por exemplo, as ideias das Revoluções da Independência limitavam-se a ver as influências das ideias francesas, inglesas, estadunidenses ou, eventualmente, do liberalismo espanhol. Poucas vezes tratava-se de delimitar a identidade própria destas ideias e, menos ainda, a relacionar o pensamento emergente com a estrutura produtiva ou o tecido social do qual surgia. A política só será mais entendida na América Latina se não se articular com a ação dos movimentos nacionais populares, únicos pensamentos dinamizadores do ser latino-americano, cujo fundamento está no unionismo hispano-americano e no integracionismo político.

Em consequência, e tendo como marco estas reflexões, o estudo das ideias da integração latino-americana supõe uma exigência mais além dos pensadores sintetizados, que só se logra a partir deles e para elaborar uma teoria de integração desde o Estado Continental que rompa com o reducionismo economicista. Faz-se imprescindível nesta tarefa ter em conta as seguintes variáveis para ir além da segunda fase do integracionismo político: Projeto dos Libertadores; Ideias da Confederação Anti-Imperialismo; Ideias dos líderes políticos populares; e Programa e discurso dos Movimentos Nacionais. A estes, deve-se agregar a produção de ideias em relação à sociedade civil, às organizações intermediadoras, aos poderes locais e, em último nível, à criação das ideias no entrelaçamento econômico-produtivo dos movimentos sociais assentados em territórios microrregionais.

Estamos diante do desafio máximo que patrocinara Simón Rodríguez: “Ou inventamos ou erramos” A única possibilidade de concretização do Estado Continental industrial latino-americano só se cumprirá criando e recriando a partir da dinâmica do sistema mundial uma autoconsciência unitária, que ofereça legitimidade a este Estado Continental.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Carlos (Director). *Historia de los intelectuales de América Latina*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

ANTONIO, Jorge. *Qué es la geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1995.

ARDAO, Arturo. *Estudio latinoamericano de historia de las ideas*. Monte Ávila (Uruguai): Editores S. A., 1978.

_____. *Romania y América Latina*. Montevideo (Uruguai): Biblioteca de Marcha. Universidad de la República Oriental del Uruguay, 1981.

_____. *Nuestra América latina*. Montevideo (Uruguai): Ediciones la Banda Oriental. Temas Latinoamericanos, 1986.

_____. *España en el origen del nombre América Latina*. Montevideo (Uruguai): Biblioteca de Marcha, Facultad de Ciencias Sociales, 1992.

BARRIOS, Miguel Ángel. *El Latinoamericanismo en el pensamiento político de Manuel Ugarte*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2007.

_____. *Perón y el peronismo en el sistema mundo del siglo XXI*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

BERGOGLIO, Jorge. *Prólogo*. In: CARRIQUIRY, Guzmán. *Una apuesta por América Latina. Memoria y destino de un continente*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

BIAGINI, Hugo E.; ROIG Arturo A. (editores). *Diccionario del pensamiento alternativo*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina*. 5. ed. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica (6 de septiembre de 1815). In: BOLÍVAR, Simón. "Escritos políticos y Sociales". Buenos Aires: Fundación Marco M. Avellaneda, 2001.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial: la supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Barcelona : Paidós, 1998.

CALVO, Thomas. *Iberoamérica de 1570 a 1910*. Traducción Marco Aurelio Galmarini Barcelona (España): Ediciones Península S. A., 1996.

CASALLA, Mario. *América Latina en Perspectiva. Drama del pasado, huellas del presente*. Buenos Aires: Editorial Altamira. Fundación OSDE, 2003.

DE BLAS, Patricio; DE LA PUENTE, José; SERVIÁ, María Jesús; ROCA Enrique; RIVAS Ricardo A. *Historia común de iberoamérica*. Madrid (España): Editorial EDAF S. A, 2000.

DE IMAZ, José Luis. *Sobre la identidad iberoamericana*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. 1984.

DE MIRANDA, Francisco. *Diario de viajes y escritos políticos*. Madrid: Editora Nacional, 1977.

DEVES VALDÉS, Eduardo. El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernidad y la identidad. Tomo I. *Del Ariel de Rodó a la CEPAL*. Buenos Aires: Biblos, 1900-1950.

HAYA DE LA TORRE, Víctor R. *Treinta años de aprismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

ITURRIETA, Aníbal. Líneas de reflexión en torno a los conceptos de América Latina e Iberoamérica. Madrid, *Revista Sistema*. n. 60-61 junio, 1984.

LABOURDETTE, Sergio. *Estrategia y política hacia una teoría sociopolítica*. Buenos Aires: Universidad Nacional de la Plata, 1999.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Los españoles en la historia y en la literatura*. Buenos Aires: México, Espasa-Calpe Argentina S. A, 1951.

METHOL Ferré, A.; METALLI, A. *La América Latina del siglo XXI*. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

METHOL FERRÉ, Alberto *Geopolítica de la Cuenca del Plata*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1973.

_____. *Perón y la alianza argentino-brasilera*. Córdoba: Ediciones del Corredor Austral, 2000.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *La formación del Imperio Americano - De la guerra contra España a la guerra de Irak*. Buenos Aires: Norma, 2007.

PERÓN, Juan Domingo. *Tercera posición y unidad latinoamericana*. Selección e Introducción de Fermín Chávez. Buenos Aires: Biblos, 1985.

PIÑERO IÑIGUEZ, Carlos. *Pensadores latinoamericanos del siglo XX*. Ideas, utopías y destino. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella. Siglo XXI, 2006.

PUIGBÓ, Raúl. *La identidad nacional argentina y la identidad iberoamericana*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

RAMOS, Jorge Alberto. *La Nación Inconclusa*. Montevideo: de La Plaga, 1994.

RECONDO, Gregorio. *El sueño de la patria gigante*. Buenos Aires: Circus, 2001.

REILLY, Bernard F. *Las Españas Medievales*. Traducción de José Manuel Álvarez Flores. Cambridge University Press, Barcelona: Península. S. A, 1993.

REYES ABADIE, Washington; SANTEICIERI, María Emilia Pérez. *Historia de la cultura de América Latina*. Segunda Parte. El Reino de Indias. Montevideo: Impresa Cordón, 1992.

RODO, Jose Enrique. Ariel. Buenos Aires: Editorial Losada.S.A., 1994.

ROIG, Arturo A. *El pensamiento Latinoamericano y su aventura*. Edición corregida y aumentada, 2. ed. Buenos Aires: El andariego, 2008.

ROMERO, José Luis. (Coordinador). *El Pensamiento político Latinoamericano*. Buenos Aires: s/ed., 1998.

SÁNCHEZ, Luis Alberto. *¿Tuvimos maestros en nuestra América? Balance y liquidación del novecientos*. Buenos Aires: Raigal, 1956.

SAN MARTÍN, José. *Carta a Guido*, del 20/10/1845. In: Galasso, Norberto "Seamos libres y lo demás no importa nada. Vida de San Martín". Buenos Aires: Colihue S.R.L, 2000.

STOETZER, Carlos. *Iberoamérica. Historia política y cultural*. Los gobiernos peninsulares. Tomo I, Bs. Buenos Aires: 1996.

TAYLOR, Meter; FLIN Colin. *Geografía política. Economía, Estado Nación y localidad*. Madrid: Trama, 2002.

TERÁN, Oscar. *En busca de la ideología argentina*. Buenos Aires: Catálogo, 1986.

UGARTE, Manuel. *El porvenir de la América Española*. Valencia: Prometeo, 1910.

TRÍAS, Vivian. *Historia del imperialismo norte-americano*. III Tomos, Buenos Aires: Peña Lillo, 1977.

VILAR, Pierre. *Historia de España*. De la Traducción para España y América. Barcelona: Crítica, 1978.

VISCARDO, Juan Pablo. Carta a los españoles americanos. In: BUELA Alberto. *Pensadores Nacionales Iberoamericanos*. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación- Tomo II, 1792.

WALLERSTEIN, Emmanuel. *Abrir las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 1996.

WERZ, Nikolaus. *Pensamiento sociopolítico moderno en América Latina*. Nueva Sociedad: Caracas, Venezuela, 1995.

_____. *Antología del Pensamiento Social y Político de América Latina*. Washington. D. C., Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, 1964.

_____. *Dependencia y liberación en la cultura latinoamericana*. México: Editorial Joaquín Omíts. S. A, 1974.

_____. *Precursores del pensamiento latinoamericano contemporáneo*. México, Secretaría de Educación Pública, 1979.

_____. *América Latina en sus ideas*. México: UNESCO- Siglo Veintiuno, 1986.

_____. *Discurso desde la marginación y la barbarie*. Barcelona: del Hombre, 1998.

ZULETA ÁLVAREZ, Enrique. *España en América. Estudio sobre la historia de las ideas en Hispanoamérica*. Buenos Aires: Confluencia, 2000.

TERCEIRA PARTE – GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA DO SÉCULO XX VELHOS E NOVOS PARADIGMAS

O terceiro milênio iniciou-se dez anos antes de sua cronologia no sentido estrito. A implosão da URSS, em 1991, e previamente a queda do muro de Berlim, em 1989, romperam a “ordem de equilíbrio de poderes da variante bipolar”. A queda de um polo não significou, como se pretendia mostrar, o triunfo de um polo sobre o outro, com “o fim da história” e o “triunfo” do capitalismo sobre o comunismo. A queda de um polo iniciava uma nova lógica mundial, já que um pólo, como em toda bipolaridade, sustenta-se na medida em que o outro o contrabalance. Esta nova lógica, imprecisa, tomada substancialmente da premissa única de incerteza, estava constituída pela incerteza chamada mundo pós-Conferência de Yalta, e foi definido pelo cientista político brasileiro Helio Jaguaribe como um unimultipolarismo. Isto é, o poder militar global dos Estados Unidos mostrava-se incapaz de sustentar uma liderança unilateral pela via do reducionismo militar. Dizíamos que os novos séculos se iniciam 10 anos antes em seus fundamentos últimos, porque, na verdade, a Revolução

Francesa, de 1798, inaugurava a lógica contemporânea, também 10 anos antes de terminar o século XVIII. Esta situação nos induz a realizar uma reorganização estratégica de questionamentos em que posição estamos localizados: América Latina, América do Sul ou Argentina.

Antes de entrar no cerne de nossa análise, acreditamos ser necessário pontuar alguns conceitos, que se não os conceituamos para lhes dar ação operativa, podem ficar sem conteúdo e podem se transformar em armadilhas. Faz-se necessário reconciliar a política com a práxis, a fim de possibilitar retroalimentação mútua. Primeiro, delineamos o que entendemos por estratégia. De forma simples, não acadêmica, no fundo de maneira instrumental. A Estratégia e o Poder estão intimamente conectados desde sempre, mas tem sido ignorada esta equação, e a Estratégia e o Poder ficaram refugiados na doutrina militar.

Maquiavel foi o pioneiro do resgate e do uso estratégico do poder, ainda que esta tradição não tenha tido continuidade. Ao se eclipsar a tradição, esta se refugia no âmbito militar, e o poder no campo jurídico-político fica, de certa forma, dissociado daquele. A estratégia aliou-se ao campo militar desde os estrategistas gregos ou chineses até Carl Von Clausewitz, Karl Marx e Mao Zedong e suas repercussões nos Estados Maiores e seus conceitos de guerra total. Cabe aclarar que Clausewitz vinculou claramente a política, a estratégia e a guerra estabelecendo uma subordinação. Atualmente, a teoria da estratégia invadiu o campo dos negócios, do *marketing* e do gerenciamento empresarial. A estratégia consiste em um plano de ação executado que almeja resultados. São poderes programados para um fim. Resultam sempre em ações dirigidas a logros e a concretização de objetivos e ações deliberadas, que às vezes se cumprem, em outras ficam na metade do caminho, mas sempre produzem resultados. O paradoxo da estratégia, por um lado, é uma ação deliberada e conduzida por fazer previsível o que virá e, por outro, desencadeia rivalidades, ou posições alternativas, em suma, incertezas. Se há estratégia, ainda que seja uma estratégia de paz e consenso, sempre há luta. Em síntese, é uma intervenção para um horizonte futuro. Quem não faz estratégia vive à margem, está nas mãos de outras estratégias.

A geopolítica é a perspectiva global da história na dinâmica dos espaços. Hoje ninguém pode pensar só sobre si mesmo, senão em relação à comunidade. A geopolítica é própria das grandes potências, já que está

ligada a sua projeção no sistema mundial. Mas não se reduz a ela. Toda política é geopolítica. As coisas óbvias, tão evidentes que são, não podem ser vistas. Se a política é a relação do homem com o homem, tomado em seu conjunto, é sempre relação localizada em espaços concretos. Não há política senão no espaço. O que não impede que existam Estados que contem a história com desatenção dos espaços. Porquanto, a história não é tempo, senão espaço-tempo. O espaço humano sempre está qualificado politicamente. Não há estado sem território. O espaço só é neutro enquanto não é dominado pelo homem, ele o domina e o “politiza”.

Sem dúvida, também observamos, especialmente no campo das ciências sociais e, mais concretamente, na ciência política e nas relações internacionais, uma indiferença à geopolítica. Desta maneira, o mundo mostra-se como um pacote amorfo, sem conteúdo, sem escala de poder. Esta indiferença tem razões históricas, desde entendê-la como a “Ciência do Imperialismo”, “a disciplina do Nazismo” ou também associá-la com a “Doutrina da Segurança Nacional”.

Michael Klare (2003, p. 6) afirma: “A geopolítica como um modo de análise foi muito popular desde o final do século XIX e até a primeira parte do século XX. Se o senhor estudava o que os acadêmicos chamam hoje em dia de “relações internacionais”, teria estudado geopolítica.

Por sua parte, Brzezinski (1998) esclarece-nos, ao sustentar que a Guerra Fria mais que um conflito ideológico “foi a raiz da geopolítica” – a dimensão geopolítica não poderia ficar mais clara – “América do Norte versus Ásia disputando o mundo” Acrescentamos que do saber estratégico e geopolítico, isto é, por meio da geoestratégica, pode-se elaborar políticas de médio e longo alcance. Em última instância, uma análise geográfica da política é uma análise política da geografia. A perspectiva geoestratégica conduz ao caminho da autoconsciência política do solo e do povo. E a consciência de um pensamento geopolítico situa a América do Sul em um horizonte de integração para totalizarmos em Um e deixar de nos sentirmos sozinhos nos fragmentos de um Todo.

A novidade do século XXI é o multipolarismo, que se distancia do unimultipolarismo do pós-Guerra Fria. Vivemos em um sistema mundial em bifurcação, no qual se conflitam algumas dimensões que passam de

transitórias para estruturais:

1. o desligamento do eixo econômico do mundo do Atlântico Norte para a Ásia e o Pacífico, pela primeira vez na história da globalização;
2. o fracasso da projeção militar estadunidense. O Afeganistão corre o risco de ser o Vietnã de Obama;
3. a crise terminal do funcionamento do capitalismo financeiro na base da suposta autorregulação dos mercados;
4. a escassez ou o final dos recursos naturais que proporcionam desenvolvimento sustentável e a sustentação da humanidade;
5. a reformulação da arquitetura dos organismos do sistema econômico mundial, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que começa a conferir poder a Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), em detrimento da Europa, segundo o disposto pelo G20;
6. a crise ou o esgotamento definitivo do Estado-Nação clássico industrial e, mais ainda, dos Estados monoétnicos. Isto não significa o desaparecimento do Estado pelo reino das finanças, como pregaram alguns analistas, como o japonês Kenichi Ohmae em seu célebre livro *O fim do Estado Nação*.

Consolida-se um novo tipo de Estado, possivelmente, o único capaz de regular a globalização e que tem capacidade de autonomia em um sistema mundial interdependente, mas que não anula as hierarquias: o Estado Continental industrial. A política mundial se desocidentalizou, voltou a ser multicivilizacional e podemos afirmar que hoje reúnem as capacidades de estabilidade de Estados Continentais Industriais os seguintes atores: os EUA, a China, a Rússia, a Índia e a União Europeia, inclusive esta última, ainda está por ser, pois sua hibridizade coloca-se entre a dinâmica comunitária e intergovernamental.

Que rumo deverá tomar a América do Sul? E a América Latina? Seremos capazes de construir um Estado Continental Industrial possível? A UNASUL e o MERCOSUL estão neste caminho? São questionamentos que responderemos baseados em uma consciência geopolítica que tenha como horizonte estratégico a construção da América do Sul como Estado Continental Industrial do século XXI. Um pensamento geopolítico nos obriga a uma relação intrínseca com os macrodesafios: a industrialização e a integração. A geopolítica contemporânea tem seus iniciadores, como sabemos, no inglês Mackinder, no estadunidense Mahan e no alemão Ratzel. Está ligada à formação de um só sistema político fechado em

toda a terra. Esta universalização política de hierarquização dos espaços implica de fato outro sucesso fundamental: o desenvolvimento da Revolução Industrial.

Durante o tempo dos impérios formadores, espanhol e português, houve geopolítica latino-americana. Muitos tomam consciência de admiráveis perspectivas globais, ainda que Kjellen não tivesse inventado este nome. A Independência nasce do unionismo hispano-americano, com San Martín e Bolívar. Mas a desintegração da área espanhola a descompôs em duas dezenas de repúblicas e reduziu a “nada” esta herança, pelo menos aparentemente. Em contrapartida, o Brasil manteve a unidade. A mudança da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, em virtude da invasão napoleônica, fez com que se mantivessem, grosso modo, as perspectivas geopolíticas planejadas. Manteve a herança. No fundo, ali se encontra a pré-história do Itamaraty.

A atomização da América Latina, seu “desenvolvimento desde fora” durante o século XIX e parte do século XX, a arrastou primeiro para a órbita inglesa e, depois, à estadunidense. Cada um dos Estados agromineiros exportadores latino-americanos comunicavam-se com a metrópole, mas não havia vínculos entre eles. Houve um distanciamento geral. Este distanciamento começou a se romper com a geração do século XX, a primeira geração propriamente latino-americana, desde os tempos da Independência. Ali voltaram a se unir nicaraguenses, venezuelanos, uruguaios, argentinos, bolivianos, etc. E retoma-se a questão da unidade latino-americana.

Manuel Ugarte (2007) sintetiza a ideia de ação da Grande Pátria, já com a inclusão do Brasil. Nasce o latino-americanismo. O Brasil é o maior polo sul-americano. Está no centro da América do Sul e na verdade é o maior âmbito possível de articulação interna entre o Norte e o Sul do nosso continente. Se tomarmos o Centro brasileiro, para o norte está a Amazônia e dois países hispano-americanos importantes: Venezuela e Colômbia. Estes são a articulação com a zona caribenha, mexicana e centro-americana. A América Latina é a nossa unidade cultural mestiça, mas nossa solidez geopolítica é a América do Sul. Isto é central na estratégia.

No oriente do Brasil, está o Peru, também na fronteira da Amazônia. O Peru é a conexão entre o Norte e o Sul hispano-americano, entre a Comunidade Andina e o Cone Sul hispano-americano. Isto é, trata-se do encontro do caminho de Bolívar desde o Norte, e de San

Martín, a partir do Sul. Significa, hoje, o enlace entre a Comunidade Andina e a parte hispano-americana do MERCOSUL e associados, que, posteriormente, originou a UNASUL. E, no sul do Brasil está Argentina-Chile e a grande linha fronteira do Rio da Prata: Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Para que um brasileiro compreenda suas fronteiras é necessário que ele pense no conjunto da América do Sul. Quando se começou a pensar o desenvolvimento brasileiro em sua totalidade, pensar no Brasil requeria pensar em sua vizinhança. E a vizinhança brasileira é toda a América do Sul, o grande corpo da América Latina. Isto é mais difícil para cada país hispano-americano da América do Sul, pois nenhum se limita com o conjunto do continente como o Brasil – ele não tem fronteiras apenas com o Chile e o Equador.

A tendência natural dos hispano-americanos do Sul é uma maior fragmentação em face de suas vizinhanças limitadas. O Peru é o seu lugar central e, não é por acaso que tenha sido o centro do Vice-Reino, e o lugar onde se consuma a Independência hispano-americana do Sul com San Martín. Mas, apesar de o Peru representar a articulação central hispano-americana da América do Sul, não é, todavia, um poder central. É central, mas não é o seu núcleo. Mas a articulação tem ideias soltas com Manuel Ugarte (2007), e a Grande Pátria começa a tomar corpo, de modo independente, por dois caminhos, no final dos anos 20 do século passado.

De um lado Haya de la Torre, com seu “espaço tempo” indo-americano, no qual diferenciava a dinâmica de “quatro setores” básicos: México, América Central e o Caribe; os países andinos ou bolivarianos; Chile e os países da Prata; e o Brasil. Por outro lado, o capitão brasileiro Mário Travassos a diferenciava em “quatro regiões” essenciais. Uma o México, a América Central e o Caribe; outra, a América do Sul com suas três regiões; os países da Cordilheira dos Andes até o Atlântico; as duas bacias: do Amazonas e do Rio da Prata. Não é uma divisão por países, pois vários deles participam de mais de uma região. O que participa das três regiões, e que é considerada a interseção é a Bolívia, o turbulento “coração da América do Sul”. Então, retomemos: Qual é a aliança hispano-americana com o Brasil que realmente importa e seja central para se articular a América do Sul?

Dissemos que ao norte e ao oeste do Brasil está a Amazônia. Ou seja, um grande espaço como um deserto verde que divide a América do

Sul em duas. Este espaço vazio está se convertendo em uma fronteira real. São mais linhas divisórias da natureza que fronteiras de vivência humana. Então, a única fronteira histórica do polo hispano-americano com o lado luso-americano, o Brasil, é a bacia do Rio da Prata. Este é o local de encontro e conflito de meio milênio entre os luso-mestiços e os hispano-americanos. Só ali já existiu uma vizinhança íntima entre as duas faces da América Latina. E ali está o maior poder hispano-americano da América do Sul: a Argentina. Assim, a única fronteira verdadeiramente bifronte em vigor, e a primeira fronteira latino-americana é a do Brasil com a Argentina. E esta divisa latino-americana abrange necessariamente o Uruguai, o Paraguai a Bolívia, e a incorporação da Venezuela ao MERCOSUL – é o reencontro de San Martín e Bolívar.

A aliança argentino-brasileira é o “núcleo básico de aglutinação”, como disse Juan Domingo Perón, em 1951, que o converte em um contemporâneo e o primeiro teórico e político da autonomia com a teoria do continentalismo, e o Novo ABC, ainda que não seja reconhecido nitidamente – nos círculos acadêmicos e inclusive o político.

Perón reúne a linha latino-americana do século XX com o pensamento geopolítico prussiano. No fundo, ele é a síntese dessas duas histórias. Apresenta três orientações estratégicas centrais do continentalismo sul-americano que podem ser, assim, mencionadas:

A) o continentalismo sul-americano de Perón passa pela aliança argentino-brasileira na América do Sul. É um continentalismo do subcontinente;

B) sua crença na viabilidade de um projeto de mercado interno fica manifestamente clara ao considerar que a Argentina, o Brasil e o Chile sozinhos constituem “economias incompletas”;

C) na era dos povos continentais o imperativo de 2000, “unidos ou dominados”, não constituía um simples *slogan*, senão a chave única para que a América do Sul cumpra seu destino histórico;

D) o valor dos alimentos e dos recursos naturais para o século XX e as primeiras décadas do século XXI, tomaria um valor estratégico fundamental em um sistema mundial, em uma colocação que ia muito mais além da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que se concentrava “nos termos de deterioração do intercâmbio”. A demanda do mundo Ásia e Pacífico dos recursos naturais deram razão a Perón;

E) a ideia é a de que a história é uma série sucessiva de

integrações que culminava no universalismo, e que esta fase previu o Estado Continental. Ou seja, a integração é uma passagem para o Estado Continental, caso contrário, não serve.

Amado Luis Cervo (2008) expôs a importância do conceito nas Relações Internacionais em que propõe a distinção entre teoria das relações internacionais e seus conceitos. E sustenta que o rol da primeira deve ser diminuído e reforçado o rol dos conceitos. A teoria das relações internacionais em suas versões comuns constitui a padronização das linhas de pensamento estratégico dos países centrais – destacadamente os EUA – e respondem aos seus interesses, valores e perspectivas. Os conceitos e a diferença da teoria são indutivos, pois se vinculam a raízes nacionais e regionais e servem aos nossos países – segundo Cervo – para estabelecer a capacidade explicativa e valorativa de temáticas tão vitais como a definição e legitimidade da ordem internacional. Expressam uma construção social; são conscientes e ativos em afirmar sua historicidade; incluem uma mensagem positiva; e restabelecem a validade epistemológica e metodológica da análise internacional (CERVO, 2008, p. 8-25).

Seguindo Cervo, podemos dizer que a colocação do continentalismo sul-americano de Perón brinda-o com o *status* de legitimidade como primeiro teórico e político da autonomia latino-americana. É tarefa do mundo acadêmico trazer Perón ao seu seio e introduzi-lo nos estudos de nossas Universidades, mas, também, redescobrir sua práxis, sua geopolítica continentalista e sua vitalidade no século XXI.

A América do Sul é o âmbito geopolítico da América Latina e a América Latina é o nosso círculo histórico-cultural, mas não geopolítico. A Argentina é o país que faz verossímil, confiável e fraterna a aliança com o Brasil. Este se associando com qualquer outro país hispano-americano teria prevalecido pretendendo uma relação de dependência. Em troca, o Brasil com a Argentina abrem um caminho fraternal com todos os outros. A Argentina já é potencialmente representativa dos países hispano-americanos da América do Sul, é sua tarefa histórica. O Brasil precisa de nossas fronteiras para se fortalecer, vez que sozinho só se fortalecerá se também nos deixam mais fortes. Ele deve se unificar conosco. É a lógica da UNASUL e do rumo que deverá destinar Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS).

A geopolítica da América do Sul implica o retorno de seus processos interiores. Ela se volta à necessidade de uma política interna de primeira

ordem. Os pontos vitais para a viabilidade de um Estado Continental Industrial no sistema mundial são: o poder alimentar, o poder aquífero, o poder energético e o poder demográfico, que juntos nos brindam com uma renda estratégica. E desde este marco como unidade geopolítica e geoeconômica, a América do Sul é composta por 12 países, dentro de um espaço de 360 milhões de habitantes, com cerca de 67% de todo o território da América Latina e o equivalente a 6% da população mundial, com uma integração linguística e cultural, luso-espanhola, de matriz mestiça.

A população é maior do que a dos EUA (293.027.771 habitantes), seu território de 17 milhões de km² é o dobro do estadunidense, possui uma das maiores reservas de água doce e biodiversidade do planeta e imensas riquezas minerais, de pesca e de agricultura. O século XXI convoca os grandes espaços geopolíticos. Hoje, podemos dizer que o continentalismo sul-americano, que propôs Perón, é a única realidade para redesenhar os espaços de autonomia neste novo sistema mundial.

A conclusão mais contundente desde o polo oposto da vigência do continentalismo são as declarações no Senado dos Estados Unidos, em novembro de 2005, da Secretária de Estado, Condolezza Rice, quando advertiu: “Para que o sul do continente possa ser aceito deve-se distanciar de Perón. Sim, daquele desprestigiado demagogo, nazista argentino chamado Juan Domingo Perón” (RICE⁷, 2008).

Referências

BARRIOS Miguel Ángel. *El latinoamericanismo en el pensamiento político de Manuel Ugarte*. Buenos Aires: Biblos, 2007.

_____. *Perón y el peronismo en el sistema mudo del siglo XXI*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

_____. *Diccionario latinoamericano de seguridad y geopolítica*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

BREZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial*. La supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos. Barcelona: Paidós, 1998.

7 Rice criticou a demagogia de Perón em La Nación, 28 de novembro de 2005. Buenos Aires.

CERVO, Amado Luis. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, Brasil, 2001.

PERÓN, Juan Domingo. *América Latina: ahora o nunca*. Buenos Aires: Síntesis, 1973.

METHOL FERRÉ, Alberto. *Los Estados continentales y el MERCOSUR*. Buenos Aires: Editorial Arturo Jauretche, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *Geopolítica e política exterior*. Estados Unidos, Brasil y América del Sur. 2. ed. Brasília: Ministerio Das Relaciones Exteriores. Fundación Alexandre de Gusmao, 2010.

GRAZIANI, Tiberio. Los Constructores de cartas ortogadas. Editorial del Número 2/2011. Euroasia. *Revista di Studi Geopolitici*. , 2011

A AMAZÔNIA AZUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI

Wilson Pereira de Lima Filho*

Resumo

Há muito tempo o governo brasileiro vem relegando a um plano secundário os assuntos relacionados à Defesa. O território nacional, componente pético e indivisível do Estado, engloba também o mar territorial, mas a sua jurisdição vai muito mais além. Nas águas jurisdicionais brasileiras, possuímos riquezas incomparáveis a preservar e proteger. Este patrimônio nacional é conhecido como Amazônia Azul. As riquezas nela existentes e o fato de 95% das exportações brasileiras dependerem do transporte marítimo demonstram sua estreita ligação com todas as expressões do Poder Nacional. A descoberta de petróleo na camada do pré-sal teve a função de potencializar ainda mais a importância do mar para o nosso país. Nos últimos anos, o governo vem atribuindo alguma prioridade aos assuntos de Defesa, levando o inventário das Forças Armadas a uma situação crítica e incompatível com as dimensões estratégicas do Brasil. Por outro lado, o pré-sal e as riquezas da Amazônia Azul podem gerar a cobiça por parte de atores estatais ou não, e o aumento do tráfego marítimo pode criar situações favoráveis à pirataria e crimes transnacionais, entre outras das chamadas novas ameaças. No final de 2008, foi aprovada a Estratégia Nacional de Defesa com o objetivo de preencher uma lacuna nos temas relacionados à Defesa no país. Planos de articulação e equipamento foram elaborados. Todos estes aspectos ocasionarão uma série de mudanças que implicam inúmeros desafios a serem vencidos, especialmente no tocante à garantia da soberania do Estado brasileiro na Amazônia Azul. Este é o foco principal deste trabalho.

Palavras-chave: Amazônia Azul. Defesa. Estratégia. Marinha. Novas Ameaças. Orçamento. Poder Nacional. Poder Naval. Submarino Nuclear.

* Contra-Almirante da Marinha do Brasil, Diretor dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG) e Assistente da Marinha do Comando da ESG.

Abstract

During the last decades, the Brazilian government has neglected issues related to national defense. The national territory, trade mark of Brazilian sovereignty, includes the Brazilian territorial waters, possessing incomparable wealth to preserve and protect. This Brazilian heritage at sea is known as Blue Amazon. The richness that exists within it and the fact that 95% of Brazilian exports depend on the shipping make the use of the sea relates be related to all the expressions of National Power. The discovery of oil in the pre-salt comes to enhance the importance of the sea for our country. In recent years the government has been giving low priority to defense matters, taking inventory of the Armed Forces to a critical situation and inconsistent with the strategic dimensions of Brazil. In contrast, the pre-salt and the richness of the Blue Amazon Blue can generate greed on the part of state actors, and the increase in maritime traffic can create favorable conditions for piracy and transnational crimes, among other so-called new threats. In late 2008, it was approved the National Defense Strategy that comes to fill a gap in defense issues in Brazil. Plans for articulation and equipment of armed forces have been prepared. A new paradigm is emerging. All these aspects will cause many changes in military structure and it will bring in numerous challenges to overcome, especially regarding to the guarantee of sovereignty in the Blue Amazon. This is the main focus of this work.

Keywords: Blue Amazon. Budget. Defense. New Threats. National Power. Navy. Nuclear Submarine. Power Naval Strategy.

1 INTRODUÇÃO

A capacidade de alcançar a Força que desejamos será tão maior quanto assim o forem a união, a determinação e a sintonia dos diversos setores. Tenho plena confiança de que, com a ajuda de todos, conseguiremos manter a Marinha no patamar de prestígio, respeito e destaque que merece.

Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura
Neto- Comandante da Marinha

O alvorecer do século XXI traz em seu bojo uma nova realidade.² Várias são as mudanças no cenário geopolítico, com desdobramentos importantes para as políticas nacionais. As ocorrências que marcaram as últimas décadas, como a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética, fizeram florescer essa nova ordem mundial pós-moderna, caracterizada pela multiplicidade de conflitos localizados. A partir da década de 90, o contexto mundial se tornou mais complexo, com um incremento no número de conflitos de baixa intensidade, sejam eles regionais, étnicos ou religiosos.

Hoje, os conflitos, em sua maioria, deixaram de existir entre atores estatais e, desde a ocorrência do ataque terrorista às Torres Gêmeas de Nova Iorque em 11 de setembro de 2001, novos paradigmas de segurança foram estabelecidos e houve um realinhamento mundial em torno das novas ações preventivas antiterrorismo determinadas pelos Estados Unidos da América (EUA). A atual conjuntura internacional aflora em cenário difuso e imprevisível. A globalização nos impõe uma nova realidade, beneficiando as nações mais ricas e poderosas. A hegemonia americana, permeada por uma multipolaridade (unimultipolaridade³), se mantém, apesar do despontar de novos atores importantes como a China. A sensação de insegurança levou alguns países a repensar suas políticas de defesa, inclusive na América do Sul (ZAKARIA, 2008).

Neste complexo e incerto panorama, aos nos debruçarmos sobre a imensidão do território nacional, identificamos uma área ainda pouco valorizada pelos brasileiros, mas fundamental para a economia e a defesa nacional: o mar que nos pertence. Este mar está relacionado com todas as expressões do Poder Nacional⁴, gera empregos, alimentos, riquezas, transporte, energia, além de ser a nossa última fronteira.

2 Todos os dados deste estudo correspondem ao ano de sua escritura- 2010.

3 A característica central do atual sistema internacional é a existência de uma só superpotência, os EUA, dotada de incontestável supremacia econômica, tecnológica e militar. Tal supremacia lhe confere um inigualado poder de intervenção, sem, entretanto, lhe proporcionar completa unipolaridade. A essa situação, Samuel Huntington denominou “unimultipolaridade”.

4 Segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra, as expressões do Poder Nacional são as seguintes: política, militar, psicossocial, econômica, e ciência/tecnologia.

Em consonância com a teoria de Malthus⁵, a população cresce desordenadamente e a escassez, cada vez mais, se transforma em ameaça latente à sobrevivência da população mundial, ameaça essa que pode ser resumida em três vetores principais: alimentos, água e energia. O Brasil apresenta um potencial ímpar nas três vertentes apresentadas, sendo a recente descoberta de petróleo na camada do pré-sal um fato portador de futuro com possibilidade de apresentar diversos e importantes desdobramentos prospectivos e estratégicos deste século.

O mesmo mar, que alimenta e sustenta, pode ser motivo de cobiça e o palco de batalhas sangrentas e intermináveis. A história ratifica tal afirmação. O mar de todos os brasileiros será o foco do presente trabalho, que tratará deste patrimônio nacional, denominado Amazônia Azul.

Apesar de inúmeros autores já terem se debruçado sobre o tema, julgo relevante apresentar uma abordagem diferenciada, em que se estuda o relacionamento intrínseco existente entre as capacidades de garantir a defesa dos interesses do Brasil no mar, o entorno geopolítico brasileiro e a recente Estratégia Nacional de Defesa.

2 A AMAZÔNIA AZUL

2.1 DEFININDO AMAZÔNIA AZUL

O termo Amazônia Azul foi usado pela primeira vez pelo ex-Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, quando, na ocasião, estabeleceu uma equiparação entre a área, biodiversidade e riquezas da Amazônia brasileira e nossas águas jurisdicionais marítimas (VIDIGAL, 2006). Ressalte-se que a Política de Defesa Nacional (PDN), em seu capítulo seis, já oficializa o termo supramencionado: “A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitiu ao Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira ‘Amazônia Azul’”⁶.

5 Economista britânico que, em suas obras, considerava o excesso populacional como a causa de todos os males da sociedade, justificando sua teoria pela premissa que a população cresce em progressão geométrica e alimentos em progressão aritmética.

6 Política de Defesa Nacional, item 4.5.

A Amazônia Azul possui uma área de 4.411.000 km², que abarca o mar territorial, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE)⁷ e a plataforma continental. A PDN é bem clara quanto à sua importância. O documento enfatiza: “Em virtude da importância estratégica e da riqueza, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional”. A Amazônia Azul engloba o acesso ao Rio Amazonas e a todos os 30 portos marítimos do país (Anexo A), incluindo inúmeras ilhas oceânicas de caráter estratégico como a Ilha de Trindade, Arquipélago de Fernando de Noronha, Penedo de São Pedro e São Paulo e o Atol das Rocas.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), que regula o direito de exploração dos fundos dos oceanos, permitirá que seja acrescida ao Brasil uma área marítima de grande magnitude. Em seu artigo 76, a CNUDM estabelece que a plataforma continental de um Estado costeiro abarca o leito e o subsolo das áreas submarinas que ultrapassam o limite de seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até o limite exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância onde está aberta”.

Contudo, aquela definição de plataforma continental apresentada na CNUDM permitiu o surgimento de um novo conceito, revestindo-se de um entendimento jurídico ou legal. Os estados costeiros puderam submeter suas novas propostas de limite exterior à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) até 13 de maio de 2009, sendo que o Brasil já depositou sua sugestão proposta naquele órgão da Organização das Nações Unidas em 2004 e aguarda a análise e deliberação (VIDIGAL, 2006).

Os limites das águas jurisdicionais brasileiras, acordados em tratados multilaterais, garantem direitos econômicos, porém explicitam

7 Zona Econômica Exclusiva é o espaço marítimo para além dos limites do mar territorial (12 milhas náuticas), no qual o Estado tem prerrogativas na utilização dos recursos, tanto vivos como não vivos, e responsabilidade pela sua gestão. A ZEE é delimitada, em princípio, por uma linha situada a 200 milhas da costa, mas pode ter uma extensão maior, de acordo com a da plataforma continental. Alguns autores latino-americanos costumam chamar a ZEE, também, de “Mar Patrimonial”.

a séria contrapartida de assumir os deveres e as responsabilidades de ordem política, ambiental e de segurança pública sobre a referida área. Após o término de todo esse processo de redimensionamento da plataforma continental, as águas jurisdicionais do Brasil poderão totalizar cerca de 4,5 milhões de km² de área marítima, englobando a ZEE e a nova Plataforma Continental. O imenso patrimônio, a ser acrescentado ao inventário do nosso país, potencializa a necessidade de ampliarmos nossas capacidades para explorar e proteger os recursos aí existentes, assegurando, assim, os nossos interesses nessa imensa área marítima (CAROLI, 2008).

Um aspecto importante e bastante recente é a resolução nº3, de 26 de agosto de 2010, da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar, que foi firmada por seu Coordenador na época o Comandante da Marinha. Por este documento, o Brasil tem o direito de avaliar previamente os pedidos de autorização para a realização de pesquisas na plataforma continental brasileira além das 200 milhas náuticas MN, tendo como base a supramencionada proposta de limite exterior encaminhada à CLPC. A decisão do governo brasileiro é justa, consonante com a legislação brasileira, e vem a ser uma ação firme e característica de um país soberano.



Figura 1: Águas Jurisdicionais Brasileiras

Fonte: Marinha do Brasil (DHN)

O aproveitamento dos recursos naturais existentes na massa líquida, solo e subsolo, de acordo com aquela Lei do Mar, é garantido ao nosso país, com graus de soberania e jurisdição na ZEE e na Plataforma Continental, além das 200 milhas marítimas, desde que o Brasil desenvolva projetos de pesquisa para o emprego sustentável desses recursos. Registre-se que foi concretizado, pela MB, o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Projeto REVIZEE). Em continuidade a este programa, se julgou imprescindível uma ação permanente de monitoramento dos principais estoques pesqueiros, a fim de permitir a geração contínua de informações essenciais para a definição de política de pesca que possa assegurar a sustentabilidade da atividade. Com este propósito foi criado, em 2006, o Programa Ação para Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Marinhos (REVIMAR), sob a coordenação, agora, do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), com a participação de inúmeras instituições, inclusive da MB (BRASIL, MMA/IBAMA, 2010).

2.2 AMAZÔNIA AZUL É UMA MARCA REGISTRADA

Em 29 de Janeiro de 2010, o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Jorge Ávila, entregou ao Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, o certificado de registro da marca - Amazônia Azul. Tal acontecimento afiança à Marinha do Brasil (MB) o uso exclusivo.



Figura 2: Marinha recebe certificado da marca “Amazônia Azul

Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/nomar813>>

Na ocasião, foi reconhecido oficialmente que:

Um tesouro escondido no Oceano Atlântico, repleto de riquezas minerais e biológicas espalhadas por mais de quatro milhões de quilômetros quadrados. Este patrimônio nacional, ainda desconhecido por parte dos brasileiros, é a Amazônia Azul, maior do que a própria floresta Amazônica, e agora reconhecida como marca registrada da Marinha.

O presidente do INPI e o Comandante da Marinha destacaram, na cerimônia, a importância do registro da marca - Amazônia Azul -, considerando aspectos de segurança jurídica e de defesa deste território caracterizado por seu enorme potencial de desenvolvimento. Assim, desde essa certificação, o termo Amazônia Azul passa a ser de uso exclusivo da MB e consolida-se com a denominação do “Mar Brasileiro”.

Uma vez conhecidas as dimensões e as características da Amazônia Azul, inclusive as reais possibilidades de expansão desta área, dentro das regras estipuladas pela própria CNDUM, torna-se imprescindível analisar o “Mar Brasileiro” no contexto regional e internacional, com foco na maritimidade do país.

2.3 UMA VISÃO GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

A geopolítica permite-nos avaliar a inserção do Estado na política internacional, em função de suas peculiaridades geográficas. É o estudo da interdependência entre a geografia, a política e o poder. Vários são os fatos que podemos identificar no atual entorno geopolítico brasileiro, especialmente, naqueles em que pesem os aspectos concernentes às relações internacionais.

Antes de mergulhar numa análise geopolítica, faz-se necessário indicar um conceito intimamente ligado a esta ciência e pouquíssimo disseminado no Brasil: a Oceanopolítica. O Vice-Almirante Ilques Barbosa Junior em seu trabalho *A Importância do Atlântico Sul para a Segurança Nacional e Integração Regional*⁸ apresenta de forma clara e concisa

8 O trabalho foi publicado na Revista da Escola Superior de Guerra, v.23, n.48, p.43-94, ago/dez 2007.

a relevância deste conceito que permite o estudo da influência dos oceanos na política dos estados, tomando vulto nos países de vocação marítima como o Brasil. O conceito é amplamente empregado em outras nações sul-americanas como o Chile, a Venezuela, o Peru e a Argentina. (BARBOSA JUNIOR, 2007).

A Oceanopolítica remete-nos a entendimentos basilares, expostos por Alfred Tayer Mahan⁹, que defendeu a relevância do mar para o desenvolvimento das nações, lançando os fundamentos desta nova ciência. Na ocasião, Mahan advogava o valor do poder marítimo para a solidificação do progresso das nações, listando as seis principais fontes do poder marítimo: a posição geográfica, a configuração física, a extensão territorial, a população, o tipo de governo e o caráter do povo (MAHAN, 1949).

Assim, desde o século XIX, se estudavam os oceanos como meios essenciais para o desenvolvimento dos estados, alavancando o comércio marítimo entre as nações, com o conseqüente surgimento da necessidade de forças navais que assegurassem aos países o uso do mar. A teoria de Mahan, em alguns de seus aspectos, ainda é válida e nesse contexto, ao avaliarmos os seus seis pontos, constatamos que o Brasil carece de políticas governamentais adequadas na área de Defesa embora a sua população ainda não tenha consolidada sua mentalidade marítima e de defesa. No tocante à posição geográfica, configuração e extensão territorial e população, o Brasil é um país privilegiado.

A seguir, serão apreciados os principais atores capazes de interagir com o Brasil, em um panorama geopolítico no qual apresenta inúmeros interesses relacionados direta ou indiretamente com o Atlântico Sul. Os Estados Unidos da América (EUA) continuam a ocupar seu posto de potência hegemônica na arena internacional, inclusive nos mares, vivenciando um momento de mudanças radicais em sua política externa após a eleição histórica do Presidente Barak Obama. O país ainda sofre as conseqüências de uma ferida não cicatrizada: o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. O interesse dos EUA no Atlântico Sul é notório. Destaque-se o papel que a porção

9 Geoestrategista americano, mais renomado pensador da guerra no mar e autor de inúmeros livros sobre o tema, sendo o mais conhecido *The Influence of Seapower upon History*.

meridional do Oceano Atlântico desempenhou durante a Segunda Guerra Mundial¹⁰.

Em 2008, a reativação da Quarta Frota americana causou ansiedade em alguns acadêmicos e cientistas políticos brasileiros. No entanto, para garantir seus interesses no Atlântico Sul, os EUA independem da existência de uma frota específica, tendo em vista a sua reconhecida mobilidade e capacidade de permanência em qualquer ponto do planeta. Os americanos argumentam que tal reativação visou a uma melhor organização administrativa, reduzindo as tarefas e áreas de atuação da Segunda Frota e repassando-as, em parte, para a recém-reativada Quarta Frota (TEMPO PRESENTE, 2010).

Alguns estudiosos associam tal decisão político-estratégica às recentes descobertas de vastos campos petrolíferos nas camadas pré-sal da ZEE brasileira. Contudo, permanecerá a dúvida se é uma mera coincidência ou não. Lembra-se que aproximadamente 50% do petróleo importado pelos EUA são provenientes da América Latina. Com ou sem Quarta Frota, o poder militar dos EUA vai aonde os seus interesses assim exigirem. A referida reativação indica que o Brasil deve estabelecer novas prioridades no trato dos assuntos de Defesa, especialmente, no tocante ao reaparelhamento da sua Força Naval.

A China apresenta um crescimento econômico surpreendente, aumentando sua influência em todas as partes do mundo. Estudiosos comentam a possibilidade de aquela potência asiática ameaçar a supremacia americana, podendo ser um dos agentes de transformação da atual unipolaridade em bipolaridade, em futuro não muito distante. Algumas empresas chinesas já estão atuando na Amazônia Azul, como a Sinochem Corporation que venceu a concorrência para participação em um campo petrolífero da empresa Statoil no Brasil. As chinesas CNOOC e Sinopec também fizeram oferta pela participação. A Sinopec, em abril de 2010, recebeu os direitos para explorar dois blocos petrolíferos na costa norte do país, segundo um acordo fechado com a Petrobras (UOL, 2010).

10 Durante a II Guerra Mundial, o Atlântico Sul foi um palco importante da Batalha do Atlântico. Dentre as batalhas navais, destaca-se o memorável confronto entre as forças navais da Grã-Bretanha e da Alemanha, que terminou com o afundamento do encouraçado alemão Graf Spee, no litoral do Uruguai.

Ainda no contexto do panorama internacional, a Coreia do Norte realiza experiências com armas nucleares, criando uma nova fonte de preocupação naquela conturbada região. O Oriente Médio continua a ser um grande foco de tensões na atualidade, tendo Irã, Iraque e Israel como principais protagonistas estatais. O recente apoio dispensado pelo governo brasileiro ao programa nuclear iraniano, que, a princípio, se destina a fins pacíficos, gera um impasse no cenário internacional. Portanto, o clima naquela distante, mas importante, região se tornou tenso com o ataque realizado por militares israelenses a uma frota internacional que trazia ajuda humanitária para a faixa de Gaza em 31 de maio de 2010 (UOL, 2010).

Na América do Sul, temos interesse em todos os atores, pois a nossa política é profundamente influenciada pelo ambiente em que o Brasil está inserido. A situação na Colômbia continua não resolvida, as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) detêm posse de parte do território colombiano e os atentados terroristas continuam, tanto no interior como nos grandes centros. Representações das FARC já foram identificadas em vários países da região, inclusive no Brasil. Aqui, ficaram evidentes as ligações entre as FARC e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), tanto em Mato Grosso do Sul como em Alagoas (MONTFORT, 2010).

Está em fase de consolidação (2010), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)¹¹, como uma evolução da agonizante Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA), visando potencializar a integração regional. Estão sendo finalizadas as tratativas para a consolidação do Conselho de Defesa Sul-Americano, mecanismo que busca fomentar o intercâmbio no campo da segurança entre os países que compõem a UNASUL, tais como a elaboração de políticas de defesa conjunta, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país e realização de exercícios militares conjuntos (ver figura 3).

11 A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) está constituída pelos doze países da América do Sul. Teve sua origem em 2004, com a criação da “Comunidade Sul-Americana de Nações”, na III Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, realizada em Cuzco, Peru. Em 2007, durante a I Cúpula Energética Sul-Americana (Isla Margarita, Venezuela), decidiu-se adotar o nome “União de Nações Sul-Americanas”, denotando o elevado grau de compromisso que se pretende alcançar.



Figura 3 - Operação atlasur

Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/nomar794>>

Há, ainda, um fórum muito importante que envolve o Brasil, e tem como palco o Atlântico Sul, trata-se da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, também conhecida por ZPCAS ou ZOPACAS. Foi criada, em 1986, após iniciativa brasileira que resultou na resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que promove a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região. O foco principal da ZPCAS está nas questões relacionadas à prevenção da proliferação de armas nucleares e à redução e, até eventualmente, à eliminação da presença militar de países de outras regiões do mundo. E juntos, os membros buscam formas de integração e colaboração regional, tais como a cooperação econômica e comercial, científica e técnica, política e diplomática.

É importante mencionar que ainda está em vigor, apesar de desacreditado, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)¹². O instrumento é um tratado de defesa mútua celebrado, em 1947, na cidade do Rio de Janeiro, entre diversos países americanos. O

12 Os estados-membros do TIAR são: Argentina, Bahamas, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. (BRASIL MRE-2010).

princípio central do acordo é que um ataque contra um dos membros será considerado como um ataque contra todos, com base na chamada “doutrina da defesa hemisférica”. Durante a Guerra das Malvinas/Falklands¹³, os Estados Unidos, que integram tanto o TIAR quanto a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), alegando que o agressor era a Argentina, favoreceu o Reino Unido (RU), o que foi visto por países latino-americanos como o fracasso derradeiro do acordo. Em 2001, os EUA invocaram o tratado após os atentados de 11 de setembro, mas os países da América Latina não se lançaram à “Guerra ao Terror” da maneira ativa como os americanos desejavam (LIMA FILHO, 2006).

Nesse cenário, reitera-se que o conflito pela posse das Ilhas Malvinas/Falklands, ocorrido em 1982, veio a confirmar a importância de uma postura estratégica voltada para os interesses nacionais, com foco no Atlântico Sul. Em que pese a atitude discutível da Argentina, invadindo as ilhas, o episódio demonstrou claramente que alianças, como o TIAR, podem ter sua relevância desprezada diante de um aliado do porte do Reino Unido, o que fez pender a balança dos EUA francamente para o lado do RU. A postura brasileira de solidariedade com os argentinos abriu caminhos para uma maior aproximação entre os dois países, reduzindo as desconfianças e alicerçando uma relação que contribuiu fortemente para a integração continental.

Com relação, ainda, às Ilhas Malvinas/Falklands, apesar de terem sido reatadas as relações diplomáticas entre a Argentina e o Reino Unido, o assunto não está resolvido, pois, para a Argentina, trata-se de uma questão de soberania e sua posse permanece como um objetivo nacional permanente, o que poderá se constituir, no futuro, num foco de tensão em área adjacente à Amazônia Azul. Tal problema se intensifica em decorrência das eventuais desavenças que vêm ocorrendo no tocante à exploração de petróleo ao redor das Ilhas. Por enquanto, há indicações de uma disposição para a solução diplomática das questões.

As relações entre Brasil e Argentina encontram-se cada vez melhores. Os países estão auferindo os bons resultados advindos

13 A Guerra das Malvinas/Falklands foi um conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido ocorrido nas Ilhas Malvinas (Falklands), Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, em 1982, pela soberania sobre estes arquipélagos, dominados, desde 1833, pelo Reino Unido. Ao final do conflito, o arquipélago foi recuperado pelo Reino Unido, com a morte de 649 soldados argentinos, 255 britânicos e 3 civis.

da consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹⁴ que se fortalece, e ambos os países vêm procurando superar suas eventuais divergências por meio de negociações e do esforço diplomático. Aqueles que, no século passado, eram os potenciais inimigos da fronteira austral, hoje se tornaram os parceiros e aliados do sul, inclusive com a realização de inúmeros exercícios conjuntos entre as duas Marinhas, como as Operações FRATERNAL, ATLASUR e PASSEX (ver figura 4).



Figura 4 - Fragata "Liberal" realiza exercícios com navio da Armada Argentina
Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/nomar814>>

Na Venezuela, Hugo Chavez (em 2010) estabelece uma postura de contestação aos EUA e desafia politicamente a grande potência. O país se aproxima da Rússia e anuncia o seu rearmamento para resistir a uma possível invasão americana a seu território. Na Bolívia, o Presidente Evo Morales enfrenta uma séria crise interna e não mede as consequências de suas decisões, priorizando os interesses de seu país em detrimento das relações com vizinhos. Lembra-se que, ao assumir

14 O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado, em 26/03/1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. Os membros deste bloco econômico são os seguintes países : Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia participam, até o momento, como países associados ao MERCOSUL.

o poder, Evo estatizou a produção de gás e petróleo, ameaçando o emprego da força para efetuar a evacuação de prédios pertencentes a companhias estrangeiras, inclusive da brasileira Petrobras. Mais uma vez, a diplomacia brasileira imperou, apesar da posição contrária de alguns internacionalistas que julgaram que o Brasil agiu com excesso de “bondade” no polêmico episódio (HAGE, 2007).

A cobiça internacional sobre a Amazônia, decorrente de sua biodiversidade e abundância de recursos naturais, especialmente a água, é fato internacionalmente conhecido. O Rio Amazonas desemboca na Amazônia Azul. A afirmação, a princípio, parece óbvia, mas a garantia da segurança e da defesa daquela via navegável está diretamente relacionada ao controle do estuário do Amazonas e suas áreas marítimas adjacentes (“Golfão Amazônico”). Nessa região, as duas amazônias se encontram. Igualmente, as nossas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), ricas em insumos energéticos, levam-nos a inferir que, em caso de uma maior escassez dessas riquezas, atores das relações internacionais podem voltar os olhos para o Brasil, fato que, hoje, acontece no Oriente Médio. Se não fosse o petróleo, as Guerras do Golfo não teriam tamanha dimensão e, talvez, nem sequer tivessem eclodido.

Ao apreciarmos o cenário anteriormente descrito, sob uma visão oceanopolítica do Brasil, os interesses nacionais estão todos, de alguma forma, relacionados com a Amazônia Azul, seja pelas riquezas nela existentes, seja pela via de transporte marítimo, responsável por 95% de todo o comércio exterior do país e por diversas outras riquezas e potencialidades que serão estudadas.

Vimos que a geopolítica nos apresenta um quadro de indefinições, sem ameaças imediatas, contudo com cenários que, por sua imprevisibilidade, demandam a necessidade de o Brasil dispor de forças militares, especialmente navais e aeronavais, compatíveis com as dimensões estratégicas do Brasil. Ademais, por estar a Amazônia Azul relacionada com as cinco expressões do Poder Nacional, é importante a conscientização da nação sobre a relevância deste tema.

O contexto atual exige reflexões por parte de todos, com uma detalhada análise que inclua os interesses nacionais no mar, as vulnerabilidades estratégicas e as reais possibilidades do país.

3 POTENCIALIDADES, AMEAÇAS E VULNERABILIDADES

Para nortear esta análise, serão estudadas as potencialidades da Amazônia Azul, com foco nas cinco expressões do Poder Nacional, constantes da doutrina da Escola Superior de Guerra (BRASIL, ESG, 2009), como também identificadas as vulnerabilidades e as possíveis ameaças ao importante patrimônio nacional que é o mar brasileiro.

3.1 A AMAZÔNIA AZUL E AS EXPRESSÕES DO PODER NACIONAL

O Brasil possui mais de 8.000 km de litoral e, no interior desse mar, encontra-se uma quantidade infinita de riquezas a serem exploradas, além de ser utilizado como meio para o comércio e o transporte marítimo. O livro *Amazônia Azul, o mar que nos pertence*, de autoria do Almirante Armando Ferreira Vidigal e outros, explicita, de forma minuciosa, o tema em estudo. As pesquisas efetuadas, tendo aquele compêndio como uma das fontes mais relevantes, permitiram que fossem elencados os passivos e os ativos relacionados à posse da Amazônia Azul, dentro das expressões do Poder mencionadas.

3.1.1 EXPRESSÃO ECONÔMICA

Em palestra proferida na Escola de Guerra Naval em 25 de novembro de 2005, o Professor Geoffrey Till¹⁵ comentou a citação de uma personagem de William Shakespeare, Shylock, em sua obra “O Mercador de Veneza”. Dizia ele: “Vocês sabem que todas as minhas fortunas estão no mar”. Esta declaração, feita no século XVI, época em que o mar permitia apenas o transporte marítimo e a exploração de escassos recursos naturais, como a pesca, poderia ser até um exagero, mas sintetiza a sua histórica relevância econômica para as nações. Os oceanos cobrem cerca de 70% da superfície do planeta e contam com ecossistemas fundamentais para a vida. Constituem-se, ainda, em fonte muito rica e diversificada de recursos vivos e não vivos, fornecendo alimento para o consumo humano, além de uma ampla gama de minerais.

15 Geoffrey Till é professor de Estudos Marítimos do “Joint Services Command and Staff College” e membro dos grupos de Estudos de Guerra do “King’s College”, em Londres – Reino Unido.

a) Pesca – atividade de grande importância para o país e em constante evolução e modernização. O último dado atualizado disponível no sítio do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) mostra uma corrente financeira nos itens relacionados à comercialização de peixes, camarões e moluscos de US\$ 778.927.388,00. As atividades de maricultura para a produção nacional de pescado respondem por mais de 100.000t anuais de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A frota artesanal de embarcações de pesca é da ordem de 30.000; a industrial é reduzida, mas o MPA tem estabelecido políticas para a sua adequação tanto numérica como qualitativamente, em consonância com a Lei 10.849, de 23 de março de 2004¹⁶.

Produção (t)	2006	2007	Crescimento relativo
Pesca extrativa marinha	527.871,5	539.966,5	+ 2,3
Pesca extrativa continental	251.241,0	243.210,0	- 3,2
Maricultura	80.512,0	78.405,0	- 2,6
Aquicultura continental	191.183,5	210.644,5	+ 10,2
Total	1.050.808,0	1.072.266,0	+2,0

Quadro 1 - Desempenho do Setor Pesqueiro nos anos de 2006 e 2007

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Estatística da Pesca 2007)

As atividades do setor pesqueiro no Brasil crescem de forma significativa, contudo, carecem de uma melhor infraestrutura e de um aprimoramento constante de suas políticas, especialmente no tocante à modernização da frota e valorização do pescador profissional. A pesca brasileira permanece praticamente artesanal. A produção do país, se incentivada por meio de programas de diversificação e modernização da frota pesqueira oceânica, poderá dobrar, alcançando, até 2011, 2 milhões de toneladas/ano, de forma sustentável e com inclusão social (GREGOLIN, 2007).

b) Exploração de petróleo e gás

A extração de petróleo está hoje concentrada na plataforma continental, atingindo a marca de um milhão e novecentos mil barris/dia, equivalente a 88% da produção nacional. A Petrobras vem alcançando êxitos extraordinários na exploração de petróleo em águas profundas, com o desenvolvimento de

16 Lei Federal que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira, e dá outras providências.

tecnologia própria, retirando petróleo em campos situados em lâminas d'água superiores a 1.800 metros. Alguns dos campos petrolíferos, situados em águas profundas, encontram-se a distâncias de até 150 milhas náuticas da costa, como no caso de certos poços da Bacia de Santos. A Petrobras possui cerca de 65% de seus blocos exploratórios *offshore* em áreas com lâmina d'água superiores a 400 m. Assim, nos últimos anos, a empresa tem aumentado suas atividades de perfuração, atuando em águas, cada vez mais, profundas, conforme se pode observar no gráfico a seguir.

Com o início da exploração de petróleo na camada do pré-sal, esta vertente da expressão econômica se tornará ainda mais acentuada. Estudos realizados pela Petrobras indicam que a área a ser explorada, que se estende de Santa Catarina ao Espírito Santo, possui reservas superiores a 50 bilhões de barris de petróleo leve. Caso tal expectativa se confirme, nos meados deste século, o Brasil estará entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo.

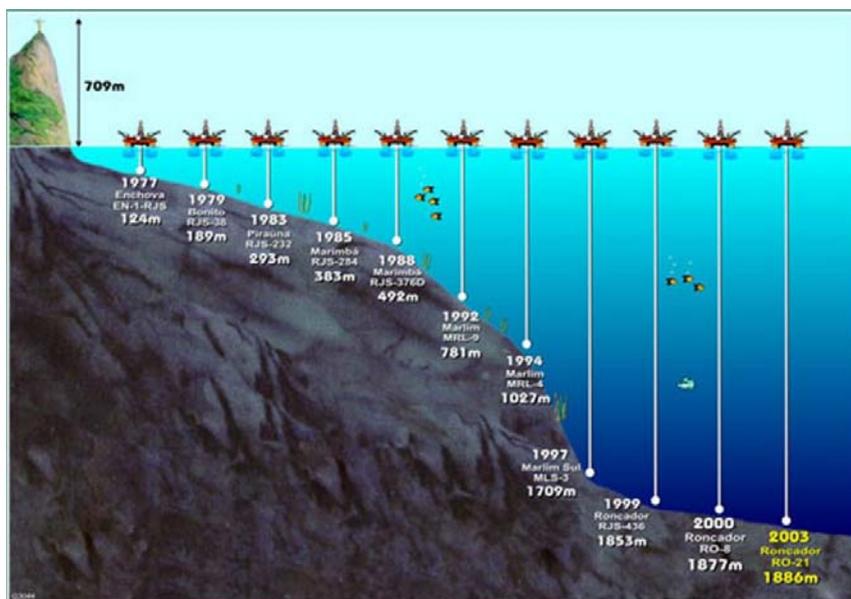


Figura 5 – Exploração de petróleo no Mar.

Fonte: Petrobras S.A

De acordo com a Diretoria de Portos e Costas, havia em abril de 2010, 192 plataformas de exploração no mar, sendo 83 fixas e 109 flutuantes. O quadro abaixo apresenta a evolução do número de plataformas de petróleo operando na Amazônia Azul.

2006	142
2007	156
2008	171
2009	186
Até abril de 2010	192

Quadro 2: Evolução do número de plataformas de petróleo na Amazônia Azul
Fonte: Diretoria de Portos e Costas, 2009.

Pode-se constatar que a atividade de exploração de petróleo cresce de forma significativa, visto que, em três anos, houve um aumento de 35% no número de plataformas em operação no Brasil. Certamente, com o advento do pré-sal, estes números serão cada vez maiores.

As atividades relacionadas à exploração de petróleo apresentam uma substancial interação como meio ambiente marinho, sendo necessário que sejam conduzidas de forma sustentável e tendo a preservação do bioma como um paradigma a respeitar. Neste ponto do trabalho, é fundamental que se remeta ao ocorrido em 20 de abril de 2010, quando aconteceu uma explosão e incêndio na torre da plataforma de petróleo semissubmersível *Deepwater Horizon* (ver figura 6). Ela estava operando no Golfo do México e houve onze vítimas fatais em consequência desse acidente. A embarcação foi a pique em 22 de abril de 2010, em águas de aproximadamente 1500 metros de profundidade, e os seus restos foram encontrados no leito marinho a 400 metros a noroeste da cabeça do poço.



Figura 6 - Plataforma *Deepwater Horizon* em chamas no Golfo de México.

O derramamento de petróleo resultante prejudicou o *habitat* de centenas de espécies de peixes e aves. Quase três meses após o acidente, a British Petroleum anunciou, em julho de 2010, ter conseguido estancar temporariamente o derrame de petróleo depois da instalação de válvulas especiais.

Este acidente, de consequências catastróficas para o meio ambiente marinho, além de levar vários países a repensarem os aspectos relacionados à prevenção em exploração de petróleo em águas profundas, só vem a corroborar a importância da cautela e fiscalização eficazes nas diversas etapas desenvolvidas na exploração de petróleo no mar, as quais exigem uma efetiva participação da Autoridade Marítima, que, com o aumento do fluxo de embarcações e da quantidade de plataformas de petróleo em operação na Amazônia Azul, demandará um incremento significativo das necessidades de meios navais e de pessoal.

c) Turismo

Em 2009, mais de oitenta navios de passageiros visitaram portos do Brasil, país que tem no mar uma admirável fonte de atração turística. Localidades como Rio de Janeiro, Búzios, Ilha Bela, Maceió, Fernando de Noronha, entre outras, são destinos especiais e desejados por turistas procedentes de diversas partes do mundo. Estes navios permanecem no Atlântico Sul, visitando, principalmente, portos brasileiros no período de novembro a março. A título de exemplo, em 2009, mais de 300.000 passageiros desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, enquanto 92.000 desembarcaram em 2006. A tendência é que este número cresça ainda mais, tendo em vista os elevados investimentos em infraestrutura portuária que estão sendo realizados pelo governo federal, dentro dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Inúmeras embarcações de médio porte (escunas e catamarãs) trafegam em águas costeiras em razão da atividade de turismo náutico¹⁷ que movimentam bilhões de reais ao ano (EMBRATUR, 2010)

d) Transporte marítimo

O mar pode ser considerado o principal meio de escoamento do comércio internacional brasileiro, pois mais de 95% das exportações e

17 Turismo náutico se caracteriza pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística. Pode ocorrer em lagoas, rios, represas, lagos ou no mar e envolve também as atividades de cruzeiros (marítimos ou fluviais), passeios, excursões e outras viagens realizadas em embarcações náuticas com finalidade turística (EMBRATUR, 2010).

importações brasileiras são feitas por via marítima, e, neste contexto, deve-se ressaltar a importância dos portos brasileiros como os portões de entrada e saída das mercadorias para os seus mais variados destinos.

No que concerne aos interesses brasileiros, a nossa economia é fortemente dependente do mar. O comércio exterior, com um fluxo de mais de 16.000 navios/ano e respondendo por uma movimentação média de US\$ 100 bilhões/ano, nos dá a sua dimensão para o país.

As principais rotas marítimas de interesse brasileiro, além da navegação de cabotagem ao longo de todo o litoral, são aquelas em que o fluxo de mercadorias do nosso comércio internacional escoia para as seguintes regiões: América do Norte, América Central, Europa, Golfo da Guiné, Golfo Pérsico e Oriente passando pelo Cabo da Boa Esperança, e para o Pacífico via Estreito de Magalhães. Identifica-se uma grande vulnerabilidade pela inexistência de uma Marinha Mercante nacional compatível com as nossas demandas e dimensões estratégicas. Os reflexos dessa realidade são bastante claros ao apreciar a reduzida parcela de mercadorias, somente 12% do nosso comércio internacional. O Brasil necessita de uma Marinha Mercante, com capacidade de transporte dos produtos de interesse para o país e que garanta eventuais precisões de mobilização militar (MOURA NETO, 2010).

Desde os tempos de paz, o Brasil depende de navios mercantes estrangeiros para manter o fluxo de mercadorias essenciais à nossa economia, sendo este um passivo a ser, pelo menos, minimizado. Nosso país passa por um período favorável no tocante ao aumento da atividade marítima, bem como ao desenvolvimento da Indústria Naval. O futuro parece promissor, especialmente, com o advento do Programa de Modernização e Expansão da Frota da TRANSPETRO (PROMEF)¹⁸ concebido dentro do PAC do Governo Federal. É notável a recuperação da indústria naval brasileira nesta década, impulsionada pelas encomendas da Petrobras. No porto de SUAPE-PE, em 7 de maio de 2010, foi lançado ao mar o primeiro navio do PROMEF, construído pelo estaleiro Atlântico Sul.

18 PROMEF da TRANSPETRO visa revitalizar a indústria naval com encomenda inicial de 49 navios. As duas primeiras fases do PROMEF foram concebidas antes das novas descobertas dos campos do pré-sal, o que aponta para a criação de novas fases do programa já a partir de 2010. O programa foi desenvolvido com base em três premissas essenciais: construir os navios no Brasil, alcançar um nível mínimo de nacionalização (65% na primeira fase, 70% na segunda) e oferecer condições para os estaleiros nacionais conquistarem competitividade em nível global.

e) Exploração de Minerais

Além do petróleo, em que o fundo do nosso mar se revela como uma valorosa fonte, outros recursos minerais podem ser extraídos. O sal, por exemplo, pode ser encontrado nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte, onde ficam as áreas mais propícias para sua extração por suas características climáticas tipicamente tropicais. Inúmeros elementos químicos estão dissolvidos na água do mar e, igualmente, há depósitos minerais nos fundos marinhos, passíveis de futura exploração, inclusive, já foi identificada a presença de nódulos polimetálicos no Atlântico Sul.

Os nódulos polimetálicos ocorrem, principalmente, como um depósito profundo nos oceanos, sob a forma de concreções ricas em óxido de manganês, podendo sua composição ser alterada de local para local e conter níquel, cobalto e cobre. O cobalto é um metal valioso e de valor estratégico e esses depósitos podem se constituir em fontes alternativas futuras deste metal. Em trabalho, recentemente publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi divulgada a existência, já confirmada, de áreas submarinas promissoras no Atlântico Sul, a descoberta de crostas cobaltíferas na elevação de Rio Grande, nódulos polimetálicos na área adjacente à Ilha da Trindade, bem como sulfetos polimetálicos e recursos biotecnológicos na área do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (MARTINS, 2006).

3.1.2 EXPRESSÃO POLÍTICA

O mar, desde os primórdios da história, sempre foi um palco de batalhas, mas também um respeitável canal da diplomacia. Por ele, o Brasil recebe os navios de guerra¹⁹ de nações amigas em visitas oficiais, por ele, transitam navios em passagem inocente²⁰ e, nele, a MB faz-se

19 Navio pertencente às forças armadas de um Estado, que ostente sinais exteriores próprios de navios de guerra da sua nacionalidade, que está sob o comando de um oficial devidamente nomeado pelo governo do Estado, e cujo nome aparece na lista de oficiais ou seu equivalente, e com tripulação sujeita à disciplina militar das forças armadas regulares.

20 De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982), é reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial. A passagem será considerada inocente desde que não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Brasil, devendo ser contínua e rápida (Lei 8.617, de 4 de janeiro de 1993).

presente, não apenas realizando atividades de patrulha, mas também mostrando o pavilhão nacional aos navios das mais variadas bandeiras que, devidamente autorizados, atuam na Amazônia Azul.

O mar, um dos instrumentos estratégicos, contribui, sobremaneira, dentro de uma visão oceanopolítica²¹ para a projeção política do Brasil no Atlântico Sul, seja no eixo oriental em direção à África, seja no eixo norte em direção ao Caribe, ou ainda no eixo sul em direção à Antártica e aos países da América do Sul ocidental e meridional.

A influência brasileira no Atlântico Sul é crescente, sendo fundamental o estabelecimento de políticas de aproximação com os países limítrofes ao Atlântico Sul. Entidades como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), a formada por Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)²², a pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)²³, entre outras, têm a Amazônia Azul como palco para a realização de exercícios conjuntos visando à solidificação da ZPCAS, não devendo ser esquecido o papel do Poder Naval como instrumento da diplomacia brasileira.

3.1.3 EXPRESSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA

A interação entre as variadas expressões do Poder Nacional perpassa por diferentes áreas — a economia e os seus recursos orçamentários relacionam-se com a expressão militar, no tocante às obtenções de material de defesa nos mercados nacional e internacional; a política, com as decisões governamentais, remete à expressão psicossocial, no que diz respeito a desemprego, e, assim, sucessivamente. Portanto, ao debruçarmos

21 O conceito de oceanopolítica já foi apresentado anteriormente.

22 A Declaração de Brasília de 6 de junho de 2003, resultante da reunião entre os Ministros de Relações Exteriores da Índia, do Brasil e da África do Sul, e a Declaração Conjunta emitida por ocasião da Reunião de Cúpula Índia-Brasil- África do Sul (IBAS), realizada em Brasília em 13 de setembro de 2006, levaram à criação do Grupo de Trabalho IBAS, tendo os três países como participantes (BRASIL MRE, 2010).

23 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, sendo uma organização que congrega os países lusófonos e fomenta a aliança, a cooperação e a amizade entre os mesmos. A sua sede fica em Lisboa e são seus signatários: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (BRASIL MRE - 2010).

sobre a Amazônia Azul, constatamos que as atividades desenvolvidas na extração de petróleo, após a descoberta do pré-sal, são as mais diversas e dependem, em sua totalidade, de ciência, tecnologia e constante inovação, em quaisquer dos três conjuntos tecnológicos distintos, ou seja, as plataformas de petróleo, o sistema de perfuração e o mecanismo de transmissão do petróleo do reservatório para a plataforma.

A conquista e manutenção das tecnologias correlatas têm envolvido alianças verticais com os estaleiros nacionais para a produção local dos navios-sonda. A Petrobras criou parceria nos programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com as instituições de pesquisa tecnológica da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), entre outras, no Brasil e no exterior. Um exemplo notável dessa iniciativa foi o desenvolvimento de robôs submarinos, inovação que permitiu a substituição de mergulhadores no serviço de interligar a plataforma com os poços submarinos. Esta capacitação adquirida pela Petrobras fez com que a empresa se tornasse referência mundial na produção de robôs para operar em grandes profundidades. Assim, observou-se que a exploração de petróleo traz em seu bojo uma importante vertente de indução de tecnologia (ORTIZ NETO, 2007).

Outro aspecto importante está ligado à Marinha Brasileira, que ao conduzir suas atividades, seja na área de renovação e operação dos meios navais ou nas ações relacionadas ao estudo detalhado do ambiente marinho, necessita desenvolver novas tecnologias na busca, às vezes inatingível, do estado da arte na guerra naval.

A Marinha Brasileira sempre foi reconhecida por induzir um arrasto tecnológico no Brasil, pois a posse de meios mais modernos acarreta uma demanda por serviços de manutenção e obtenção de peças de reposição para os sistemas de propulsão, sensores e armamentos dos navios e aeronaves, o que exige um constante *upgrade* na indústria nacional, bem como na capacitação do seu pessoal. Um exemplo disso aconteceu com o advento de navios a vapor no início do século XX, no recebimento das Fragatas classe Niterói²⁴ na década de 1970 (ver figura 7) e, desde o final

24 As Fragatas da classe Niterói estão entre os mais importantes navios de guerra da Marinha do Brasil até hoje. Elas constituem um marco histórico e foram parte de um acordo entre o Brasil e o estaleiro britânico Vosper Thornycroft, no ano de 1970, para que este construísse quatro navios do projeto MK-10 e outros dois desse tipo pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, obtendo-se, assim, a transferência de tecnologia e, mais tarde, permitindo o desenvolvimento dos projetos nacionais das corvetas da Classe Inhaúma e Barroso.

do século passado, com o Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (PROSUB), que renasceu em 2009, em função de uma maior prioridade atribuída pelo governo federal, e da relevante atuação do Comando da Marinha.



Figura 7 - Fragata Niterói

Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/menu_h/fotos>

A Diretoria de Hidrografia e Navegação realiza levantamentos hidrográficos, produz cartas náuticas, inclusive eletrônicas, orienta uma eficiente sinalização náutica e é responsável por previsões meteorológicas confiáveis que são oportunamente divulgadas a todos os navegantes, o que tem influência direta na segurança da navegação, representando uma efetiva contribuição da MB para o desenvolvimento do País, por meio de tecnologias próprias e em constante evolução em suas áreas de atuação.

A indústria nacional, trabalhando em parceria com a MB e instituições civis de pesquisa de ciência e tecnologia, poderá encontrar no mar inspiração e oportunidades para o incremento das capacidades indispensáveis à consolidação do futuro. A participação da indústria nacional em sociedade com empresas de países vizinhos em projetos de desenvolvimento e produção de equipamentos militares de emprego

naval é fator importante para se buscar a economia de escala e a geração de novos empreendimentos, sendo, também, um mecanismo indutor de tecnologia e inovação.

3.1.4 EXPRESSÃO MILITAR

Além de garantir a soberania do Brasil no mar, defendendo os espaços marítimos e os interesses nacionais, por ações de presença ou empregando a força, quando necessário, a Marinha cumpre outras tarefas e tem outras missões em tempo de paz. O país tem, no cenário internacional, importantes encargos na área de busca e salvamento marítimo, na qualidade de detentor de uma área marítima de responsabilidade SAR (“Search and Rescue” – sigla internacional para busca e salvamento), que equivale a uma vez e meia o nosso território e o seu ponto mais distante da costa brasileira fica a 1.850 milhas náuticas, ou seja, quase 3.500 quilômetros. É uma área em que a MB e a Força Aérea Brasileira têm que atuar no socorro a pessoas acidentadas ou enfermas, em obediência a compromissos nacionais assumidos pelo Brasil.

Os navios que transitam na Amazônia Azul são acompanhados pela Marinha, por intermédio do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo. Todos os aspectos relacionados à imposição da lei no mar, especialmente, no tocante à segurança do tráfego aquaviário, estão a cargo da Autoridade Marítima, que, no caso do Brasil, também é exercida pela MB, sendo os Comandos de Distritos Navais, a Diretoria de Portos e Costas e a Diretoria de Hidrografia e Navegação seus principais representantes²⁵.

Por fim, é importante, nessa relevante expressão do poder nacional, registrar que o Poder Naval brasileiro dispõe hoje, para atuar na Amazônia Azul e hidrovias, dos seguintes meios navais, sendo alguns já obsoletos:

25 Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, estabelece a Estrutura da Autoridade Marítima e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha, para o exercício das atividades especificadas. O Comandante da Marinha é a Autoridade Marítima Brasileira.

Meios navais (Navios)	Quantidade
Navio-aeródromo	01
Fragatas	09
Corvetas	05
Navios-Patrolha	22
Submarinos	05
Navios-Anfibios	05
Outros Navios	51
Total	98

Quadro 3: Meios Navais

Fonte: Marinha do Brasil.

Disponível em: <http://mar.mil.br/menu_h/navios>

O efetivo da MB, na atualidade, é de 7.200 oficiais e 51.800 praças, totalizando 59.000 militares. Pela Lei nº 12.216/2010, este efetivo será aumentado²⁶ até 2029, já dentro do escopo da Estratégia Nacional de Defesa (END), para os seguintes quantitativos: 10.707 oficiais e 69.800 praças. Este documento prevê, também, uma reestruturação intestina nas Forças Armadas, incluindo a modernização de meios, reordenamento de prioridades, o reposicionamento e criação de unidades militares. É importante registrar que este incremento de pessoal militar, para o atendimento da demanda, de pessoal existente ocorrerá paulatinamente, não se configurando em uma solução de curto e médio prazo, e cuja projeção para integralização compreende um horizonte de vinte anos.

3.1.5 EXPRESSÃO PSICOSSOCIAL

Na vertente psicossocial, há um aspecto importante que se relaciona à sociedade brasileira de uma forma geral. Historicamente, o Brasil nasceu com vocação marítima, não só por ter sido descoberto e colonizado por uma nação marítima, mas também por ter sofrido

26 Instrumento legal, sancionado pelo Presidente da República, em 11 de Março de 2010, que altera a Lei de Reestruturação de Corpos e Quadros, destacando-se, dentre as modificações introduzidas, a ampliação dos limites de efetivos em 3.507 oficiais e 18.000 praças, o que representa um incremento aos atuais limites da ordem de 36%.

invasões pelo mar, e ter consolidado sua independência no mar. O desenvolvimento nacional ainda é, e continuará sendo, dependente das vias marítimas para a maioria de suas atividades, como já foi apresentado no estudo de outras expressões do Poder Nacional. É fundamental para o país que se desenvolva e promova a consolidação de uma mentalidade²⁷ ligada à maritimidade, resgatando a vivência marítima e difundindo os conhecimentos sobre o mar

Portanto, em decorrência de fatores conjunturais, na evolução histórica do país, observou-se a migração econômica para o interior. O Brasil virou “as costas” para o mar em diferentes aspectos, entre eles os que dizem respeito aos transportes e à alimentação. Dessa forma, houve, no seio da população brasileira, uma degradação da mentalidade marítima, a ponto de, nos dias atuais, os brasileiros pensarem no mar apenas de forma lúdica (BRASIL SECIRM, 2010).

Dentro desse tema, é oportuno comentar que a Escola Superior de Guerra, considerada um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, funciona como um centro de estudos e pesquisas, desenvolvendo inúmeros cursos instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa, que contam com a participação de cidadãos de elevado nível de todos os segmentos do poder nacional, civis e militares. Um dos mais importantes é o de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). No ano de 2010, a turma do CAEPE, conscientizada da importância do mar para o Brasil, escolheu Amazônia Azul como seu nome representativo. A ESG é uma instituição que, cada vez mais, se consolida em seu papel de “Pensar o Brasil para melhor servi-lo”. Está em andamento o processo de reestruturação da Escola, o que, certamente, levará ao seu conhecimento a fim de que continue a atuar como elemento indutor para o fomento das mentalidades nacionalistas, de defesa e marítima, tendo em vista a diversidade dos estagiários que passam por essa escola e se tornam vetores de disseminação dos pensamentos nela estudados e difundidos (ESG-2010).

27 Mentalidade Marítima é a convicção ou crença, individual ou coletiva, da importância do mar para a nação brasileira e o desenvolvimento de hábitos, atitudes, comportamentos ou vontade de agir, no sentido de utilizar, de forma sustentável, as potencialidades do mar.



Figura 8 - Turma de Estagiários recebe o nome de Amazônia Azul.

Fonte: Marinha do Brasil. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/nomar817>>

As atividades, estudadas em todas as expressões do Poder Nacional, exibem inúmeros desdobramentos no campo psicossocial, como bem-estar social, sensação de segurança, alimentos para população e, principalmente, a geração de empregos. O desenvolvimento dos estaleiros nacionais, em sua maioria instalados no Rio de Janeiro, está contribuindo para geração de novos empregos, diante da crescente demanda da Petrobras por embarcações, serviços e navieças²⁸.

3.2 AS POSSÍVEIS AMEAÇAS

A atual conjuntura mostra um cenário de total incerteza, conforme abordado acima. O papel dos EUA como potência hegemônica ainda não pode ser questionado, pelo menos na expressão militar do poder. A reativação da Quarta Frota e a instabilidade política presente em alguns vizinhos sul-americanos, como a Venezuela, vêm corroborar a nebulosidade do ambiente em que o Brasil está inserido, havendo uma total impossibilidade de identificar atores estatais como inimigos em potencial.

De acordo com os estudiosos da guerra da quarta geração²⁹, os terroristas poderão utilizar os mares para traficar armas, drogas

28 Navieças são todos aqueles itens necessários à construção e à manutenção de embarcações como estruturas, material para pintura naval, tubulação/bombas, maquinário, acomodações, sobressalentes de equipamentos elétricos, eletrônica e equipamentos de controle, manobra, entre outros.

29 As guerras do século XXI tendem a ser conflitos “não westfalianos”, envolvendo a participação de atores difusos. Os militares combatem oponentes não estatais. Trata-se da recém-denominada guerra da quarta geração.

e pessoas, empregar embarcações como armas ou utilizá-las como plataformas de lançamento de artefatos bélicos, navios ou lanchas para atacar ou ameaçar o comércio marítimo internacional. Essas hipóteses podem afetar o preço do seguro e causar problemas ao meio ambiente. Nesse contexto, um caso marcante foi o atentado sofrido pelo USS Cole³⁰ (ver figura 9).



Figura 9: Atentado sofrido pelo USS Cole

Fonte: Disponível em: <<http://www.bostonboating.com/usscole>>

O potencial brasileiro aliado à sua atual situação de estabilidade econômica insere o país em posição de destaque no cenário. Tal fato é fruto não apenas de suas capacidades, mas também de uma política adequada no campo das relações mundiais. Este quadro favorável pode tornar o Brasil alvo de ações de cobiça de outras nações, inclusive de atores não estatais. A afirmação de que o país está imune aos ataques terroristas é falaciosa,

30 Ataque sofrido, em outubro de 2000, por um navio de guerra americano no porto de Aden, no Iêmen. Os terroristas utilizaram um bote inflável carregado com explosivos e arremessado contra o costado do navio na altura da praça de máquinas. Houve 17 vítimas fatais.

tendo em vista a imprevisibilidade das ameaças, extensão e permeabilidade de nossas fronteiras terrestres e marítimas (LOPEZ, 2003).

Pode-se constatar que as estatísticas de pirataria³¹ e o roubo no mar estão aumentando em todo o mundo. O mapa produzido pela *ICC Comercial Crime Services*, com dados fornecidos pela Organização Marítima Internacional, indica uma curva ascendente na atividade de pirataria e a referida instituição aponta a África (especialmente a Somália), o Sudeste da Ásia, o Oceano Índico e o Mar Vermelho como as áreas em que os navegantes devem tomar maiores precauções ao navegar (Anexo B). Contudo, há um dado relevante no relatório: a menção do Porto de Santos como um porto perigoso na América do Sul, sendo recomendada constante vigilância durante a estadia do navio. No ano de 2009, a Organização Marítima Internacional (IMO) registrou a ocorrência de três casos de pirataria no Brasil: em Belém, Fortaleza e Salvador. Na verdade, não foram casos de pirataria, mas de roubo. Observa-se que a Comunidade Marítima Internacional não assinala claramente que os dois conceitos são distintos (Anexo C).

A própria história nos indica que a existência de um Poder Militar, e, conseqüentemente, um Poder Naval, pronto a defender os interesses do Estado, é um requisito vital para uma nação soberana, especialmente, como o Brasil, país rico e de dimensões continentais. A história é cíclica. Períodos de paz duradoura são bruscamente interrompidos por acontecimentos ou crises que podem, com rapidez, se transformar em conflitos de grandes proporções. A Guerra das Malvinas/Falklands; a crise entre o Peru e o Equador (1995); a crise entre Venezuela e Colômbia (2010); e o próprio atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, nos EUA, são exemplos de eventos que levaram as partes envolvidas a uma crise ou conflito, de maneira repentina.

3.3 VULNERABILIDADES: DEFINIÇÃO

É importante observar que o fato de um país estar vivenciando um longo período de paz, ou não guerra³², não justifica o desdém pelos assuntos relacionados à Defesa Nacional. Uma análise da conjuntura

31 Ato de saquear uma embarcação em alto-mar. Vale ressaltar que se a ação ocorre em águas sob a jurisdição do estado é caracterizada como roubo e não pirataria.

32 O pensador político italiano Norberto Bobbio, em seu livro, *O problema da guerra e as vias da paz*, de maneira interessante define paz como não guerra, deixando como um desafio a significação de guerra.

internacional, especialmente no entorno de interesse do Estado, deve ser produzida diuturnamente e as possíveis ameaças entendidas, de modo que o país possa se preparar com a devida antecedência, em termos de poder militar e infraestrutura, para dissuadir ou, em última instância, fazer frente a perigos iminentes.

Não se pode olvidar que, durante a primeira reunião de Ministros de Defesa dos países americanos, em 1995, foram estabelecidos os seis “Princípios de Williamsburg”. Na ocasião, definiram-se as novas intimidações à soberania dos estados, incluindo a pirataria, tráfico de drogas, crimes ambientais e o terrorismo. Os intentos dos EUA de influenciar na orientação da missão das Forças Armadas dos países do continente sul-americano têm sido ostensivos desde então (WILLIAMSBURG, 1995).

Na visão dos Estados Unidos, o atentado de 11 de setembro de 2001 foi determinante para caracterizar o terrorismo como uma ameaça global. A superpotência, em consonância com o sexto princípio³³ de Williamsburg, vem conduzindo ações com o intuito de convencer os demais estados do continente a priorizar o emprego de suas Forças Armadas no sentido de defender os valores e princípios democráticos, garantir os direitos humanos, bem como contribuir para a segurança regional e hemisférica, dissuadindo e neutralizando as ameaças transnacionais, inclusive o narcotráfico. O governo brasileiro não se curvou a tais recomendações e, como uma nação soberana, mantém a vertente defesa como a espinha dorsal de suas Forças Armadas, tendo o seu emprego na segurança pública um papel secundário e episódico.

Não podemos deixar de lado as lições do passado, não apenas pela constatação da relevância do papel do mar e da MB na formação e consolidação do Brasil, mas pelo reconhecimento de um Poder Militar compatível com os interesses nacionais, fator de sobrevivência de um território nacional. O perfeito entendimento do entorno geopolítico permite que se vislumbrem as possíveis fontes de tensão entre Estados ou ameaças não estatais.

No Brasil, notamos ocorrências esporádicas de ações de roubo de navios. Contudo, nada impede que, em futuro não muito distante, tais tipos de avisos, inclusive a pirataria, possam ter a sua incidência

33 Sexto princípio de Williamsburg: promover uma maior cooperação na área de defesa, com participação voluntária em operações de manutenção da paz sob a égide da ONU e cooperar no desafio da luta contra o narcoterrorismo.

umentada. Portanto, para manter os espaços marítimos seguros e livres do terrorismo, seria preciso controlar os litorais, vistos como o campo de batalha do século XXI, e ter forças prontas para repelir aqueles que ponham em risco a segurança dos mares.

Outro episódio, a registrar, é o caso do barco de pesca Sabala, de bandeira brasileira, apreendido pela Marinha francesa no Golfo da Guiné, na costa africana, e resgatado, em 24 de junho de 2007, pela Fragata Greenhalgh, com apoio do navio-tanque Almirante Gastão Motta. A embarcação apresada foi rebocada pela fragata até o porto de Cabedelo, ocasião em que foi transferida para a custódia do Departamento de Polícia Federal/Paraíba, juntamente com a sua tripulação que era constituída por três brasileiros e um boliviano. O barco transportava 840 kg de cocaína. Os traficantes utilizam intensamente o mar como meio para o narcotráfico, sendo empregadas pequenas embarcações, navios e até submersíveis. As rotas do narcotráfico passam pelo Brasil, sendo a carga ilícita destinada ao exterior por vias marítimas, especialmente para os EUA, África e Europa. Na Colômbia, até pequenos “submarinos” estão sendo utilizados pelos meliantes para o narcotráfico, conforme se pode constatar na foto a seguir:



Figura 10 - Militares colombianos prendem, em novembro de 2008, um submarino caseiro. A embarcação, feita de fibra de vidro, foi encontrada com 1,6 toneladas de cocaína durante uma operação contra o narcotráfico.

Fonye: Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo>>

Nesse ambiente de perplexidade, pode-se afirmar que há novos tipos de ameaças na agenda dos estados pós-modernos, e o Brasil não está imune. Observa-se um quadro em que aquelas classificadas como intimidações internas e externas podem se confundir, deixando, cada vez mais, difusa a fronteira que separa o que é segurança de defesa, além do que, apesar de chamadas de “novas ameaças” pelos estudiosos da guerra, essas já são — há bastante tempo — conhecidas e apenas alteraram a sua roupagem na era pós-moderna (LOPEZ, 2003).

Assim, ao findar uma avaliação preliminar de nossas potencialidades e vulnerabilidades no mar, pode-se afirmar que, no contexto da defesa nacional, em um primeiro momento, se identificam as seguintes ameaças como as principais e passíveis de ocorrer no interior da Amazônia Azul, no século XXI: desrespeito à soberania nacional nas águas de jurisdição brasileira por um ator estatal; terrorismo internacional; narcotráfico; tráfico de armas e pessoas; exploração não autorizada de recursos existentes na Amazônia Azul; pirataria; catástrofes naturais; e degradação do meio ambiente.

Para fazer frente a esse cenário, é importante identificar as principais vulnerabilidades do poder nacional, dentro do espectro da Defesa Nacional, no tocante à Amazônia Azul: Poder Naval incompatível com a dimensão estratégica do país; mentalidades marítima e de defesa incipientes; falta de sensibilidade da sociedade com os assuntos de defesa; ausência de um monitoramento eficaz do espaço marítimo; existência de lacunas na estrutura de segurança marítima, com reflexos para a defesa nacional; permeabilidade e extensão da fronteira marítima; concentração da produção de petróleo no mar, sem um sistema de defesa eficaz; concentração de grandes cidades e do sistema produtivo e energético próximos ao litoral, os quais podem ser ameaçados por armamento lançado do mar; comércio exterior dependente, quase que totalmente, de Linhas de Comunicações Marítimas extensas, cujo controle e defesa são complexos; e existência de ilhas oceânicas brasileiras sem um sistema de defesa pré-estabelecido; e não reconhecimento pela sociedade do importante papel das Forças Armadas para a sua defesa.

A END apresenta a necessidade de implementação de medidas preventivas, especialmente ao enfatizar três características das forças militares brasileiras, que devem ser aprimoradas, inclusive na Amazônia Azul: presença, monitoramento/controlado e mobilidade. Estes três vetores de defesa são essenciais para prevenir e repelir quaisquer ameaças ao nosso território, especialmente aquelas vindas do mar.

4 O PODER NAVAL BRASILEIRO E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

4.1 O MINISTÉRIO DA DEFESA

Nesta parte do trabalho, cabe relembrar que, no Brasil, até 1999, as três Forças Armadas se mantinham em ministérios independentes, até a criação do Ministério da Defesa, em 10 de junho daquele ano. A existência de um ministério único agregando as respectivas forças era uma tendência internacional desde a metade do século passado, quando já se adotava amplamente aquela estrutura clausewitziana³⁴, em que há uma obediência direta dos militares à Política, entendida como arte ou ciência da organização, direção e administração do Estado, com a aplicação desta arte aos negócios internos e externos da nação.

Durante os anos de 1995/96, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) foi o responsável pelos estudos sobre a criação do Ministério da Defesa (MD), tendo sido constatado que, entre 179 países, apenas 23 não possuíam Forças Armadas integradas por um único Ministério. Desses 23 países, apenas três, entre eles o Brasil, possuíam dimensões políticas para justificar a criação de um Ministério da Defesa, como extensão territorial e Forças Armadas treinadas e estruturadas. Desde então, o MD vem consolidando suas estruturas internas e aprimorando os mais variados processos no intuito de padronizar os procedimentos passíveis de uniformização e buscando ações pró-ativas com o objetivo de fomentar a sinergia e a interoperabilidade, tornando eficazes as ações do MD. Trata-se de um grande desafio a vencer. Grandes nações, como os EUA, até hoje buscam aparar arestas e identificar métodos para integrar as Forças Armadas, tanto na vertente administrativa como na operacional (JOBIM, 2008).

Desde a sua criação, o MD emitiu inúmeros documentos normativos, mas, no dia 18 de dezembro de 2008, foi aprovada a Estratégia Nacional de Defesa (END). Esta estratégia veio preencher uma lacuna nos assuntos afetos à defesa nacional. A END teve como principais

34 Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um general prussiano, autor da famosa obra intitulada "Da Guerra", que teve como referencial histórico as Guerras Napoleônicas.

O autor afirmou que a guerra é parte integrante da existência humana, constituindo-se num dos instrumentos necessários da Política. Sendo célebre sua frase "a guerra é a continuação da política por outros meios". Os militares devem, segundo o autor, se subordinar à política.

arcabouços legais: a Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999, a Lei Complementar 117, de 2 de setembro de 2004, e a Política de Defesa Nacional. Um trabalho nesses moldes era imprescindível para orientar a adoção de medidas no setor que, há décadas, carecia de um documento norteador de todos os aspectos relacionados à defesa nacional e aderente às reais demandas de uma nação com as riquezas e dimensões do Brasil.

4.2 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

A END foi concebida para estabelecer o elo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado; e o preparo e emprego das Forças Armadas a fim de resguardar a soberania, de outro. O documento aborda questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, determinando os objetivos da “grande estratégia” do Brasil e os meios necessários para fazer com que a Nação, como um todo, participe da defesa. O documento aborda diretamente problemas militares, derivados da influência dessa “grande estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das Forças, tendo como pano de fundo o desenvolvimento e a garantia da soberania nacional (BRASIL, 2008).

Neste contexto, é importante ressaltar que a END estabelece eixos estruturantes nos quais deve se basear a nova era da Defesa no Brasil e que servirão como norte de todas as ações a serem empreendidas:

Eixo 1: Reorganização e nova orientação das Forças Armadas de modo a melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra.

Eixo 2: Reorganização da indústria nacional de material de defesa para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas (FFAA) se apóie em tecnologias sob domínio nacional.

Eixo 3: Implementação do ajuste necessário na composição dos efetivos das Forças Armadas.

Os três eixos são fundamentais, contudo, primeiro, vislumbra-se a necessidade de grandes mudanças intra e inter Forças Armadas, tendo sido determinado às FFAA a elaboração de Planos de Articulação e de Equipamento. As propostas já foram prontificadas e preveem a redistribuição geográfica das instalações militares, a quantificação e especificação dos meios necessários ao pleno atendimento das tarefas decorrentes das Hipóteses de Emprego das FFAA. Igualmente, dentro

de uma política de otimização do emprego de recursos humanos, a composição dos efetivos deverá ser revista para que possa ser redimensionada em consonância com as novas diretrizes da referida estratégia. O prazo para execução do Plano de Articulação da MB com data limite prevista até 2030 e está subdividido em ações de curto prazo (2010-2014), de médio prazo (2015-2022) e de longo prazo (2023-2030).

Estes eixos, por si só, demandam uma série de providências a serem adotadas pelas Forças Armadas. Não obstante, a exequibilidade das diversas ações depende da oportuna alocação dos recursos orçamentários correspondentes. É importante enfatizar que de nada adiantarão estratégias, planos e projetos se não houver um compromisso do governo com a continuidade na alocação de recursos para a reestruturação pretendida. Projetos espetaculares, mas arquivados, não garantirão a defesa da Pátria!

De acordo com a Constituição Federal, são patrimônios da União os recursos naturais da Plataforma Continental e da Zona Econômica Exclusiva estabelecida pela CNUDM. Cabe à MB, no cumprimento de sua missão constitucional, “o esforço principal para a salvaguarda desses recursos, como também, no seu emprego em tempo de paz, exercer suas atribuições subsidiárias, dentre outras, mais especificamente, contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar” (BRASIL CF, 1988).

4.3 A END E O PODER NAVAL

Para o cumprimento das tarefas decorrentes, a MB tem empregado seus meios navais em ações de fiscalização e presença nas águas jurisdicionais brasileiras e no exterior, explorando as características básicas do poder naval: mobilidade, versatilidade, capacidade de permanência e flexibilidade. Os meios atualmente existentes não são suficientes para uma fiscalização adequada. Ademais, apesar das dificuldades, a MB sempre busca acompanhar o trânsito de navios na AJB. Tais tarefas têm sido conduzidas, porém, com uma eficácia aquém da necessária, em vista da exiguidade de recursos destinados ao preparo e ao aprestamento das forças militares nas últimas décadas (BRASIL DBM, 2004).

Agora, a END, em total consonância com os empreendimentos efetivados nos últimos anos, prevê que todas as atividades atinentes ao preparo, planejamento e emprego da força deverão ser permeados por um triplo imperativo: monitoramento/controle, presença e mobilidade. Esta tríade, que não é uma novidade para a Marinha Brasileira, se adequa perfeitamente às operações efetuadas pelas atuais forças de defesa brasileiras, durante as ações de patrulhas navais e aéreas no interior da Amazônia Azul.

Espera-se que os meios da MB e da Força Aérea Brasileira (FAB) sejam dotados das capacidades necessárias para realizar, em caráter constante e permanente, ações de presença nas AJB, com a mobilidade característica dos recursos navais e aéreos, aspectos que contribuirão para o monitoramento diuturno o qual será conduzido por um sistema em fase de concepção denominado Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz). O sistema inclui aeronaves, radares fixos e veículos aéreos não tripulados, e abrangerá alguns recursos já disponíveis, após a modernização de instalações e equipamentos de comunicações militares (ÖBERG, 2010).

Por outro lado, entre as quatro tarefas básicas do Poder Naval³⁵, duas estão diretamente relacionadas à garantia da soberania na Amazônia Azul, o controle de áreas marítimas e a negação do uso do mar, sendo esta última tarefa enfatizada na END, uma vez que o documento confirma a incorporação inicial de um submarino de propulsão nuclear ao inventário da MB, de acordo com o Plano de Articulação e de Equipamentos da Marinha do Brasil (PAEMB)³⁶. Este submarino, como meio de emprego estratégico, cumpre um papel fundamental naquela tarefa de negação do uso do mar, valendo ressaltar a sua vertente dissuasória. A força naval, no contexto da END, deverá dispor de pessoal, equipamentos e todos os meios para atuar na execução das seguintes capacidades: defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e

35 As quatro tarefas básicas do Poder Naval são: (1) Controlar áreas marítimas; (2) Negar o uso do mar ao inimigo; (3) Projetar poder sobre terra; e (4) Contribuir para a dissuasão.

36 Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), elaborado pelo Comando da Marinha, em consonância com a END, estabelece projetos e metas para o reaparelhamento, expansão e redistribuição de suas Organizações Militares e para o incremento e capacitação de seu efetivo, consoante com a sua missão.

das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; resposta pronta a qualquer ameaça, pelo Estado ou pelas forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; e participação em operações internacionais de paz.

As quatro capacidades acima incluem em seu bojo uma gama enorme de necessidades, potencializam outras a serem aprimoradas e traz à baila uma série de hiatos a serem preenchidos em vários segmentos da sociedade, especialmente na área de Defesa, sendo importante destacar ou reiterar algumas digressões:

1) É prioritário para o Estado brasileiro a disponibilidade de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais aprestados e equipados qualitativa e quantitativamente para fazer frente às possíveis e indefinidas ameaças, incluindo os mais variados tipos de navios, desde os pequenos, mas importantes, como os Navios de Contra-Medidas de Minagem e Navios-Patrolha, até os mais complexos como os Navios-Aeródromos, para a adequada proteção e vigilância da Amazônia Azul;

2) Além de navios, a Força Naval não poderá prescindir de aeronaves de asa fixa e rotativas com capacidades de ataque, vigilância, busca e salvamento, alarme antecipado, guerra eletrônica e inúmeras outras características que complementam, de forma relevante, as operações e ações da guerra naval e, igualmente se fazem necessárias em operações internacionais de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU);

3) As FFAA deverão dispor de efetivos bem preparados, motivados e em quantidade e qualidade suficientes para garantir os diversos meios que compõem seu inventário nas próximas décadas. Tais aspectos demandam a adequada manutenção e a implementação de centros de formação e de capacitação de excelência para que os nossos militares estejam preparados para responder adequada e profissionalmente às eventuais demandas da sociedade. O profissional militar deverá ser reconhecido e perceber, sempre, um salário digno e compatível com a sua atividade de risco, disponibilidade diuturna e dedicação exclusiva;

4) Apesar do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a última participação efetiva do Brasil, como ator principal em um conflito

bélico, remonta à Guerra do Paraguai³⁷. Assim, o povo brasileiro por não se sentir ameaçado ou por não constar em seus históricos familiares entes que tenham sucumbido ou participado em guerras, não possui uma mentalidade de defesa e não valoriza os militares de seu país. Este processo de ausência de reconhecimento do valor dos militares é catalisado pela postura antimilitar e revanchista de alguns políticos que sofrem até hoje, sem justificativas explícitas, as mágoas decorrentes de feridas ainda não cicatrizadas do chamado regime militar. Temas relacionados à Defesa Nacional foram incluídos recentemente na agenda do governo federal, porém estão longe de constituírem uma necessidade identificada pelo povo brasileiro, por intermédio de seus representantes no Congresso Nacional. O tema tem sido tratado sem a prioridade que merece apesar do empenho pessoal do então Ministro da Defesa Nelson Jobim.

5) As atividades desenvolvidas pela Autoridade Marítima, já comentadas neste trabalho, apesar de apresentarem uma conotação subsidiária, são de grande importância para o país e por poucos lembradas. Envolve a segurança do tráfego aquaviário em toda AJB, a prevenção da poluição hídrica e salvaguarda da vida humana no mar. A atuação da MB no recolhimento de corpos e destroços do vôo AF 442 (junho/2009) e no resgate, com vida, de todos os 65 tripulantes do veleiro canadense Concórdia, que naufragou a mais de 300 milhas do Rio de Janeiro (fevereiro/2010), são exemplos recentes do envolvimento da MB e da FAB em atividades reais de salvamento. Nesse contexto, vale a pena ressaltar que, com a descoberta e exploração, em futuro próximo, dos recursos da camada do pré-sal, acontecerá um aumento substancial no tráfego marítimo, sendo necessário, preventivamente, dotar a MB de maiores quantidades de recursos de pessoal e material para enfrentar esses crescentes desafios dos diversos representantes e agentes da Autoridade Marítima.

37 A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Ela foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança, na Argentina e Uruguai, e de Guerra Grande, no Paraguai.



Figura 11 - Militares da MB durante o resgate de destroços do avião AF 442, sinistrado em junho de 2009. Dezenas de meios navais foram mobilizadas
Fonte: Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>

6) A Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, responsável pela reestruturação do MD, estabeleceu, também, que as Forças Armadas, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, poderão atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, entre outras, no patrulhamento; revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e prisões em flagrante delito. Trata-se de uma demanda antiga, e sempre questionável, o envolvimento das FFAA em atividades “constabulares”³⁸. É fundamental ter em mente que a função constitucional e precípua das Forças Armadas (FFAA) é a defesa da Pátria, e o emprego dos militares em segurança pública apenas deverá ocorrer nas situações previstas em lei e em caráter eventual e episódico. Contudo, é significativo que as nossas forças se preparem para fazer frente às novas ameaças, especialmente, na fiscalização do mar territorial e ZEE, tendo em vista que podem atingir o nosso mar e colocar em risco os navios que por ele naveguem, sendo de interesse do Estado brasileiro a segurança das embarcações que cruzam a Amazônia Azul.

38 Constabular é um termo inexistente na língua portuguesa. Derivado do Inglês Constabulary, a tradução Constabular. Maiores detalhes verificar no livro: PROENÇA JR Domicio et AL. Guia de Estudo de Estratégias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

7) Por fim, deve-se ressaltar que a interação entre as FFAA, para o atingimento da desejada integração, esbarra em uma série de obstáculos a serem vencidos. As culturas das FFAA são distintas e os procedimentos, costumes e vocabulários também são diferentes. A cultura conjunta deve permear a formação e o dia a dia dos militares do século XXI. Contudo, é fundamental que esta nova cultura não iniba as tradições e culturas específicas da Marinha Brasileira, do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB), que não podem perder suas respectivas identidades como Forças Armadas.

Ao nos debruçarmos sobre todas as expectativas que a END traz para a nação brasileira, parte delas acima apresentadas, a percepção é de que há previsão de uma mudança de paradigma no Brasil. O país nos últimos anos tem deixado os assuntos de defesa em segundo plano, tornando o inventário de defesa do país incompatível com a sua dimensão estratégica. Com o surgimento da província do pré-sal, o Brasil assume prestígio no cenário internacional. As incorporações de meios e alterações previstas na END e os decorrentes planos de equipamento e articulação não podem ser associados a uma política de governo e, sim, a uma política de Estado. No quadro abaixo, a previsão de gastos com o plano de articulação da MB.

Plano de Equipamentos					
Meios	Distribuição				Total
	2010-2014	2015-2022	2023-2030	Após 2030	
Navais	6.549,94	22.556,06	22.516,96	12.992,33	64.615,29
Aeronavais	1.011,10	3.039,00	4.230,60	1.340,20	9.620,90
CFN	446,86	867,37	177,60	-	1.491,83
Munição	806,09	2.861,41	3.578,01	1.293,18	8.538,68
Apoio e SSTA	134,47	37,59	-	-	172,06
TOTAL	8.948,46	29.361,43	30.503,17	15.625,71	84.438,76

Quadro 5 - Fonte: ABINEE <<http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/marin09.pdf>>

O custo total para o atendimento das necessidades da MB na moldura temporal de 2010 a 2030 é de US\$ 68.813.000.000,00 (cerca de sessenta e oito bilhões de dólares). Destaque-se que, no quadriênio 2010/2014, o total de investimentos previstos chega a US\$ 8,95 bilhões (PESCE, 2010).

De uma maneira geral, o processo de articulação e equipamento da MB inclui a aquisição dos seguintes meios de superfície, constando desta listagem alguns navios auxiliares, aeronaves, meios de fuzileiros navais e características específicas, armamentos e as modernizações dos elementos previstos: 15 submarinos convencionais (SBR) até 2037; 6 submarino de propulsão nuclear (SNBR) até 2047; 2 navios aeródromos até 2032; 4 navios de propósitos múltiplos (NPM) até 2028; 30 Navios de Escolta até 2034; 2 Navios de Socorro Submarino até 2020; 12 Navios-Patrolha Oceânicos de 1.800 toneladas e Navios-Patrolha de 500 toneladas até 2029; 5 Navios de apoio logístico até 2027; 8 navios-varredores (NV) até 2020 e 8 navios-caça-Minas (NCM) até 2025; e 4 navios de transporte e assalto até 2026.

Há, ainda, perspectivas de construção de um estaleiro e uma base de submarinos em Itaguaí (RJ) e a criação de uma 2ª Esquadra no Norte/Nordeste, próxima à foz do Rio Amazonas. Especialistas indicam que o local mais apropriado para a construção deste novo complexo naval seria em área situada no interior da Baía de São de Marcos no estado do Maranhão, contudo, a definição da localização da futura base naval ainda se encontra em análise técnica pela MB. Está prevista, também, a implantação da 2ª Divisão Anfíbia na mesma área, e, conseqüentemente, a instituição de inúmeras Organizações Militares com estruturas operativas e de apoio para permitir o funcionamento das duas novas forças navais e de fuzileiros navais que, a princípio, estão estabelecidas naquela importante e estratégica região do país (PESCE, 2010).

Outro aspecto digno de registro é a assinatura, em 23 de dezembro de 2008, de um acordo entre o Brasil e a França na área de construção e emprego de submarinos que projeta para a MB, a edificação de quatro unidades com propulsão convencional (SBR), derivadas da classe Scorpène, no estaleiro de Itaguaí, estrategicamente localizado próximo à Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP), empresa responsável pela construção das seções do casco resistente. O contrato prevê também o auxílio técnico no projeto do casco de um protótipo de submarino nuclear (SNBR), a ser prontificado, até 2020. É notório lembrar que o Brasil desenvolveu, de forma autóctone, o ciclo do combustível nuclear, o reator de água pressurizada e as máquinas de propulsão (MOURA NETO, 2010).

Neste ponto, o leitor pode avaliar as perspectivas do inventário da MB na segunda metade deste século, uma vez que já foram indicadas

as principais aquisições propostas para o Poder Naval no contexto do PAEMB. Não se pode deixar de comentar que este plano também apresentou ao MD outras demandas da Marinha Brasileira, como de navios de pesquisa, hidrográficos, rebocadores, veleiros, fluviais, navios-hospital, navios de instrução, helicópteros e aviões, inclusive de alarme aéreo antecipado, conhecidos como *Airborne Early Warning* (AEW), meios de fuzileiros navais, veículos aéreos não tripulados (VANT), enfim, um elenco de meios que, se adquiridos, inserirão o Brasil em posição de destaque no cenário internacional. A previsão geral, em médio e longo prazos, inclui um total de 282 navios e embarcações, além de 288 aeronaves e diversos tipos de armamento e munição.

Alguns analistas militares consideram o PAEMB apenas uma nova roupagem concedida ao Plano de Reaparelhamento da Marinha (PRM) e comentam que diversos PRM foram encaminhados pela MB ao Governo Federal, em várias ocasiões, sem surtir os efeitos desejados, sendo simplesmente engavetados sob a alegação da falta de recursos ou baixa prioridade, em relação aos problemas sociais. Tais especulações, em princípio, não possuem respaldo, tendo em vista toda a importância atribuída à END, no nível político, especialmente no MD. Em consonância com as orientações desse ministério, a MB realizou estudos para dimensionar a força naval que o Brasil necessitará, numa moldura temporal que ultrapassa 2030. Entretanto, nada garante que a totalidade das propostas exibidas venha a se converter em encomendas reais.

Portanto, em uma análise preliminar, as perspectivas não se mostram, de todo, promissoras. Em 2010, a situação ainda é a mesma, havendo comprometimento de recursos orçamentários para o custeio das forças. Há uma dicotomia, pois, com a aprovação da END, esperava-se uma mudança de postura do Governo Federal em relação aos assuntos da Defesa. Essa situação trouxe muitos desdobramentos negativos para as FFAA que têm suas guarnições passíveis de desmotivação e a exiguidade de recursos compromete seriamente o adestramento da Força Naval, bem como acarreta uma inadequada manutenção dos meios, o que é muito perigoso, pois pode levar à paulatina deterioração. Sempre é bom recordar que, em 2004, a Fragata *Dodsworth*³⁹ foi retirada de serviço,

39 Esta é uma das quatro Fragatas Tipo 22 adquiridas da Royal Navy, onde ostentava a designação HMS Brilliant. No Brasil, a nova classe de Fragatas foi denominada Greenhalgh. A segunda da classe foi a *Dodsworth* (F47), incorporada à MB em 30 de agosto de 1996, deu baixa em 11 de março de 2004.

notoriamente, por falta de alocação de recursos financeiros suficientes para a MB (LIMA FILHO, 2006).

Do orçamento destinado à Marinha para 2010, ficaram inicialmente contingenciados R\$ 3,1 bilhões, o que dificultou a liberação de R\$ 1,5 bilhão para a construção dos submarinos previstos em acordo recentemente assinado com a França (PESC, 2010). A pergunta que surge é: o Governo Federal atenderá às necessidades apresentadas, garantindo a continuidade dos recursos orçamentários para as inúmeras e complexas inovações? Difícil resposta, sendo importante que se envidem esforços em todos os segmentos do poder nacional, inclusive junto ao Congresso Nacional e à opinião pública para que a END e o PAEMB não se tornem apenas mais um grupo de documentos a serem arquivados, mas que gerem frutos positivos para o Brasil, como um verdadeiro Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) da Defesa Nacional.

CONCLUSÃO

A interação histórica e crescente entre o homem e o mar proporciona uma gama de possibilidades e oportunidades em todas as expressões do Poder Nacional. Em contrapartida, a descoberta e a exploração destas oportunidades trazem em seu bojo uma série de passivos decorrentes para os países em desenvolvimento, especialmente na área ambiental e no campo da defesa nacional. Portanto, devem ser estabelecidas políticas de prevenção de fiscalização para que a exploração do mar se desenvolva em consonância com os conceitos de soberania e sustentabilidade. Outro ponto a ressaltar é que quanto mais se possui, mais se deve despender para proteger este patrimônio. Tal fato se aplica tanto ao homem quanto a um Estado soberano. É importante que fique bem claro que o cenário atual se caracteriza por uma acirrada disputa entre os atores das relações internacionais, principalmente por mercados e recursos naturais.

Diante dessa realidade, é válido ressaltar que nenhuma alteração geopolítica poderá modificar a relevância do mar para o futuro da humanidade. No caso específico do Brasil, a proteção do mar brasileiro deve ser especial, principalmente em virtude das expectativas advindas da novel bacia do pré-sal, que, além de possuir um elevado valor econômico, ocupa uma grande área, o que acarreta a necessidade de ser diuturnamente

acompanhada e monitorada. Para tal, o país deve dispor em seus inventários meios navais, aéreos e aeronavais, equipados com sensores e equipamentos compatíveis para o cumprimento desta tarefa e, quando necessário, ter capacidade de atuar na garantia da soberania nacional.

Dentro do que foi analisado no decorrer deste trabalho, pode-se assegurar que, no mundo atual, as potencialidades econômicas ganham dimensões cada vez mais relevantes, há a possibilidade de ocorrerem divergências e conflitos de interesses entre atores estatais ou não. Contudo, na medida em que os interesses de outros segmentos atores vierem a ser prejudicados, inclusive no cenário marítimo, existe a perspectiva de represálias ou pressões de agentes externos, podendo surgir conflitos, com consequências irreparáveis para a nação, se não forem evitados preventivamente ou respondidos de forma adequada e compatível com o prestígio e dimensões político-estratégicas do país.

Portanto, estando o Brasil inserido em um cenário de total imprevisibilidade, reitera-se a premente necessidade de se construir um Poder Naval em condições de dissuadir potenciais agressores, empregando a força naval como um instrumento diplomático para a solução pacífica de controvérsias.

Os aumentos nos patamares de investimentos para a aquisição de meios não podem ser descolados dos posteriores aprovisionamentos de recursos para o custeio das FFAA. De nada adianta adquirir meios modernos e no “estado da arte”, se não houver a constante alocação de recursos para o seu adequado emprego (adestramento) e sua correta manutenção.

Assim, após as análises realizadas, podem-se identificar os seguintes desafios relativos à defesa nacional, em sua interação com a Amazônia Azul:

a) ações junto ao Governo Federal e Congresso Nacional a fim de garantir a continuidade de recursos para a implementação das inúmeras ações decorrentes dos três eixos estruturantes da END;

b) garantia de recursos orçamentários contínuos para o custeio das FFAA a fim de evitar o processo de sucateamento decorrente da manutenção inadequada. O grande desafio é conquistar, a partir de 2011, um orçamento para defesa que seja impositivo, previsível e regular;

c) desenvolvimento de uma mentalidade nacionalista e de defesa, em todos os segmentos da sociedade, atribuindo-se importância e

prioridade aos temas relacionados à defesa nacional. É fundamental que seja trabalhada a ideia-força de que Defesa Nacional é interesse de toda a sociedade brasileira e não apenas dos militares;

d) consolidação de uma mentalidade marítima, de forma que a sociedade brasileira reconheça a importância da Amazônia Azul para o país e, conseqüentemente, a relevância de o Brasil dispor de meios e capacidades para preservá-la e protegê-la;

e) integração entre as três Forças Armadas no tocante à sua capacidade de conduzir operações conjuntas, aprimorando a interoperabilidade e otimizando o emprego de meios. Contudo, mantendo-se, sempre, a preocupação de não abalar a identidade e a tradição das três forças singulares;

f) desenvolvimento da indústria naval brasileira, de modo a construir uma Marinha Mercante nacional compatível com as potencialidades do país;

g) identificação de projetos cujo desenvolvimento em conjunto com Marinhas amigas seja possível e de interesse para o Brasil. Assim, poder-se-á incentivar a cooperação e as parcerias estratégicas na área de produção, manutenção e serviços atinentes à tecnologia naval, bem como aumentar a interação com as Marinhas de outros países, especialmente, sul-americanos, dentro do contexto do Conselho de Defesa Sul-Americano, fomentando uma crescente colaboração nas áreas de segurança e defesa, com a participação ativa do Brasil;

h) desenvolvimento de uma indústria de defesa brasileira, com o objetivo de reduzir a dependência externa no tocante à fabricação dos variados itens de uso militar, buscando-se a geração autônoma de tecnologia de defesa;

i) estabelecimento de políticas de valorização do profissional militar por intermédio de salários dignos e formação e capacitação adequadas, pois a insatisfação e a desmotivação da classe são fatores de desestabilização de uma nação democrática. Neste cenário, as FFAA deverão privilegiar a capacitação e o reconhecimento de seus talentos humanos, identificando o homem/mulher militar como um importante “patrimônio” da Defesa Nacional;

j) seleção do local mais apropriado para a Segunda Esquadra, priorizando os aspectos militares e estratégicos. O planejamento e execução das bases, centros de formação e instrução, instalações

operativas e de apoio às futuras forças navais que permanecerão estacionadas no novo complexo naval;

k) consolidação do processo de reestruturação da ESG como o mais importante instituto brasileiro de estudos e pesquisas sobre temas relacionados ao desenvolvimento nacional, especialmente política, estratégia, nacionalismo, maritimidade e defesa;

l) consolidação de todos os segmentos do poder nacional, especialmente o Congresso Nacional, do pensamento, a ser tratado como dogma, de que a missão precípua das Forças Armadas está relacionada à Defesa da Pátria, sendo as outras tarefas, apesar de também importantes, secundárias;

m) capacitação de alguns militares para desenvolverem as tarefas eventuais, episódicas e complementares consonantes com o poder de polícia conferido às FFAA pela Lei Complementar 136, de 25 de agosto de 2010. Neste diapasão, é fundamental realçar que os variados Agentes da Autoridade Marítima (MB) deverão receber treinamentos adequados, bem como os recursos orçamentários necessários para bem desempenharem as eventuais ações na área de segurança marítima.

n) manutenção, em elevada prioridade, do PROSUB e seus projetos correlatos, tendo em vista a relevância estratégica de se incluir o Brasil no seleto grupo de países possuidores de submarino com propulsão nuclear;

o) prioridade na alocação de recursos para a operacionalização do SisgAAz, bem como a sua integração com o SisFron e ao SisDACTA, de forma a permitir que a Amazônia Azul seja adequadamente controlada e monitorada, com a maior brevidade possível;

p) aprimoramento dos meios e mecanismos de prevenção, salvaguarda da vida humana no mar, fiscalização do tráfego aquaviário e do meio ambiente marinho, por meio da alocação de recursos suficientes para a capacitação de novos profissionais, e, principalmente, a disposição e a manutenção de toda a infraestrutura necessária para monitorar e controlar as AJB e agir prontamente, no caso de acidentes marítimos ou ambientais, dentro da esfera de responsabilidade da Autoridade Marítima; e

q) estímulo para a cooperação contínua com outros órgãos públicos, tais como, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Polícia Federal, Polícias Militares, Ministério da Pesca e Aquicultura e

Secretaria Especial de Portos. Só com a cooperação entre os segmentos do Poder Nacional, será viável garantir a lei e a ordem no mar de uma forma eficaz.

O século XXI poderá marcar uma nova era para o nosso país, pois as perspectivas são boas tanto no campo econômico como no das relações internacionais, mesmo com os problemas internos que o país enfrenta nas áreas de segurança interna e de gestão de recursos públicos, os quais fogem ao escopo deste trabalho. O Brasil deverá contar com forças militares que tenham credibilidade, não apenas por suas dimensões adequadas e seu aprestamento, mas, principalmente, por sua capacidade de operá-las e pelo firme propósito de empregá-las, se necessário for.

Os desafios identificados estão em total consonância com a END e deverão servir como mais um conjunto de subsídios para reflexões sobre este relevante tema, bem como contribuir para a formulação de políticas, programas ou ações. É crucial que o país disponha nas próximas décadas de um aparato de defesa que possa garantir a soberania do Brasil no mar, a defesa de seus interesses na Amazônia Azul, dissuadindo potenciais ameaças, antes que seja tarde demais.

Toda riqueza acaba por tornar-se objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção. Tratando-se de recursos naturais, a questão adquire conotações de soberania nacional, envolvendo políticas adequadas, que não se limitam, mas incluem, necessariamente, a defesa daqueles recursos. (Palavras do Almirante Roberto de Guimarães Carvalho - Comandante da Marinha 2003-2007).

REFERÊNCIAS

BARBOSA JÚNIOR, Ilques. *A importância do Atlântico Sul para a segurança nacional e a integração regional*. 2007. Trabalho de Conclusão do Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2007, 53 f.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

_____. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

_____. Decreto nº 6.107, de 2 de maio de 2007. Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 3.939, de 26 de setembro de 2001, que dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2010.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Marinha. Estado-Maior da Armada. *Doutrina Básica da Marinha*. Brasília, DF, 2004.

_____. *A Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 20 de jun. de 2010.

_____. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 30 de jul. de 2010.

_____. Comando da Marinha. Serviço de Relações Públicas da Marinha. Amazônia Azul: Patrimônio Brasileiro no Mar. **NOMAR**, Brasília, DF, v. 41, p. 8, dez. 2005.

_____. Comando da Marinha, 2010. Secretaria da Comissão Interministerial sobre os Recursos do Mar (SECIRM). Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/secirm>>. Acesso em: 25 de maio de 2010.

_____. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/dai/ibas.htm>>. Acesso em: 09 de jul. de 2010.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. IBAMA. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 22 de jun. de 2010.

CAROLI, Luis Henrique. *A importância estratégica do mar para o Brasil no século XXI*. 2008. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO NETO, Alberto Correa et al. Em Defesa da Amazônia Azul. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, n. 345, p. 20-24, jan.-mar. 2008.

EMBRATUR. Portal do Ministério do Turismo. 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/turismo>>. Acesso em: 15 de jun. de 2010.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso*: Monografia. Rio de Jan., 2010. 96 p.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual básico*. Elementos Fundamentais. Rio de Janeiro, 2009.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. (Brasil). *Histórico e missão*. Disponível em: <<http://www.esg.br>>. Acesso em: 18 de ago. de 2010.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica e pós-modernidade. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 95-126, jul./dez. 2007.

GREGOLIN, Altemir. Importância da Aquicultura e Pesca no Brasil. In: CONGRESSO DE PEIXES NATIVOS EM DOURADOS. 2007, Brasília, DF. *Palestra*, Brasília, DF: Secretaria de Aquicultura e Pesca, 2007.

HAGE, José A. Altahyde. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Ed. Juruá: 2007. 222 p.

HAZIN, Fábio Hissa Vieira. O Atlântico Sul: cenário de oportunidades/recursos vivos. *Cadernos de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, n.6, p. 127-142, mar. 2007.

JOBIM, Nélon. A Defesa na Agenda Nacional: O Plano Estratégico de Defesa. *Revista Interesse Nacional*, São Paulo, ano 1, n. 2, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://www.interessenacional.com>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

JORGE, Júlio Saboya de Araújo. *Aula inaugural*. Rio de Janeiro: EGN, 2008. Proferida em 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/eventos/ocorridos/2008/aula2008.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

LIMA FILHO, Wilson Pereira de. A Amazônia Azul e a importância do poder naval brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 6., 2006,. Rio de Janeiro, *Palestra*, Rio de Janeiro: ESG, 2006.

LIMA, Haroldo Rodrigues Borges de. *Os novos desafios da política petrolífera brasileira*. Palestra proferida para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, em 10 de julho. Rio de Janeiro: ESG, 2008.

LOPEZ, Ernesto Justo et al. Novas ameaças: dimensões e perspectivas. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon History 1660 – 1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1949. 557 p.

MARTINS, Luiz R. Nódulos polimetálicos e outros depósitos de mar profundo. *Revista Gravel/UFRGS*, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 125-131, dez. 2006.

MONTFORT Associação Cultural. *FARC treina Movimento Sem Terra*. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br>>. Acesso em: 16 de set. de 2010.

MOREIRA, José Benedito de Barros. A nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 7-22, jul./dez. 2007.

MOURA NETO, Júlio Soares. *Aula para os Cursos de Altos Estudos Militares*: CAEPE, CPEM, CPEAEx, CPEA. Rio de Janeiro: ECEMER, 2010.

NOTÍCIAS. 2010. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/mundo>>. Acesso em: 15 de ago. de 2010.

ÖBERG, Elis Treidler. Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA OPERACIONAL E LOGÍSTICA DA MARINHA, 2006, Rio de Janeiro. *Palestra*. Rio de Janeiro: EGN, 2010.

ORTIZ NETO, José Benedito. A Petrobras e a exploração de petróleo offshore no Brasil: um Approach Evolucionário. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, n.1, p. 95-109, jan./mar. 2007.

PELEGRINO, Carlos Roberto. *Da guerra marítima e o direito internacional*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989. 466p.

PEREIRA, João Eduardo de Alves. *Geopolítica do petróleo e gás natural nas primeiras décadas do século XXI*. Rio de Janeiro: ESG, 2009.

_____. *Geopolítica, segurança jurídica e inserção do Brasil na questão energética internacional*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

PESCE, Eduardo Ítalo. Plano de Equipamento e Articulação da marinha do Brasil 2010-2030: Perspectivas. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v.130, n.04/06, p.73-88, abr./jun. 2010.

SANTOS, Rafael Silva dos. Patrulha Naval: contribuindo para a manutenção da soberania nas Águas Jurisdicionais Brasileiras. *Revista Passadiço*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 27, p. 24-27, 2007.

_____. *O Mar no espaço geográfico brasileiro*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. As novas ameaças e a Marinha do Brasil. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/05-novasAmeacas.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2010.

STRATEGIC FORECASTING, INC. U.S.: The Return of the 4th Fleet. Disponível em: <<http://www.stratfor.com>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

TILL, Geoffrey. Poder Marítimo: Questões Relevantes e Desafios. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, jun. 2006. Disponível em <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/04-poderMaritimo.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Tempo Presente*. Disponível em: <<http://tempopresente.org/index>>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira et al. *Amazônia Azul: o mar que nos pertence*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WILLIAMSBURG, 1995. The 1995 Defense Ministerial of the Americas. Disponível em <<http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm>>. Acesso em: 21 de ago. de 2010.

ZAKARIA, Fareed. *O mundo pós-americano*. Lisboa: Gradiva, 2008.

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS ÀS REVISTAS DA ESG

O Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra promove a edição de duas publicações: a **Revista da Escola Superior de Guerra** e os **Cadernos de Estudos Estratégicos**.

A Revista da Escola Superior de Guerra tem por finalidade publicar artigos originais sobre Ciência Militar e Política.

Os Cadernos de Estudos Estratégicos têm por finalidade publicar artigos originais, relacionados à Cultura, Relações Internacionais, Modernidade, Axiologia, Praxiologia, Polemologia, Cratologia e Segurança.

Todos os textos serão apreciados por pares e pelo Conselho Editorial para, posteriormente, serem indicados à publicação. Em 2013, os artigos serão revistos por pares duplamente cegos.

Como parte do processo de submissão, os autores devem verificar o cumprimento de todos os itens listados a seguir. Os textos que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Os artigos devem ser originais, inéditos e não devem estar, concomitantemente, sendo avaliados por outra publicação; caso esteja, os autores deverão justificar a dupla submissão.

Recomenda-se que se observem as normas da ABNT:

- referências bibliográficas (NBR 6023/2000);
- apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022);
- apresentação de citações em documentos (NBR 10520);
- apresentação de originais (NBR 12256);
- norma para datar (NBR 5892);
- numeração progressiva das seções de um documento (6024); e
- resumos (NBR 6028)
- norma de apresentação tabular do IBGE, no caso de gráficos, figuras, tabelas, fotos e outras ilustrações.

Os arquivos para submissão devem obedecer aos seguintes critérios:

- formato Microsoft Word.DOC ou RTF;
- ter entre 10 e 20 páginas;
- espaçamento: entre linhas: simples; entre parágrafos: 6

- pontos depois; do título para o começo do texto: 12 pontos depois; espaço antes e depois da citação: 8 pontos;
- fonte 12 , Times New Roman;
- margem superior e esquerda – 3 cm; margem inferior e direita – 2 cm;
- empregar itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL);
- figuras e tabelas devem ser inseridas no texto, e não em seu final (e não devem passar de duas).

O texto deve ser precedido do título, nome e titulação principal do(s) autor(es), atividade que exerce e filiação institucional e do e-mail, seguido do resumo, das palavras-chave (até 5), do *abstract* e das *keywords*.

Os artigos deverão vir acompanhados de uma [autorização para publicação](#) contendo o nome, título do artigo, endereço, telefone, endereço eletrônico e um currículo resumido do(s) autor(es).

Nos artigos devem constar, no final, as referências que deverão ser proporcionais ao número de páginas; portanto entre 10 e, no máximo, 20 autores.

O canal de diálogo entre os autores e a editoração é revistadaesg@esg.br e cadernosdeestudos@esg.br.

O ISSN da Revista da ESG é 0102-1788 e o do Caderno de Estudos Estratégicos 1808-947X.

A ESG reserva-se o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores. As provas finais não serão enviadas aos autores.

A ESG cumpre todos os direitos dos autores reservados e protegidos pela Lei n.º 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Condiciona-se a sua reprodução parcial ou integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de referência da autoria e da revista.

As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

Cada autor receberá dez exemplares da revista.

A revista é distribuída gratuitamente.

As regras de uniformização dos artigos encontram-se disponível em: <www.esg.br/uploads/2012/12/regras_uniform_artigos.pdf>

Este documento foi impresso na gráfica da
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João
Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O Centro de Estudos Estratégicos (CEE) atua como entidade permanente de estudos que permite pesquisar, formular e criar idéias pertinentes ao pensamento político estratégico brasileiro. Com isso, o CEE oferece oportunidade para debates e discussões com a sociedade e a produção de trabalhos a serem publicados pela Escola. As atividades do CEE voltam-se para o contínuo aperfeiçoamento da cultura e do pensamento político e estratégico brasileiro.

Os estudos, pesquisas e eventos promovidos pelo Centro de Estudos visam, principalmente, a discussão de questões político-estratégicas de interesse nacional. Se propõem também a estimular a criação de novos conhecimentos, que venham possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos teóricos.

Para o exercício de suas atividades, o Centro conta com a participação do corpo de professores da Escola, de convidados do meio intelectual, acadêmico, empresarial e integrantes da administração pública do país. A participação se desenvolve por meio de conferências, análise de temas em pauta, comentários sobre comunicações apresentadas, debates e com estudos sobre assuntos de interesse do Centro.

As atividades do CEE, mantendo-se fiel a tradição de mais de meio século de existência da Escola Superior de Guerra, têm como característica o completo afastamento de questões ideológicas e político-partidárias. Apenas questões de caráter nacional e internacional, de todas as áreas de pensamento, são objeto de discussão no Centro de Estudos.

O Centro de Estudos está aberto a relacionamentos com instituições acadêmicas, centros de estudos, com a sociedade em geral, e com todos aqueles que tenham a proposta de participar de atividades conjuntas.

ISSN 1808-947X



9 771808 947002

www.esg.br/cee
cee@esg.br